



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**  
Centro de Educação e Humanidades  
Instituto de Letras

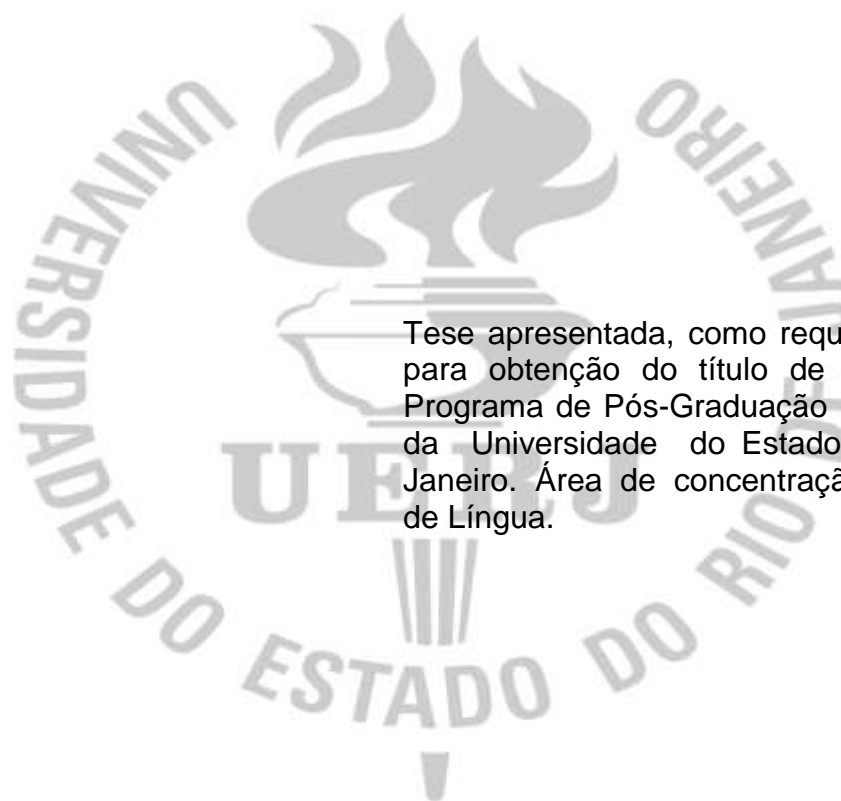
Érica Portas do Nascimento Telles

**O sistema de encaixamento nos editoriais**

Rio de Janeiro  
2023

Érica Portas do Nascimento Telles

**O sistema de encaixamento nos editoriais**



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Língua.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dra. Magda Bahia Schlee de Brito Fernandes

Rio de Janeiro

2023

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

T274 Telles, Érica Portas do Nascimento.  
O sistema de encaixamento nos editoriais / Érica Portas do Nascimento Telles. – 2023.  
150 f.: il.

Orientadora: Magda Bahia Schlee de Brito Fernandes.  
Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Língua portuguesa – Orações - Teses. 2. Língua portuguesa – Gramática – Teses. 3. Linguística – Teses. 4. Funcionalismo (Linguística) – Teses. 5. Redação de textos jornalísticos – Teses. 6. Editoriais – Teses. I. Fernandes, Magda Bahia Schlee de Brito. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 806.90-561.3

Bibliotecária: Eliane de Almeida Prata. CRB7 4578/94

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Érica Portas do Nascimento Telles

### **O sistema de encaixamento nos editoriais**

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudos de Língua.

Aprovada em 28 de abril de 2023.

Banca Examinadora:

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Magda Bahia Schlee de Brito Fernandes (Orientadora)  
Instituto de Letras - UERJ

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Vânia Lúcia Rodrigues Dutra  
Instituto de Letras - UERJ

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Cláudia Moura da Rocha  
Instituto de Letras – UERJ

---

Prof<sup>a</sup> Dra. Patrícia Ribeiro Corado  
Instituto Federal Fluminense

---

Prof. Dr. Fábio André Coelho  
Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2023

## DEDICATÓRIA

Dedico esta tese àquele que me ensina, a cada dia, que a vida é um aprendizado:

Diogo, meu companheiro de jornada. Esta vitória é nossa.

## AGRADECIMENTOS

A Deus, pela força e coragem.

Ao meu marido, Diogo, por sempre ter sido meu pilar na caminhada escolhida, acolher os meus sonhos como seus, acreditar em mim e me aconselhar quando eu já não aguentava seguir. A você, eu serei eternamente grata por cada palavra e olhar de força.

À minha orientadora, Magda Bahia Schlee, pela orientação carinhosa, respeitosa e maravilhosa, pelos ensinamentos e pela generosidade.

À minha Professora Patrícia Ribeiro Corado, a quem devo todas as conquistas, pela humildade e generosidade com seus alunos.

Ao Professor José Mário Botelho, por ter sido um grande Mestre.

À Maria, madrinha e amiga, por ter sido grande conselheira.

Ao meu aluno e amigo Ítalo Pedrosa, por todo seu empenho e esforço em ajudar-me a terminar o doutorado, pelo tempo que despendeu para eu poder ter a chance de seguir com a finalização da minha tese, pela amizade. Gratidão.

À minha coordenadora Sue Hellen, por todo auxílio que me deu, por todo empenho em ajudar-me. A você, só tenho a agradecer.

Aos amigos Alessandro Pancalari e Bruna Cirilo, pela ajuda nas horas mais inusitadas. A vocês, minha gratidão.

Aos familiares, pela torcida e força.

## RESUMO

TELLES, Érica Portas do Nascimento. **O sistema de encaixamento nos editoriais.** 2023. 150 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

Este trabalho tem por objeto o sistema de encaixamento. Assim, serão analisadas as orações relativas restritivas, denominadas, tradicionalmente, adjetivas, as substantivas completivas nominais, as objetivas introduzidas por verbos diferentes dos mentais e verbais, as substantivas subjetivas e as predicativas, bem como as adverbiais comparativas e consecutivas. Considerando seu emprego no gênero editorial, as cláusulas encaixadas serão investigadas sob a perspectiva sistêmico-funcional (HALLIDAY; MATTHIESSEN, 2014) com base na hipótese de que tendem a se colocar como manobras discursivas de proteção de face em editoriais de jornal, uma vez que esse gênero não se constitui como um texto de persuasão explícita. Dessa maneira, com o objetivo de verificar essa característica, será analisado se apenas um grupo ou todas as cláusulas encaixadas camuflariam o posicionamento do articulista em diversos momentos do texto. O estudo dessas orações baseou-se em um *corpus* formado por editoriais do *site* Folha de São Paulo. O levantamento e a análise das ocorrências revelaram que as pós-modificadoras nominais, salvo as ligadas a substantivos derivados de adjetivos e advérbios, tais quais as relacionadas a estas últimas duas classes, contribuíram para a proteção da face do articulista, critério essencial para a manutenção do contexto de cultura do gênero em análise. Dessa forma, comprovou-se a importância de tais estruturas para a garantia do mandato que o leitor da Folha concede ao jornal.

Palavras-chave: linguística sistêmico-funcional; encaixamento; editorial de jornal.

## ABSTRACT

TELLES, Érica Portas do Nascimento. **The clauses embedded in the newspaper editorial**. 2023. 150 f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

The object of this work is embedded clause. Thus, restrictive relative clauses, traditionally known as adjectives, nominal completive nouns, objective ones introduced by verbs other than mental and verbal, subjective and predicative nouns, as well as comparative and consecutive adverbials will be analysed. Considering their use in the editorial genre, embedded clauses will be investigated from a systemic-functional perspective (HALLIDAY and MATTHIESSEN, 2014) based on the hypothesis that they tend to be placed as face protection discursive maneuvers in newspaper editorials, since this genre is not constituted as a text of explicit persuasion. In this way, with the objective of verifying this characteristic, it will be analyzed if only one group or all the embedded clauses would camouflage the position of the writer in different moments of the text. The study of these prayers was based on a corpus formed by editorials from the Folha de São Paulo website. The survey and analysis of the occurrences revealed that the nominal post-modifiers, except those linked to nouns derived from adjectives and adverbs, such as those related to the latter two classes, contributed to the protection of the writer's face, an essential criterion for maintaining of the cultural context of the genre under analysis. In this way, the importance of such structures was proven to guarantee the mandate that the Folha reader grants to the newspaper.

Keywords: systemic-functional linguistics; embedded clause; newspaper editorial.



## LISTA DE IMAGEM

Imagem 1 - Propriedades dos estratos gramaticais .....	18
Imagem 2 - Eixo tático e eixo lógico-semântico .....	29
Imagem 3 - Elaboração paratática e elaboração hipotática .....	31
Imagem 4 - Extensão paratática e extensão .....	36
Imagem 5 - Intensificação .....	39
Imagem 6 - Encaixamento e relações hipotáticas.....	50
Imagem 7 - Encaixamento por intensificação.....	53
Imagem 8- Processos ligados a cláusulas-ação .....	58
Imagem 9 - Tipos de Projeção e suas Ocorrências .....	63
Imagem 10 - Estrutura de grupo nominal com projeção encaixada .....	65
Imagem 11 - Substantivos de projeção e de fato .....	68
Imagem 12 - Substantivos e adjetivos de fato.....	75
Imagem 13 - Linguagem e seu ambiente semiótico.....	80

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Editorial - Marta x Maluf.....	91
Quadro 2 - Editorial – Limites a Chávez.....	104
Quadro 3 - Editorial – Aprovados.....	112
Quadro 4 - Editorial – Censura em Rede.....	121
Quadro 4 - Editorial – Atacar as <i>Fake News</i> .....	132

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	11
1	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA</b> .....	17
1.1	<b>Os estratos gramaticais</b> .....	17
1.1.1	<u>As propriedades dos estratos gramaticais</u> .....	18
1.1.1.1	Hipotaxe ou subordinação.....	18
1.1.1.2	Parataxe ou coordenação .....	21
1.2	<b>Coordenação e subordinação ainda em uma perspectiva não funcionalista da linguagem</b> .....	23
1.2.1	<u>Coordenação de orações</u> .....	23
1.2.2	<u>Subordinação de orações</u> .....	25
1.3	<b>As relações oracionais na Gramática Sistêmico-Funcional: os eixos táticos e lógico semântico</b> .....	27
1.3.1	<u>Relações de expansão e projeção</u> .....	29
1.3.1.1	Elaboração, extensão e intensificação.....	30
1.3.1.1.1	Elaboração.....	30
1.3.1.1.1.1	Elaboração hipotática.....	32
1.3.1.1.1.1.1	Elaboração hipotática finita.....	34
1.3.1.1.1.1.2	Elaboração hipotática não finita.....	34
1.3.1.1.2	Extensão.....	35
1.3.1.1.2.1	Extensão hipotática finita.....	37
1.3.1.1.2.2	Extensão hipotática não finita.....	38
1.3.1.1.3	Intensificação.....	39
1.3.1.1.3.1	Intensificação por hipotaxe.....	42
1.3.1.1.3.1.1	Estruturas finitas.....	43
1.3.1.1.3.1.2	Estruturas não finitas .....	45
1.4	<b>Encaixamento</b> .....	46
1.4.1	<u>Tipos de estruturas encaixadas</u> .....	47
1.4.1.1	Encaixamento por elaboração.....	50
1.4.1.2	Encaixamento por extensão.....	52
1.4.1.3	Encaixamento por intensificação.....	52
1.4.2	<u>Encaixamento: o ato e a projeção</u> .....	55
1.5	<b>Projeção</b> .....	60

1.5.1	<u>Projeção por encaixamento</u> .....	63
1.6	<b>Cláusulas de fato como núcleo de estrutura nominal sem um substantivo de fato acoplado</b> .....	72
2	<b>GÊNEROS TEXTUAIS</b> .....	78
2.1	<b>O editorial</b> .....	80
3	<b>METODOLOGIA</b> .....	83
3.1	<b>Análise do corpus</b> .....	83
3.2	<b>Ocorrências</b> .....	84
3.3	<b>Procedimentos de análise</b> .....	85
4	<b>ANÁLISE DO CORPUS</b> .....	89
4.1	<b>Editorial 1</b> .....	89
4.1.2	<u>Análise de ocorrências</u> .....	91
4.2	<b>Editorial 2</b> .....	102
4.2.1	<u>Análise de ocorrências</u> .....	103
4.3	<b>Editorial 3</b> .....	111
4.3.1	<u>Análise de ocorrências</u> .....	112
4.4	<b>Editorial 4</b> .....	119
4.4.1	<u>Análise de ocorrências</u> .....	121
4.5	<b>Editorial 5</b> .....	130
4.5.1	<u>Análise de ocorrências</u> .....	132
5	<b>ANÁLISE DOS RESULTADOS</b> .....	137
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	142
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	143

## INTRODUÇÃO

A Língua é um potencial de significados que, realizado por uma rede de sistemas, possibilita ao falante representar seu mundo, suas experiências, manter relações e organizar os seus enunciados. Tal representação, manutenção e organização são instanciadas em um ambiente imediato, fato que caracteriza essa ferramenta da comunicação como maleável, isto é, como uma entidade viva, sujeita a influências dos contextos de situação e de cultura que cercam a sua utilização e intervêm diretamente nos distintos discursos exigidos pelas diversas situações comunicativas, constituindo um texto.

O contexto de situação, que, juntamente com o de cultura, situa o ouvinte/leitor no texto, instancia por meio das variáveis campo, relação e modo um sistema de significados, denominado sistema semântico, o qual se forma pela integração dos componentes linguísticos experiencial, lógico, interpessoal e textual. O componente lógico é o que mais interessa a este trabalho, pois, representante da metafunção ideacional, diz respeito à relação estrutural e semântica entre as orações e, por isso, à negociação de sentidos que se pretende estabelecer com a realização dos chamados complexos oracionais.

Nessa perspectiva, tendo em vista a contribuição de tal negociação para o alcance dos objetivos discursivos de um texto, emergiu a motivação desta pesquisa, que se propõe a analisar as relações oracionais de encaixamento nos editoriais e evidenciar sua importância na realização dos propósitos discursivos desse gênero.

Para tanto, esta tese parte da hipótese de que as encaixadas pós-modificadoras de grupos nominais – as adjetivas restritivas e as completivas nominais, sobretudo as não ligadas a nomes derivados de adjetivos – e as pós-modificadoras de adjetivos ou de advérbios – as adverbiais consecutivas e as comparativas incorporadas – tendem a funcionar como manobras discursivas, já que, devido à sua forma, escamoteariam o posicionamento do autor sob a roupagem da informação, ratificando o papel informativo do editorial<sup>1</sup>. No entanto, no que diz

---

<sup>1</sup> Embora seja um gênero opinativo, o Manual Geral de Redação (2005), da Folha de São Paulo, afirma que o editorial deve ser informativo.

respeito às encaixadas nucleares<sup>2</sup> – substantivas subjetivas, predicativas e objetivas oriundas de verbos distintos dos do dizer e do sentir – desconfia-se de que não são elas que colaboram com os propósitos do editorial, mas a oração que as embute. Tal desconfiança se fundamenta em trabalhos, como o de Schlee (2008), que demonstram o papel avaliativo das orações principais.

Assim, conquanto se tenha notado que, no simplexo de que fazem parte as nucleares e as pós modificadoras nominais relacionadas a substantivos oriundos de adjetivos e advérbios e as a eles ligadas, tenda-se a constituir a configuração argumentativa explícita sobre dado assunto, nota-se, muitas vezes, que a realização desse tipo de simplexo é usada para manter a máscara social do articulista e não expor a sua opinião sobre a temática abordada. No entanto, tal manutenção pode ser fruto do valor expresso pela oração que embute a encaixada.

Assim, pretende-se mapear as cláusulas encaixadas, descrever o padrão de ocorrências específicas que estruturam os textos componentes do *corpus* e verificar quais colaboram com a estratégia argumentativa do articulista de proteção de face.

Logo, fez-se necessária a adoção de um aporte teórico que concebesse a língua como um potencial de significados e, portanto, compreendesse a relação oracional não apenas como tática, mas como uma realização semântica. Diante desse cenário, a Linguística Sistêmico-Funcional (doravante LSF) mostrou-se adequada aos objetivos do trabalho em tela.

Essa teoria concebe a linguagem como um instrumento sociossemiótico e, portanto, caracteriza a sintaxe da língua como uma estrutura a serviço de um contexto sociocultural. Para os funcionalistas, as realizações gramaticais de uma língua são diretamente relacionadas aos propósitos discursivos que as determinam.

Dessa maneira, a LSF entende que a seleção de dada relação oracional depende da importância da semiótica textual, interpessoal e ideacional que se quer dar à cláusula.

É cabível destacar que, para Halliday (2001), as metafunções são projetadas umas sobre as outras, uma vez que todo ato é uma representação e obedece ao desejo de o falante intervir no papel social interpretado por seu interlocutor, em suas opiniões e vontades. O autor, apenas para fins didáticos, optou pela apresentação de cada uma delas em separado. Dessa forma, recorrendo à finalidade didática, esta

---

<sup>2</sup> Comportam-se como núcleo de um sintagma nominal.

pesquisa, ao ter como objeto de análise as relações lógico-semânticas de encaixamento, centrar-se-á na metafunção ideacional lógica.

A função lógica é um importante recurso responsável pelo fluxo de desenvolvimento do texto. As orações podem-se apresentar como simples ou compor o que Halliday e Matthiessen (2014) denominam complexo oracional. Para esses autores, a relação entre as orações que formam um complexo é determinada pelo grau de interdependência (taxe) e pela expressão lógico-semântica.

O sistema tático especifica o grau de interdependência entre as cláusulas: o encadeamento entre orações do mesmo nível é denominado paratático, ao passo que o encadeamento entre cláusulas de *status* distintos é chamado hipotático. Na parataxe, as estruturas oracionais se relacionam sequencialmente, isto é, não há predominância de uma sobre a outra; todavia, na hipotaxe, a relação se calca em elos de dependência: uma oração se constitui como dominante e as demais como dependentes.

No tocante às relações lógico-semânticas, pode-se dizer que realizam as relações semânticas de expansão ou de projeção entre as cláusulas componentes do complexo oracional: na expansão, a cláusula secundária expande a oração primária por meio de três operações semânticas distintas — a elaboração, a extensão e a intensificação; na projeção, a oração primária projeta uma cláusula que instancia não a representação direta da experiência, mas a representação de um conteúdo linguístico de outra experiência. Desse processo, lança-se mão para, em um texto, divulgar outras vozes.

Nesse contexto em que se percebe que o funcionalismo considera, na combinação de orações, tanto o eixo tático quanto o semântico, há um outro processo cujo papel é instanciar um sistema de interdependência. Halliday e Matthiessen (2014) o denominam encaixamento e o compreendem não como um processo tático, ou seja, uma relação entre as orações, mas como um processo por meio do qual uma cláusula passa a funcionar como constituinte de uma estrutura nominal ou como a própria estrutura nominal, não havendo relação direta entre a cláusula embutida e aquela que a embute, mas entre alguma estrutura da cláusula dominante e a oração dominada.

Assim, pelo fato de a oração estar a serviço de um grupo nominal ou formando esse grupo, esse processo constitui uma alteração de nível. O encaixamento pode, dessa maneira, realizar-se quando a oração funcionar como

pós-modificador de grupo nominal; núcleo de um grupo nominal, bem como pós-modificador de um grupo adverbial e adjetival.

Logo, as orações encaixadas são parte de um grupo nominal ou um grupo nominal dentro de outra oração, servindo para qualificar ou complementar nomes e verbos da oração dominante. Consequentemente, a estrutura encaixada passa a funcionar como membro sintático da oração da qual faz parte, perdendo o seu “*status*” oracional. Nesse sentido, o período constituído por encaixamento não constitui um complexo oracional, mas um simplexo.

Assim, compreendendo as estruturas encaixadas como formadoras de simplexos e não de complexos oracionais, esta pesquisa pretende, delimitando quais cláusulas denominadas pela Gramática Tradicional, doravante (GT), como subordinadas se equiparam às encaixadas, identificar tais construções no *corpus* selecionado e, assim, investigar a sua contribuição com a função comunicativa do gênero em análise.

Nesse sentido, é cabível destacar que a pesquisa em tela teve seu desenvolvimento fundamentado em 8 perguntas, quais sejam:

- 1) Qual a diferença entre o conceito de hipotaxe que fundamenta a ideia de dependência oracional adotada pela GT e o conceito adotado pela Linguística Sistêmico-Funcional?
- 2) Para compreender a hipotaxe é necessário entender a parataxe?
- 3) Qual o critério estabelecido pela Linguística Sistêmico-Funcional para distinguir as estruturas hipotáticas das encaixadas?
- 4) Por que, na projeção, quando a relação ocorre entre cláusulas, a projetada não é, na visão de Halliday e Matthiessen (2014), considerada encaixada?
- 5) Como se dá a projeção por encaixamento?
- 6) Qual o potencial semântico-discursivo das estruturas encaixadas?
- 7) No caso das nucleares e das pós-modificadoras ligadas a nomes oriundos de adjetivos e advérbios ou mesmo as ligadas a essas duas classes, a proteção de face emerge das encaixadas?
- 8) Como as estruturas encaixadas podem contribuir com os propósitos do gênero editorial?



Nesse viés, no segundo capítulo, com o objetivo de compreender o processo de classificação de orações adotado pela GT, fundamentado nas noções de dependência e independência oracional, esta pesquisa busca fazer, na seção 2.1, um estudo sobre os estratos gramaticais da língua, a fim de obter informações para, adiante, estabelecer a diferença entre o conceito de subordinação tomado pela perspectiva tradicional e pela funcionalista.

Tal estudo baseia-se na obra de Bechara (2009), a qual se fundamenta em considerações que justificam os conceitos de coordenação e subordinação adotados pela GT.

Nesse contexto, entende-se como essencial, na seção 2.2, visitar outros autores que discorrem sobre os conceitos de hipotaxe e parataxe que alicerçam a visão de Bechara (2009), aprofundando a investigação sobre o conceito de subordinação em que se assenta a visão tradicional.

Na seção 2.3, pretende-se analisar as relações oracionais sob o viés da Linguística Sistêmico-Funcional para, com os dados necessários, determinar as divergências entre os conceitos de parataxe e hipotaxe que amparam a GT e os que fundamentam a LSF e, assim, compreender a hipotaxe a partir da visão sistêmica.

Na seção 2.4, discorre-se sobre o encaixamento, estabelecendo a diferença entre esse processo e a hipotaxe. Na próxima seção, fala-se sobre o motivo de, na projeção entre cláusulas, a oração projetada não ser considerada por Halliday (2014) encaixada, bem como sobre a projeção por encaixamento. Na 2.6, são abordadas as cláusulas de fato — as introduzidas pela palavra fato ou semelhante — sem substantivos de fato acoplados.

No terceiro capítulo, fala-se sobre os gêneros textuais e, na seção 3.1, abordam-se as características do editorial, a fim de que se possa relacionar a importância das estruturas encaixadas para o alcance dos objetivos desse gênero discursivo.<sup>3</sup> No quarto capítulo, aborda-se a metodologia desta pesquisa.

No quinto capítulo, encontra-se a aplicação da teoria ao *corpus* da nossa pesquisa: a análise das estruturas encaixadas no *corpus* selecionado e, a partir de então, este trabalho parte para as considerações finais, seção na qual são apresentados os resultados e as conclusões a que chegamos, após a análise do *corpus*.

Nesse cenário, esta pesquisa espera, a partir da investigação sobre a configuração das cláusulas encaixadas nos editoriais, propor um novo tratamento

para essas estruturas, o qual leve em consideração o propósito comunicativo dos gêneros discursivos.

## **1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Neste capítulo, abordam-se os conceitos necessários para que seja estabelecida a diferença entre o conceito de subordinação adotado pela GT e pela Sistêmico-Funcional, a fim de que se entenda a definição de hipotaxe assumida por Halliday (2014) e, assim, compreenda o motivo de o encaixamento ser considerado um processo à parte, bem como as suas características.

Nesse sentido, com a finalidade de começar a determinar as divergências entre o conceito de hipotaxe definido pela GT, a primeira seção deste capítulo discorrerá sobre os estratos gramaticais da Língua.

### **1.1 Os estratos gramaticais**

Com o interesse de compreender, a partir do conceito de uma Gramática de cunho nacional, o processo de classificação de orações adotado pela gramática tradicional (GT), que se pauta na concepção de dependência e de independência oracional, esta pesquisa buscou, por não ter encontrado em outras obras que compõem a tradição, em Bechara (2009), um estudo sobre os estratos gramaticais da língua, dado que sua obra perpassa não só o discurso da prescrição de normas, típica das gramáticas tradicionais, mas o da ciência, ou seja, da Linguística. Tal busca se fez fulcral para este trabalho, uma vez que, por meio dela, pôde-se começar a estabelecer a diferença entre o conceito de subordinação tomado pela perspectiva tradicional e pela funcionalista, pois o autor lança mão de considerações que justificam as escolhas dos conceitos adotados pela GT.

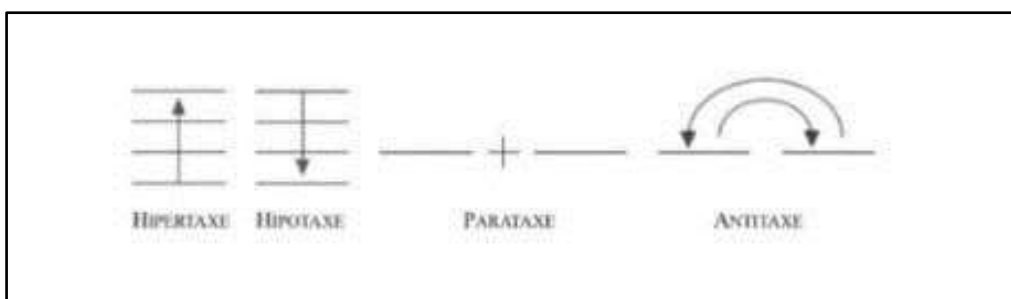
Assim, iniciamos este capítulo com concepções fundamentadas nas definições de Bechara (2009), autor basilar para o entendimento, na Língua Portuguesa, dos processos de subordinação e de coordenação, a abordar diretamente a caracterização de tais estratos em uma gramática de Língua Portuguesa.

### 1.1.1 As propriedades dos estratos gramaticais

Os estratos gramaticais componentes da Língua Portuguesa são, pela ordem ascendente, o monema, a palavra gramatical, o sintagma, a cláusula, a oração, bem como o texto, e as propriedades responsáveis por sua estruturação, ou seja, por sua mudança de categoria são, de acordo com Bechara (2009), a hipertaxe; a hipotaxe; a parataxe e a antitaxe.

A representação de tais propriedades podem ser materializadas da seguinte forma:

Imagem 1 - Propriedades dos estratos gramaticais



Fonte: Bechara, 2009, p.46.

Essa figura resume a caracterização de cada propriedade, levando-nos a compreender como as relações léxico-gramaticais podem ser instanciadas pela relação de superordenação, de subordinação, de coordenação e de substituição, que equivalem, respectivamente, à hipertaxe, à hipotaxe, à parataxe e à antitaxe. Bechara (2009), ao oportunizar o acesso a essa dimensão da linguagem, permitiu-nos compreender, de maneira mais eficaz, a formação dos processos de coordenação e de subordinação.

Por isso, a partir de suas considerações, começaremos as análises dos processos descritos anteriormente. Contudo, não abordaremos o princípio da antitaxe e da hipertaxe, uma vez que este trabalho se debruçará apenas sobre os sistemas da parataxe e da hipotaxe, embora o seu foco seja esta última.

#### 1.1.1.1 A Hipotaxe ou a subordinação

A hipotaxe, opondo-se à propriedade da hipertaxe, consiste, segundo Bechara (2009), na possibilidade de uma unidade correspondente a um estrato superior funcionar como uma categoria inferior. Assim, uma oração pode passar à função de membro de outra oração. De acordo com o autor, é importante verificar que esse tipo de propriedade tem uma aplicação mais extensa do que a superordenação.

Em princípio, toda unidade superior ao estrato de monema pode ser subordinada. Assim, um texto pode funcionar como oração em um outro texto; uma oração como um grupo de palavras, um grupo de palavras como uma palavra gramatical e uma palavra como morfema:

Em verdadeiramente ele disse isso, a cláusula comentário (verdadeiramente), por hipertaxe, passa a oração (é verdade), enquanto temos a hipotaxe da cláusula comentada (ele disse isso). As palavras compostas, do tipo planalto e as perífrases lexicais, como pé de valsa (exímio dançarino) são, do ponto de vista gramatical, subordinações ou hipotaxes de grupos de palavras no nível da palavra, por outro lado, locuções do tipo por meio de, por causa de funcionam no nível de elementos mínimos (aproximadamente como com, por). (BECHARA, 2009, p. 47).

Em línguas como o português, as conjunções ou as locuções subordinativas, as preposições e o pronome relativo são morfemas de subordinação, isto é, transpositores. A preposição, além de formar sintagmas adjetivais e adverbiais derivados, será instrumento, sobretudo nas orações reduzidas de infinitivo, de transposição oracional. Nesse sentido, é cabível ressaltar que os morfemas constituintes das formas nominais também seriam transpositores, pois remeteriam os verbos a um funcionamento substantivo, adjetivo ou adverbial<sup>3</sup>.

A hipotaxe de orações ou cláusulas depende, muitas vezes, de dois instrumentos, consoante Bechara (2009): um para marcar a subordinação, ou seja, para fazer uma estrutura oracional funcionar como membro de outra e não como uma oração independente, e outro instrumento que indicará a função que a estrutura

---

<sup>3</sup> O que pode ser observado em construções como “Bebendo, não dirija”, caso em que o morfema formador de gerúndio transpõe o verbo à função adjunta adverbial, passando a oração “bebendo” a ser classificada por oração subordinada adverbial reduzida de gerúndio.

dependente exercerá na oração complexa. Na Língua Portuguesa, segundo o autor, a marca de subordinação é realizada pelo “que”<sup>4</sup>.

Em se tratando de função sintagmática não marcada (sujeito, complemento direto), só se emprega essa marca. No entanto, em alguns casos, pode-se dispensar essa marcação caso o sintagma oracional subordinado seja introduzido por um pronome, um advérbio interrogativo ou exclamativo ou pela conjunção “se”.

É notório destacar que, nos casos de função sintagmática introduzida por preposição, a conjunção subordinativa é constituída por esse instrumento gramatical com que a cláusula substantiva passa a desempenhar função acessória e por uma marca de substantivação, seja o “que” ou o infinitivo. Nesse viés, nota-se que o “que” é responsável pela substantivação da oração e a preposição introduz o sintagma subordinado para determinar a função sintagmática respectiva<sup>5</sup>.

As locuções conjuntivas se formam em torno de elemento substantivo ou de uma construção de natureza substantiva e um transpositor, que pode ser uma preposição, um adjetivo ou um advérbio. Na seguinte frase: “Estudei para que passasse.”, em “para que passasse”, tem-se uma locução prototípica, na qual a oração “passasse” é levada pelo “que” ao nível de substantivo e, assim, formada a estrutura substantiva, como elementos substantivos ou substantivados não podem ocupar função acessória, a preposição “para” faz com que a cláusula desempenhe função adjunta, constituindo uma oração subordinada adverbial de semântica final.

Logo, no caso das locuções conjuntivas em que não há uma palavra substantiva, mas uma oração, há dois tipos de transposição: a que transforma a oração em substantiva, sendo, para isso, necessário um subordinante “que”, e a que transpõe, por meio de preposição, de adjetivo ou de advérbio, a oração substantiva ao papel de adjunto. É o caso de PARA QUE, DESDE QUE, CONTANTO QUE, AINDA QUE e outras.

Dessa forma, como o “que” é o elemento subordinante, já que ele é o responsável, em tais situações, pela passagem do enunciado linguístico do estrato

---

<sup>4</sup> Entendemos que Bechara (2009) se refere ao papel do “que”, sobretudo, nas locuções, porquanto, nesses casos, ele é responsável por substantivar a oração, ou seja, levá-la ao nível de palavra; a qual, depois, com a inserção da preposição ou advérbio, passa a desempenhar função acessória.

<sup>5</sup> Em construções como “saí sem que ela me visse”, a cláusula “sem que ela me visse” é transposta pelo “que” ao nível de substantivo e pela preposição “sem” à função de estrutura adjunta.

da oração para o estrato da palavra, enquanto a preposição é responsável apenas pela mudança sintagmática, Bechara (2009) o classifica como elemento responsável pela marca de subordinação.

Assim, pode-se ressaltar que, na Língua Portuguesa, a subordinação de orações relaciona-se, diretamente, ao princípio da hipotaxe, que, como pode ser visto, é classificado como aquele em que um elemento gramatical perde sua propriedade natural, passando a funcionar como uma categoria de nível inferior. Logo, nesse viés, as cláusulas perderiam sua propriedade oracional e desempenhariam funções sintagmáticas.

Logo, a dependência, conforme Bechara (2009), está, intimamente, relacionada à perda de *status* gramatical, o que difere da abordagem funcionalista, como veremos mais adiante.

#### 1.1.1.2 A Parataxe ou a coordenação

A Parataxe ou a coordenação é a propriedade pela qual unidades do mesmo estrato funcional podem relacionar-se, constituindo, no mesmo nível, uma nova unidade capaz de contrair relações sintagmáticas próprias desse plano. Assim, a parataxe é caracterizada por Bechara (2009) pela combinação de estruturas equivalentes do ponto de vista gramatical.

Pode-se concluir, então, que a parataxe se caracteriza como um processo de desdobramento, no qual estruturas se associam sem manter vínculos sintáticos. Nesse processo, uma unidade não funciona como determinante da outra, de maneira que o resultado da combinação entre elementos de um mesmo estrato é, gramaticalmente, equivalente às estruturas combinadas:

Podem coordenar-se orações que apresentam uma mesma função textual, palavras e grupos de palavras de mesmas funções (tais como sujeito, complemento, adjunto) e até preposições e conjunções do estrato de monemas, como *com* e *sem*, *e* e *ou*. A única condição a ser respeitada é que se trate de unidades pertencentes ao mesmo nível ou transpostas ao mesmo estrato em virtude da hipertaxe ou da hipotaxe. (BECHARA, 2009, p. 48).

O autor afirma que, partindo dos três tipos fundamentais e opositivos de coordenação em português (a aditiva, a adversativa e a alternativa), as construções

paratáticas poderiam ainda exprimir relações internas de “dependência, isto é, a parataxe, para ele, incluiria a hipotaxe” ou que a parataxe também seria hipotaxe<sup>6</sup>.

A parataxe ocorreria, então, no plano gramatical, ao passo que, simultaneamente a ela, aconteceria a hipotaxe no âmbito do discurso. Por isso, os segundos elementos estariam coordenados aos primeiros no nível da oração, mas subordinados a estes como unidades textuais. É mister salientar que os processos tratados em tela são propriedades de estratos gramaticais e, dessa forma, considerar a dependência discursiva como uma propriedade hipotática seria uma confusão de planos de análise.

Nesse sentido, ao se falar de parataxe, não consideramos as dependências semânticas, sobretudo pelo fato de que, para Halliday e Matthiessen (2014), os sentidos podem ser realizados pelos diferentes processos e as relações de dependência se constituírem apenas no eixo gramatical. Assim, o autor, nesse caso, compreende e deixa claro que não é o sentido que determina a classificação de um processo em hipotático ou paratático, mas a relação formal entre os elementos.

É fundamental salientar que, a partir da descrição dos estratos gramaticais em Bechara (2009), conseguimos reconhecer a formação dos dois princípios básicos que conceituam as classificações adotadas pela GT. Dessa maneira, o princípio da independência sintática se constitui, segundo o autor, pelas relações entre unidades do mesmo estrato, sem manutenção de vínculo sintático e, assim, caracteriza-se como um desdobramento.

A dependência estrutural, em que unidades de estratos superiores passam a funcionar como as de estratos inferiores e assumem uma função sintática em relação à estrutura a que se liga, caracteriza-se pelo que chamaremos miniaturização<sup>7</sup>, dada a redução de nível estrutural dos termos subordinados.

Nessa perspectiva, procuraram-se outros autores, os quais desenvolvessem teorias que pudessem ampliar as concepções de desdobramento e de

---

<sup>6</sup> Seria o que Garcia (2006) denomina coordenação gramatical e subordinação psicológica, casos em que existe apenas autonomia formal, pois “a comunicação de um sentido só se fará com o auxílio de outro enunciado: ‘Está chovendo, portanto, não sairemos’, ‘Todos o procuraram, mas ninguém o encontrou’” (GARCIA, 2006, p.47).

<sup>7</sup> Nomenclatura utilizada por Carone (1991).



miniaturização, que, embora não tratadas na GT, sustentam o modelo de classificação dessa gramática.

## **1.2 Coordenação e subordinação ainda em uma perspectiva não funcionalista da linguagem**

Neste tópico, abordar-se-á a formação da coordenação e da subordinação em uma perspectiva não funcionalista da linguagem, a fim de que possamos comparar os dois processos e compreender, detalhadamente, a caracterização da hipotaxe pela gramática tradicional.

Assim, no que tange a tal comparação, é cabível salientar que Mattoso Câmara (2009) fundamenta a diferença entre coordenação e subordinação no fato de que a hipotaxe se concretiza como um processo linguístico que cria o sintagma, isto é, o processo por meio do qual se estabelece a relação entre determinante e determinado, entre os constituintes frasais, ao passo que a coordenação gera sequências.

Logo, na estrutura frasal, a gramática tradicional entende por subordinação ou por hipotaxe a construção sintática em que uma oração, determinante, então subordinada se articula com outra, determinada por ela. De acordo com o autor, a hipotaxe pode ser realizada por três espécies de conectivo, quais sejam: as preposições, os pronomes relativos e as conjunções subordinativas.

Assim, com o auxílio das informações expostas, estabeleceremos as principais diferenças entre os processos paratático e hipotático a partir das definições e dos conceitos que conseguem explicar as concepções de coordenação e de subordinação e suas classificações adotadas por Bechara (2009) e pelos que assumem uma visão tradicionalista da linguagem.

### **1.2.1 Coordenação de orações**

Nesta pesquisa, não nos aprofundaremos nas questões polêmicas que envolvem a caracterização de orações como coordenadas, pois o encaixamento, processo reconhecido por Halliday e Matthiessen (2014) e tema analisado por este trabalho, é tomado pela gramática tradicional como um mecanismo hipotático. Nesse sentido, pretendemos apenas diferenciar a parataxe da subordinação, a fim de ressaltar as características da hipotaxe para, depois, justificar a classificação funcionalista de orações em hipotáticas e em encaixadas.

Martinet (1967 *apud* CARONE, 1991) conceitua a coordenação como relação mediante a qual o elemento acrescentado à estrutura desempenha função idêntica àquele preexistente no mesmo quadro, de forma que se poderia recuperar a estrutura do enunciado primitivo, caso se suprimisse o termo preexistente e a marca coordenada, mantendo o vocábulo acrescentado.

Nesse sentido, depreende-se que a coordenação tem sua base no eixo paradigmático, uma vez que, segundo Carone (1991), os membros de um paradigma podem, hipoteticamente, comutar com aquele que está em um ponto da cadeia sintagmática. Dessa maneira, não há, na coordenação, formação de sintagmas, pois, como os componentes estruturais que por ela se relacionam pertencem as associações paradigmáticas, a parataxe não é resultado de um binarismo, mas consequência de um desdobramento.

Logo, uma das características da coordenação é a possibilidade de ser constituída por séries associativas abertas, só finalizadas convencionalmente. Nesse contexto, é cabível destacar que, na coordenação de orações, diferentemente da subordinação, há uma relação de desdobramento oracional. Isso implica não haver relação sintática entre as cláusulas que se relacionam.

Assim, o conceito de independência oracional é oriundo do fato de que a conjunção coordenativa não opera o mecanismo da translação<sup>8</sup>. Nesse cenário, as orações coordenadas, ainda que mantenham entre si uma interdependência pragmática, estruturalmente são autônomas.

Essa autonomia se concretiza por meio de morfemas segmentais e suprasegmentais, a conjunção e a pausa. Segundo Mikus (1952), na coordenação,

---

<sup>8</sup> Alteração operada por instrumento gramatical (que também pode ser um morfema zero) sobre determinada lexia, levando-a a assumir o comportamento de outra.

termos da mesma categoria são postos em série; dessa forma, as cláusulas, nesse processo, mantêm sua integridade oracional. Tal característica pode ser constatada por as coordenadas não funcionarem como estruturas internas da frase:

Em se tratando de coordenação de orações, pode-se dizer que estas são estruturalmente independentes, isto é, que uma não exerce função dentro da outra, em razão de não se operar o encaixe de uma oração em lugar de um dos termos de outra, como no caso da subordinação. (KOCH, 2011, p.142).

Logo, na parataxe, não há formação de sintagmas; mas de sequências, em virtude de as construções coordenadas não funcionarem como membro das estruturas a que se ligam. Essa é, portanto, a perspectiva que justifica a adoção da ideia de independência sintática tomada pela GT.

### 1.2.2 Subordinação de orações

O sistema linguístico disponibiliza para o falante gamas de ferramentas para fundir ou relacionar orações. Na subordinação das cláusulas, conforme Carone (1991), sugere-se uma subalteridade. Portanto, na hipotaxe, a oração constitui uma subordem de orações, ditas subordinadas; dessa forma, o instrumento que opera para tal constituição tem a propriedade de fazer toda uma oração comportar-se como membro de outra:

A oração subordinada não se articula com outra oração, considerada esta em sua totalidade; ela contrai uma relação de dependência com um termo de outra oração. Aí está um momento *sui generis* da estruturação sintática: a constituição de um par de functivos em que um elemento de nível inferior (um termo da oração) é o functivo central a que se articula, como marginal, um elemento de nível superior (uma oração). (CARONE, 1991, p. 91).

Para a autora, a ocorrência dessa quebra hierárquica é fruto de um processo denominado miniaturização, o qual leva a oração subordinada ao papel de membro sintático da outra. Nesse viés, mediante tal operação, as orações determinada e determinante passam a ser apenas uma, pois essa última é apenas, nas palavras da autora, um termo da oração. Assim, justifica-se a denominação período complexo e não composto.<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> Entende-se por período composto aquele em que as orações não perdem a integridade oracional, ou seja, aquele em que a cláusula não perde sua autonomia formal.

No caso de uma oração introduzida por pronome relativo, verifica-se que esse elemento articula a sua oração a um substantivo, integrando-a a um sintagma nominal como termo periférico em função adjectival. Para a autora, assim como para Mattoso (2009), todas as conjunções subordinativas são, à semelhança dos relativos, instrumentos de inserção de uma oração em determinado ponto da outra.

Dessa forma, as cláusulas encabeçadas por conjunções cujas orações caracterizam os verbos, os adjectivos e os advérbios das subordinantes funcionam, para a Gramática tradicional, como advérbios. São, portanto, as conjunções subordinativas adverbiais ou as locuções conjuntivas que têm a propriedade de caracterizar o comportamento de uma estrutura oracional como o de um advérbio. Desse modo, formam-se as orações subordinadas adverbiais.

Os instrumentos gramaticais que produzem cláusulas subordinadas são, então, responsáveis, de acordo com Carone (1991), por uma tarefa, extremamente, refinada, já que miniaturizam a oração com que se relacionam a lexemas; realizam a translação de segundo grau, levando a estrutura que encabeçam a comportamentos substantivos, adjectivos ou adverbiais. Esses instrumentos inserem a oração em um ponto da outra.

Segundo Tesnière (1969), a translação é um mecanismo sintático pelo qual dada categoria gramatical passa a funcionar como outra. De acordo com o autor, a translação consiste em duas operações: a primeira extrai a estrutura introduzida pelos transpositores da sua categoria gramatical e, depois, atribui-lhe uma nova categoria:

A transferência consiste em duas operações de categoria, a primeira consiste na extração da fonte de sua categoria original, e a segunda atribui-lhe uma nova categoria. Os translativos abordados realizam apenas esta segunda operação. (TESNIÈRE, 1969).

As novas categorias são firmadas pelos transpositores, que articulam as orações por meio de pontos de inserção, isto é, de nódulos subordinantes. Nesse sentido, os transladores atribuem à oração um papel secundário, inserindo-a em um nódulo subordinante com o qual manterá uma função sintática. Assim, na hipotaxe, segundo Carone (1991), estudiosa de Tesnière (1969), uma oração é um termo oracional, diferentemente da parataxe, em que os functivos são duas orações, pois nenhuma delas passa pelo processo da translação.

Desse modo, na subordinação, há um processo de incorporação a que a autora chama de miniaturização. No entanto, haveria de se falar de graus de

incorporação, que levam em conta o caráter nuclear ou acessório da oração subordinada. Essa gradação é o que difere, na Linguística Sistêmico-Funcional, a hipotaxe do encaixamento.

### 1.3 As relações oracionais na Gramática Sistêmico-Funcional: os eixos tático e lógico semântico

Consoante Halliday e Matthiessen (2014), as cláusulas complexas são formadas por um conjunto de orações que se relacionam para formar uma frase. Essa relação se instancia por meio de dois sistemas: o estrutural –cunhado tático– e o semântico-discursivo –o lógico-semântico–, os quais realizam subsistemas que determinarão as relações gramaticais de interdependência e as discursivas.

De acordo com a Gramática Sistêmico-Funcional, todas as cláusulas ligadas por uma relação lógico-semântica são interdependentes. No entanto, estruturalmente, isto é, no que tange ao eixo tático, essa relação de sentido pode ser realizada de modo a manter a autonomia gramatical das orações, em que ambas as cláusulas mantêm a equidade estrutural, ou de modo a promover uma hierarquia de status entre elas. A hipotaxe é, portanto, marcada pela relação entre uma estrutura dominante e uma dependente.

A partir de então, pode ser estabelecido um conceito mais aprofundado de hipotaxe, pois, ainda que ela abarque a relação de dependência, é essencial destacar que esse processo, na visão systemicista, não envolve o processo de miniaturização, pois, embora dependente, a oração hipotática não perde seu estatuto oracional. Assim, segundo Matthiessen e Thompson (1988), o uso do termo subordinação para a cláusula dependente pode implicar confusão:

O uso do termo “subordinação” para a cláusula dependente pode levar à confusão, uma vez que a “subordinação” tem sido geralmente usada para se referir tanto à hipotaxe quanto ao encaixamento sem a distinção crítica entre os dois processos. (cf. MATTIESSEN AND THOMPSON, 1988 *apud*. HALLIDAY E MATHIESSEN, p. 374).

Nesse viés, a subordinação seria um conceito de dependência, isto é, um sistema que pode ser realizado por dois processos léxico-gramaticais: a hipotaxe e o encaixamento. Essa compreensão é fulcral para que enxerguemos este último como

sistema distinto da hipotaxe, conquanto ambos manifestem relações de dependência.

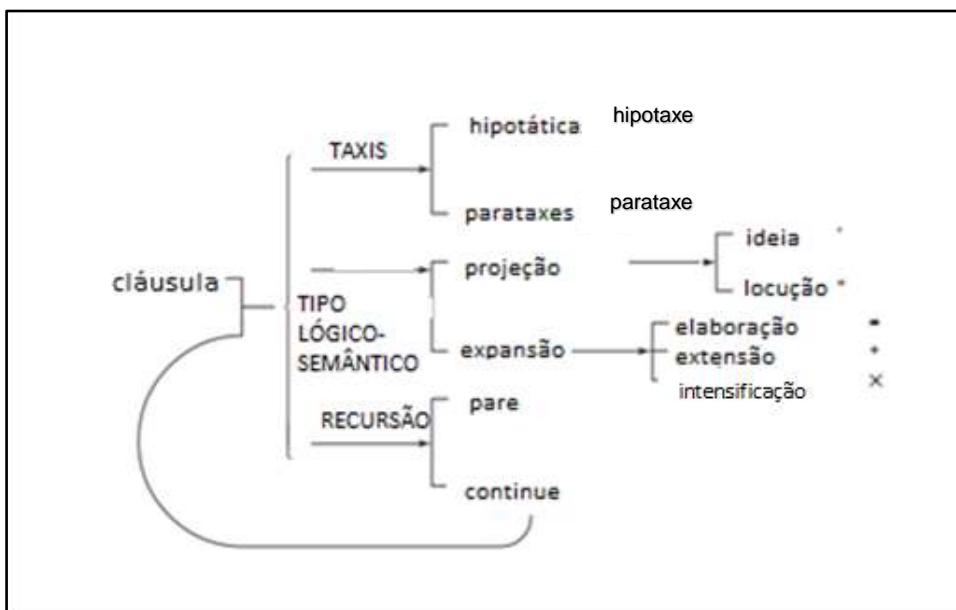
No entanto, o encaixamento não é apresentado no eixo estrutural por Halliday e Matthiessen (2014) pelo fato de a oração encaixada perder seu “*status*” oracional, o que não ocorre, segundo a visão Hallidayana, na hipotaxe, uma vez que, nas relações hipotáticas, as cláusulas não perdem sua propriedade, pois embora mantenham com dada estrutura uma relação de dependência, o processo de miniaturização (nomenclatura não funcionalista) ocorre apenas no encaixamento oracional. Reserva-se, portanto, o eixo tático para as relações entre construções que não perdem o *status* de oração.

Diante desse contexto, começaremos, neste trabalho, aprofundando a diferença entre os sistemas das “*taxis*”, a fim de reconhecer as características fundamentais da hipotaxe, na qual, diferentemente da parataxe, em que as cláusulas envolvidas na relação são denominadas inicial e contínua, as orações interligadas são cunhadas como dominante e dominada. Essa divisão se fomenta na formação das sentenças complexas, cujas cláusulas são classificadas como primárias e secundárias, balizando-se no nexos das estruturas.

No que tange ao eixo lógico-semântico estabelecido entre essas cláusulas, há de se destacar que este se realiza pelos subsistemas da expansão e da projeção, que são instanciados pela “*taxis*” e pelo encaixamento. A diferença entre esses mecanismos de sentido se pauta no fato de que a expansão relaciona elementos da mesma ordem de experiências, enquanto a projeção concatena fenômenos distintos, isto é, nesse processo, um fenômeno é relacionado a outro, de ordem superior de experiência — fenômenos semióticos do dizer e do pensar.

Nesse sentido, pode-se dizer que o eixo lógico-semântico é compreendido pelo estrato semântico da linguagem, ao passo que o tático, bem como o encaixamento, é parte do estrato léxico-gramatical, uma vez que instancia as relações de sentido entre as cláusulas componentes da estrutura oracional complexa:

Imagem 2- Eixo tático e eixo lógico-semântico



Fonte: traduzido de HALLIDAY E MATTHIESSEN, 2014, p. 438.

As estruturas táticas e o encaixamento alinham-se, assim, com o eixo lógico-semântico, criando dois pontos de interseção, que se denominam eixo de expansão — que se subdivide em outros três eixos denominados elaboração, extensão e intensificação — e eixo de projeção.

### 1.3.1 Relações de expansão e projeção

Na expansão, uma cláusula primária pode ser expandida por meio de uma elaboração, expansão ou intensificação realizadas em uma cláusula secundária, ao passo que, na projeção, uma cláusula primária projeta uma secundária, que se instancia como uma locução (expressão do dizer) ou ideia (expressão do sentir).

Expansão:

I) **Se tivermos tempo suficiente**, ninguém na audiência será capaz de ver através dos disfarces.<sup>10</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 443).

Projeção:

II) Gandhi em seguida perguntou-lhe **se ela sabia o que era uma roda de fiar**.<sup>11</sup> (Traduzido HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 443).

É cabível destacar que, na elaboração, uma cláusula descreve a outra, explicando, comentando ou exemplificando-a, tal qual as adjetivas explicativas; na extensão, uma estrutura oracional secundária especifica uma primária, como o faz a adjetiva restritiva, ou adiciona um novo elemento a ela; na intensificação, uma oração é expandida ou qualificada por meio de circunstâncias, papel exercido na GT pelas chamadas adverbiais, conforme a cláusula “Se tivermos tempo suficiente”, que expande, circunstancialmente, a oração a que se liga.

No que diz respeito à projeção, uma oração é projetada por outra que a apresenta como uma expressão do enunciado, uma locução, ou uma oração é projetada por outra, que a apresenta como uma expressão de sentido, uma ideia. No exemplo citado acima, “se ela sabia o que era uma roda de fiar” expressa a pergunta projetada, fruto do verbo “perguntar”, que a projeta.

Assim, é fulcral, diante dos subtipos de expansão e de projeção, abordá-los detalhadamente, o que será feito nas próximas seções.

### 1.3.1.1 Elaboração, extensão e intensificação

#### 1.3.1.1.1 Elaboração

Por meio da elaboração, uma cláusula descreve uma oração ou parte dela:

---

<sup>10</sup> I) **If we get enough time**, [nobody in the audience will be able to see through the disguises. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 443).

<sup>11</sup> II) Gandhi next asked her **if she knew what a spinning wheel was**. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 443).



I) Aqui, disse Nana, **que chefiou o berçário**.<sup>12</sup>(Traduzido de HALLIDAY E MATTHIESSEN, 2014, p. 464).

A cláusula secundária introduz uma caracterização adicional para um constituinte da cláusula primária, esclarecendo ou reafirmando-o ao adicionar um atributo ou um comentário descritivo. Dessa maneira, a elaboração, seja ela instanciada paratática seja hipotaticamente, é suplementar

Conforme Halliday e Matthiessen (2014), a elaboração paratática — introduzida por conectores como “ou melhor”, “isto é”, “por exemplo”, “na verdade” — envolve significados que exemplifiquem, exponham ou esclareçam conteúdos, ao passo que a elaboração hipotática é constituída por significados descritivos, realizados por orações relativas não restritivas finitas ou não finitas:

Imagem 3 - Elaboração paratática e elaboração hipotática

	Parataxes	Hipotaxes
significado	exposição, exemplificação, esclarecimento	descrição
realização	primário + secundário: concordância de tom	primário + secundário: concordância de tom
	secundário: muitas vezes não marcados; podem ser introduzidos por 'isto é', 'por exemplo' ou outros	secundário: cláusula relativa não definida, ou (i) introduzido finito por elemento wh, ou (ii) não finito

Fonte: Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 462.

No tocante aos significados oriundos da combinação entre a parataxe e a elaboração, pode-se salientar que, na exposição, a cláusula secundária reafirma a tese da cláusula primária mediante outras palavras, para apresentá-la a partir de outro ponto de vista ou talvez apenas para reforçar a mensagem, ao passo que, na exemplificação, a cláusula secundária desenvolve a tese da cláusula primária, especificando o assunto ao instanciar um exemplo. No esclarecimento, a cláusula secundária esclarece a tese da cláusula primária, apoiando-a com alguma forma de explicação ou de comentário explicativo.

<sup>12</sup> Here, said Nana, **who ruled the nursery**. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 464).

Alguns exemplos de construções de elaboração paratática, respectivamente, por exposição, por esclarecimento e por exemplificação:

I) Os Estados contemporâneos, democráticos ou não, costumam ser constitucionais, isto é, **estão submetidos a uma lei** que se sobrepõe a todas as outras e em cujo arcabouço geral a ordem jurídica se inscreve. (CABRAL, 2018, p. 109).

II) Ele nunca disse nada a ela; **na verdade, sua última observação foi, evidentemente, dirigida a uma árvore.**<sup>13</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 463).

III) Há várias formas pelas quais as atividades podem ser conduzidas; **por exemplo, a função executiva pode ser desempenhada pelo parlamento.** (CABRAL, 2018, p. 109).

A diferença estrutural entre a elaboração paratática e a hipotática se pauta, como se verá nas próximas seções, no fato de que a primeira não envolve restrições gramaticais especiais, diferentemente da segunda, que, nas cláusulas finitas, exige um item de referência anafórica obrigatório.

#### 1.3.1.1.1.1 Elaboração hipotática

Compõem o eixo da elaboração hipotática as cláusulas relativas não definidoras, cuja função precípua se constitui na descrição das cláusulas primárias. Também denominadas pela sistêmica não restritivas ou descritivas, seu papel semântico, quando avaliativo, tende a se assemelhar, segundo Halliday e Matthiessen (2014), ao comentário explicativo, na elaboração paratática do tipo esclarecimento:

I) O calcário está sendo formado por precipitação química nos bancos rasos de Bahama, **onde os fatores discutidos são favoráveis.**<sup>14</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 465).

---

<sup>13</sup> II) He never said anything to her; **in fact his last remark was evidently addressed to a tree.** (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 463).

II) Barak, perdendo mal nas pesquisas referentes à sua candidatura à reeleição em 6 de fevereiro, quer limitar o controle sobre as partes de Jerusalém Oriental, **que ele já ofereceu aos palestinos.**<sup>15</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 465).

A elaboração hipotática se caracteriza, ainda, como um estratagema para introduzir informações de fundo no discurso, uma caracterização ou uma interpretação de algum aspecto da cláusula em que se insere:

I) **Você, que esteve visitando Taiwan esta semana, não desenvolveu nada.**<sup>16</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 465).

II) **A inflação, que era necessária para o sistema, tornou-se também letal.**<sup>17</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 465).

III) É a minha própria invenção – **para manter roupas e sanduíches dentro.**<sup>18</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 468).

Segundo Halliday e Matthiessen (2014), a cláusula relativa não definidora adiciona uma caracterização adicional de algo que já é considerado, totalmente, específico. Esse elemento, portanto, pode ser um substantivo ou toda a oração primária. Para o autor, a referência à oração se dá em construções do tipo: “Jonh fugiu, **o que surpreendeu a todos**” (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 380).

É pertinente destacar, conforme Portas (2015), que as orações relativas finitas e não finitas apenas mantêm relação com a cláusula primária em nível semântico, pois, estruturalmente, a relação da relativa se dá com uma estrutura substantiva. Assim, embora uma cláusula relativa possa apresentar valor circunstancial, essa noção não se dá por uma relação estrutural entre as orações

<sup>14</sup> I) Limestone is presently being formed by chemical precipitation on the shallow Bahama Banks, where **the factors discussed are favourable.** (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 465).

<sup>15</sup> II) Barak, trailing badly in the polls in his bid for reelection feb. 6, wants to limit the control over parts of East Jerusalem, **that he already has offered the Palestinians.** (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 465).

<sup>16</sup> I) **Yu, who has been visiting Taiwan this week, did not elaborate.** (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 466).

<sup>17</sup> II) **Inflation, which was necessary for the system, became also lethal.** (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 465).

<sup>18</sup> III) It's my own invention – **to keep clothes and sandwiches in.** (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 468).

primária e dependente, mas por uma implicação semântica corroborada pelo contexto. Tipos de elaboração hipotática:

#### 1.3.1.1.1.1.1 Elaboração hipotática finita

A elaboração hipotática finita instancia-se introduzida por pronomes relativos. Seguem alguns exemplos:

I) As pessoas tiveram problemas |trabalhando com Doc Humes, então eu entrei em contato com George Plimpton, **que estava em Cambridge.**<sup>19</sup>(Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 466).

II) Esta foi a primeira aula do Departamento de Inglês da Universidade de Ibadan, **que acabara de ser fundado.**<sup>20</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 466).

III) Uma noite, **quando o menino estava indo para a cama**, ele não pôde encontrar o cachorro chinês, **que sempre dormia com ele.**<sup>21</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 466).

#### 1.3.1.1.1.1.2 Elaboração hipotática não finita

A elaboração hipotática não finita é realizada por verbos em suas formas nominais: infinitivo, gerúndio ou particípio, que farão referência, tal qual o relativo, a uma estrutura substantiva:

---

<sup>19</sup> I) People had trouble |working with Doc Humes, |so I got hold of George Plimpton, **who was at Cambridge then.** (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, 466).

<sup>20</sup> II) This was the first English Department class at the University of Ibadan, **which had just been founded.** (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 466).

<sup>21</sup> III) One evening, **when the boy was going to bed**, he couldn't find the China do, **that always slept with him.** (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 466).

I) É a minha própria invenção — **para manter roupas e sanduíches dentro.**<sup>22</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 468).

II) Em Nashville, Tennessee, conheci Tom Burrell, **agora concorrendo ao Senado dos EUA na linha do Partido Verde.**<sup>23</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 468).

III) O documento também pede também maior respeito pela medicina indiana tradicional e melhor proteção dos direitos de propriedade intelectual, **ameaçados pela incursão de empresas farmacêuticas estrangeiras** que buscam patentes sobre curas tradicionais.<sup>24</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 468).

#### 1.3.1.1.2 Extensão

Na extensão, a oração primária tem seu significado estendido por meio de uma adição, uma exceção ou uma alternância. Segundo Halliday e Matthiessen (2014), há, na extensão, um paralelismo maior de significados entre a extensão paratática e a hipotática do que na elaboração, como se pode ver na imagem a seguir:

---

<sup>22</sup> I) It's my own invention – **to keep clothes and sandwiches in.** (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 468).

<sup>23</sup> II) In Nashville, Tennessee, I met Tom Burrell, now **running for the U.S. Senate on the Green Party line.** (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 468).

<sup>24</sup> III) The document also calls for greater respect for traditional Indian medicine and better protection of intellectual property rights, **threatened by the incursion of foreign drug companies** seeking patents on traditional cures. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 468).

Imagem 4 - Extensão paratática e extensão

	Categoria	Significado	Paratático	Hipotático	
				finitas	não finitas
(i) adição	'e', aditivo: positivo	X e Y	(ambos...) e; não só mas também	enquanto enquanto que	além de, assim como
	'nem', aditivo: negativo	nem X, nem Y	(nem...) nem...	–	–
	'mas', adversativo	X e conversamente Y	mas, (e) ainda	enquanto	sem
(ii) exceção	'em vez de' substitutivo	não X mas Y	mas não; não... mas	–	ao invés de
	'exceto' subtrativo	X mas não todos os X	apenas, mas, exceto	exceto isso, mas (pelo fato) de	exceto por, outro que não seja
(iii) alternância	'ou'	X ou Y	(nem ...) ou (outro)	se... não (... então)	–

Fonte: Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 471.

Conquanto haja certas lacunas no paradigma, como o fato de relações aditivas negativas serem apenas realizadas no eixo paratático, é visível que, na extensão, pode-se operar com um único sistema de significados para ambos os tipos de táxis.

Os principais marcadores da extensão por parataxe são: *e*, *ou*, *mas* e *nem* – prototipicamente conjunções:

I) Ele tinha sido um estudante de história medieval na faculdade **e eu estava interessado em literatura medieval, também.**<sup>25</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 472).

II) Nós gostamos dessa raça de cachorro, **mas sentimos** que não estávamos em posição para possuir um na época.<sup>26</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 473).

<sup>25</sup> I) He'd been a medieval history student in college and **I was interested in medieval literature, too.** (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 472).

<sup>26</sup> II) We liked that breed of dog, **but we felt** we weren't in a position to own one at the time. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 473).

III) **Ou você vai em frente** e se arrisca **ou espera** até achar que pode pagar, o que você nunca vai.<sup>27</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 473).

#### 1.3.1.1.2.1 Extensão hipotática finita

Em contraste com os marcadores de extensão paratática finita, os de extensão hipotática são de origem mista: a maioria deles é oriunda de outras classes, como “além de”, “exceto que”, “enquanto”. Essa variação na origem dos conectores é que sustenta, embora haja exceção no eixo hipotático não finito, a manutenção dos sentidos extensivos — adição, exceção e alternância — no eixo hipotático. Seguem alguns exemplos de construções por extensão hipotática finita:

##### I) Adição

i) **Enquanto a maioria dos pais das crianças trabalhava em um escritório**, meu pai trabalhava no estúdio (...).<sup>28</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p.474).

##### II) Variação

i) A câmera retornou para mostrar Kane e Susan nas mesmas posições de antes, **exceto que eles estão mais velhos**.<sup>29</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p.474).

##### III) Alternância

i) **Se isso não vem do que está fora de nós da nossa experiência**, tem de vir de nossa natureza interior.<sup>30</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p.474).

---

<sup>27</sup> III) **Either you go ahead** and take the plunge or **you wait** till you think you can afford it, which you never will. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 473).

<sup>28</sup> i) **Whereas most children’s fathers worked at an office**, |my father worked at the studio (...). (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p.474).

<sup>29</sup> i) Camera pulls back to show Kane and Susan in much the same positions as before, **except that they are older**. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p.474).

<sup>30</sup> i) **If it doesn’t come from what’s outside us from our experience**, it’s got to come from our inner nature. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p.474).

### 1.3.1.1.2.2 Extensão hipotática não finita

Em relação ao tipo de extensão hipotática não finita, cabe dizer que, diferentemente da hipotática finita, em que todos os sentidos extensivos podem ser instanciados, a não finita abrange somente a adição, que não abarca as aditivas negativas e se divide em aditiva e adversativa, e a exceção, que se classifica em replaciva e subtrativa. Seguem alguns exemplos:

#### I) Adição

##### i) Aditiva

**Além de ser divertido**, qual seria outra característica do Conto o Padre da Freira?<sup>31</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p.475).

##### ii) Adversativa

A flecha mudou seu curso e caiu no chão **sem prejudicar ninguém**.<sup>32</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p.475).

#### II) Exceção

##### i) Replaciva

**Em vez de encontrar os autores**, eles criminalmente acusaram a Terra Primeiro! Ativista, que foi deixado aleijado.<sup>33</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p.475).

##### ii) Subtrativa

Nós o chamamos de assassino, mas para ele não há saída, **além de (apenas) fazer a escritura**.<sup>34</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p.475).

---

<sup>31</sup> **Apart from being amusing** || what else does The Nun's Priest's Tale do? (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p.475).

<sup>32</sup> The arrow changed its course and fell to the ground **without harming anyone**. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p.475).

<sup>33</sup> **Instead of finding the perpetrators**, they criminally charged the Earth First! activist, who was left crippled for life. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p.475).

<sup>34</sup> We call him a murderer, but for him there is no way out **other than doing the deed**. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p.475).



## 1.3.1.1.3 Intensificação

De acordo com Halliday e Matthiessen (2014), a intensificação é, em um período simples, um elemento da transitividade, como os participantes o são. Assim, a intensificação é um significado realizado, prototipicamente, pelos chamados na gramática tradicional de adjuntos adverbiais. Nesse viés, em um período complexo, a intensificação expande o significado da cláusula primária, determinando-a de diferentes maneiras possíveis: por referência temporal, modal, causal, locativa.

Tal qual ocorre na extensão, há uma correspondência entre a instanciação de significados realizados nos eixos paratático e hipotático, conquanto haja certas lacunas, conforme a tabela a seguir:

Imagem 5 - Intensificação

	Categoria	Significado	Paratática	Hipotática		
				finita	não finita: conjunção	não finita: preposição
(i) temporal	mesmo tempo	A enquanto B	(e) enquanto; (quando)	[extensão], enquanto	enquanto	no (decorrer/processo de)
				[ponto] quando, assim que, no momento em	quando	em
				[espalhar] sempre, todas as horas	–	–
	tempo diferente: mais tarde	A subsequentemente B	(e) depois; e + depois	depois, desde	desde	após
	tempo diferente: mais cedo	A anteriormente B	e/mas + antes de/primeiro	antes, até/ até que	até	antes
(ii) espacial	mesmo lugar	C além D	e lá	distante como [extensão]	–	–
				[ponto] onde	–	–
				[espalhar] onde quer que	–	–
(iii) modo	significado	N por meio de M	e + desse modo; (e) portanto	–	–	por meio de
	comparação	N é como M	e + similar; (e) então, portanto	como, de maneira, té parece	como	

(iv) causal- condicio- nal	causa, razão	por causa de P resultou em Q	[causa^efeito] (e) então; e + portanto			
			[efeito^causa] por : (porque)	porque, como, desde então, no caso, vendo isso, considerando		com, por meio de, em, como resultado, por causa, em caso de
	causa, objetivo	porque a intenção Q, então a ação P	–	para que	–	por (causa de), com o objetivo de
	causa: resultado			sendo assim	–	para
	condição: positiva	se P, então Q	(e) então; e + nesse caso	se, desde que, enquanto	se	no evento de
	condição: negativa	se não P, então Q	se não; (ou) outra forma	a menos que	a menos que	sem

Fonte: Traduzido e adaptado de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 477.

Na tabela, podem-se verificar os principais marcadores da intensificação. É possível notar que, na combinação entre a intensificação e a parataxe, realizam-se significados circunstanciais por meio de estruturas, tipicamente, conjuntivas (assim, então, mas, e), de grupos conjuntivos – que são introduzidos por uma conjunção: (e assim, e então, e ainda, e lá) ou de expressões conjuntivas não prototípicas (naquela época, logo depois, nesse caso, até então, agora). Seguem-se alguns exemplos:

#### I) Referência temporal

i) Os três soldados vagaram por um a dois minutos, **e, em seguida, calmamente marcharam para fora depois dos outros.**<sup>35</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 479).

#### II) Referência locativa

i) Ele caiu sobre um mar de grama esmeralda e **lá ele morreu.**<sup>36</sup> (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 479).

#### III) Referência modal (maneira e comparação)

i) Continue subtraindo a diferença, **e dessa forma você vai chegar até a figura correta.**<sup>37</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 479).

<sup>35</sup> i) The three soldiers wandered about for a minute of two, **and then quietly marched off after the others.** (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 479).

<sup>36</sup> i) He fell onto a sea of emerald grass **and there he died.** (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 479).

ii) Mulheres de fábrica usam sandálias com mais frequência do que as esposas dos agricultores; **e da mesma forma os trabalhadores da indústria usam calças e sapatos com mais frequência do que os da fazenda.**<sup>38</sup> (Traduzido de HALLIDAY MATTHIESSEN, 2014, p. 479).

IV) Referência causal

i) Causa ^ efeito

A alfabetização está se espalhando, não está diminuindo na África, **e assim a leitura é obviamente algo** que vem crescendo e vai crescer.<sup>39</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 479).

ii) Efeito ^ causa

É surpreendente como esse sistema é eficaz, **para a torre permanecer rígida como uma vara de memória RAM**, mesmo nas condições mais difíceis.<sup>40</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN 2014, p. 479).

V) Referência condicional

i) Positiva

Isso pouparia uma fortuna **e então nós teríamos o dinheiro** de que precisamos, você sabe, para ir para o próximo passo.<sup>41</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p.480).

ii) Negativa

Ele deve ter tido uma queda na noite anterior, **caso contrário, por que haveria contusões e sangue coagulado em seu corpo?**<sup>42</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 480).

<sup>37</sup> i) Keep on subtracting the difference, **and in that way you will arrive at the correct figure.** (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 479).

<sup>38</sup> i) Factory women wear sandals more frequently than do farmers' wives; || **and similarly male industrial workers use trousers and shoes or foot-gear more often than their farm counterpart.** (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 479).

<sup>39</sup> Literacy is spreading, it's not contracting, in Africa, **and so reading is obviously something** which has come in and is going to grow. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 479).

<sup>40</sup> It is amazing how effective this system is, **for the tower stays as stiff as a ram-rod** even in the most blustery conditions. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 479).

<sup>41</sup> That would save a fortune **and then we'd have the cash** that we need to, you know, go on to the next step. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 480).

<sup>42</sup> He must have had a fall the night before, **otherwise why should there be bruises and clotted blood on his body?** (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 480).

iii) Concessiva

a) Concessão ^ consequência

Ele procurou cuidadosamente o corpo do Kukul, **mas não encontrou nada**.<sup>43</sup>  
(Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 480).

b) Consequência ^ concessão

Em meio a uma irritação crescente eu fiquei dizendo a ele que eu precisava de uma cura para o meu filho e nada para mim; **ainda assim eu respondi a suas perguntas com toda a polidez** que eu conseguia reunir.<sup>44</sup>(Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 480).

#### 1.3.1.1.3.1 Intensificação por hipotaxe

. A combinação da intensificação com o eixo hipotático instancia o que se conhece na gramática tradicional como "cláusulas adverbiais":

I) **Se você ficar constantemente bebendo e pedindo dinheiro emprestado e nunca pagando de volta**, seus filhos vão estar em dificuldade.<sup>45</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 481).

II) Siga os caminhos em torno dos jardins paisagísticos e das pontes **antes de descansar na Tea House** onde o cheiro de flores de lótus se mistura com o chá fresco e os bolos tradicionais.<sup>46</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 485).

<sup>43</sup> He carefully searched Kukul's sleeping body but **found nothing**. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 480).

<sup>44</sup> Through mounting irritation I kept telling him that I needed a cure for my son and nothing for myself; **still I answered his questions with all the politeness** I could muster. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 480).

<sup>45</sup> I) if **you are constantly drinking and borrowing money and never paying back**, your children are going to be in difficulty. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 481).

<sup>46</sup> II) Follow the pathways around the landscaped gardens and over bridges **before resting at the Tea House** where the scent of lotus flowers mingles with that of freshly brewed tea and traditional cakes. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 485).

Como ocorre na parataxe, a intensificação por hipotaxe realiza cláusulas, cuja semântica faz referência às circunstâncias de tempo, de lugar, de modo, de causa, de condição e de concessão. Tal realização pode se dar por estruturas finitas ou não finitas:

#### 1.3.1.1.3.1.1 Estruturas finitas

##### I) Tempo

i) **Sempre que são cruelmente atacados por seu autossacrifício**, temos que encontrar nossas vozes<sup>47</sup>. (Traduzido de HALLIDAY, 2014, p. 482).

##### II) Lugar

i) Flechas nunca caem **onde ele se coloca**.<sup>48</sup>(Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, 482).

##### III) Modo (comparação)

i) Ele apenas balança a cabeça e empurra para ela novamente e diz 'Dê, Massin,' **como se ele soubesse** que não haveria nenhum problema.<sup>49</sup>(Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 483).

##### IV) causa

##### i) razão

Não fazia sentido, **já que você tem a mesma taxa dele**, o que você fez no banco.<sup>50</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 483).

##### ii) Propósito

---

<sup>47</sup> i) **Whenever they are cruelly attacked for their self-sacrifice**, we must find our voices. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 482).

<sup>48</sup> i) Arrows never fall **where he places himself**. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 482).

<sup>49</sup> i) He just shakes his head and shoves it at her again and says 'Give Massin,' **as if he knew** there'd be no problem at all. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 483).

<sup>50</sup> There was no point, **since you got the same rate from him**, you did at the bank. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 483).

Todos na VES estão trabalhando duro para mudar a lei de **modo que teremos eutanásia voluntária legalizada na Inglaterra dentro dos próximos cinco anos.**<sup>51</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 483).

iii) Resultado

Depois disso, o buraco de ozônio desenvolveu-se rapidamente, especialmente após 05 de setembro, **de modo que, até 5 de outubro, o ozônio sobre o meio da Antártica havia caído de 320 unidades Dobson (DU) para 120 DU.**<sup>52</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 483).

V) Concessão

i) Os africanos na Rodésia do Sul não querem perder o que ganharam no passado **embora possa ser pouco.**<sup>53</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 483).

VI) Condição

i) Positiva

Agora só estamos preocupados com a varíola por isso mantivemos alguns desses vírus **caso precisemos usá-los algum dia.**<sup>54</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 483).

ii) Negativa

Você vai apreciá-los em suas estantes por um longo tempo **a menos que, naturalmente, alguém os empreste e de alguma forma "esqueça" de devolvê-los.**<sup>55</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 484).

---

<sup>51</sup> Everyone at VES is working hard to change the law **so that we will have voluntary euthanasia legalized in England within the next five years.** (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 483).

<sup>52</sup> After that, the ozone hole developed rapidly, especially after September 5, **so that by October 5, the ozone over the middle of Antarctica had dropped from 320 Dobson units (DU) to 120 DU.** (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 483).

<sup>53</sup> i) Africans in Southern Rhodesia do not want to lose what they have gained in the past **little though it may be.** HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 483).

<sup>54</sup> Now we're only worried about small pox because we dared to hold on to some of these viruses in **case we wanted to need to use them some day.** (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 483).

<sup>55</sup> You will cherish them on your bookshelves for a long time – **unless, of course, someone borrows them and somehow 'forgets' to return them.** (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 484).

### 1.3.1.1.3.1.2 Estruturas não finitas

#### I) Tempo

i) **Deixando os Jardins**, caminhará pelo Parque Tumbalong com suas fontes e bosques de eucaliptos nativos.<sup>56</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 485).

#### II) Concessão

i) **Apesar de ter sido investigado pela CBI e ter sido listado como um suspeito na Diretoria de Inteligência de Receita**, (...).<sup>57</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 485).

#### III) Condição

i) Eu descobri que eu não posso ficar por mais de três dias **sem fazer algo fisicamente revigorante**, porque me deixa nervoso e tenso.<sup>58</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 485).

#### IV) Modo

i) As bactérias também podem ajudar a precipitação química de calcita **tornando a água mais alcalina**.<sup>59</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 485)

#### V) Causa

#### i) Razão

Você deve ter pensado |que esta seria uma profissão divertida para se envolver, **ficando tão imerso nela como uma criança**.<sup>60</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 485).

---

<sup>56</sup> i) **Leaving the Gardens**, walk through Tumbalong Park with its fountains and groves of native eucalypts. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 485).

<sup>57</sup> i) Despite having himself been under investigation by the CBI and having been listed as a suspect in the Directorate of Revenue Intelligence. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 485).

<sup>58</sup> i) I've found that I can't go more than three days **without doing something physically invigorating**, || because it makes me uptight and tense. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 485).

<sup>59</sup> i) Bacteria can also aid chemical precipitation of calcite **by making the water more alkaline**. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 485).

<sup>60</sup> You must have thought this would be a fun profession to get involved in, **being so immersed in it as a child**. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 485).

ii) Propósito

Ele cresceu em um orfanato e fugiu dele **para buscar liberdade e aventura.**<sup>61</sup> (Traduzido de (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 485).

iii) Resultado

Ele foi levado para fora da cidade, **nunca mais sendo visto.**<sup>62</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 485).

#### 1.4 Encaixamento

Halliday e Matthiessen (2014) distinguem o encaixamento da hipotaxe. Para os autores, este último processo se dá entre cláusulas, ao passo que o encaixamento não. Ele se revela como um mecanismo por meio do qual uma cláusula funciona como constituinte dentro de uma outra estrutura componente da oração:

Não há relação direta entre uma cláusula encaixada e a cláusula dentro da qual ela está incorporada; a relação de uma cláusula encaixada com a cláusula 'externa' é indireta, ocorrendo por meio de uma estrutura que funciona como intermediária. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 491).

Assim, os processos táticos diferem do encaixamento: na *taxis*, as cláusulas não perdem sua integridade oracional, ao passo que, na relação por encaixamento, a oração encaixada perde sua integridade de oração e passa a funcionar como um constituinte interno de uma estrutura pertencente a outra cláusula.

Portanto, no encaixamento, a oração é miniaturizada ao nível de constituinte oracional. Por isso, não há uma relação direta entre a cláusula embutida e aquela dentro da qual está acoplada. Nesse viés, pode-se dizer que, em uma perspectiva funcionalista, a cláusula encaixada funciona na estrutura de um sintagma componente da estrutura oracional em que se dá o encaixamento.

---

<sup>61</sup> He grew up in an orphanage and ran away from it **to seek Freedom and Adventure.** (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 485).

<sup>62</sup> He was taken away from the city, **never to be seen again.** (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 485).



Dessa forma, o encaixamento implica alternância de classificação de estatutos gramaticais, pela qual uma oração passa a funcionar no nível de palavra. Assim, enquanto, pela perspectiva da gramática tradicional, a hipotaxe envolve o processo de miniaturização<sup>63</sup>, aquele que leva uma oração ao estatuto de palavra, Halliday (2014) entende que esse processo é típico do encaixamento e ele é o que difere a hipotaxe do encaixamento.

Logo, do ponto de vista da LSF, na hipotaxe, as cláusulas, embora dependentes, não mudam de estatuto, pois essa mudança é ocasionada pela incorporação das orações secundárias: quanto menos incorporadas, mais distantes do processo de encaixamento e mais perto da hipotaxe. Quanto mais incorporada uma oração, mais se constitui como membro de outra cláusula ou de outro termo.

A gramática tradicional não diferencia as cláusulas subordinadas, entendendo que, independentemente do grau de incorporação, qualquer relação de dependência implica a redução da oração a um nível sintagmático. A bem da verdade, a GT entende a hipotaxe como um processo de mudança descendente de estrato gramatical. No entanto, o funcionalismo compreende a subordinação (a dependência) como uma propriedade que pode ser instanciada pela hipotaxe — quando as cláusulas não são miniaturizadas — ou pelo encaixamento.

#### 1.4.1 Tipos de estruturas encaixadas

Conforme se vê na sequência, uma das funções da estrutura encaixada é funcionar como constituinte de um grupo nominal na qualidade de seu modificador:

I) A única pessoa **que foi gentil com ele em tudo** foi o Skin Horse, que viveu mais tempo no berçário do que qualquer um dos outros.<sup>64</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p 491).

---

<sup>63</sup> Nomenclatura usada por Carone (1991) para se referir ao processo de mudança de estatuto oracional, que passa ao "status" de palavra.

<sup>64</sup> I) The only person **who was kind to him at all** was the Skin Horse, who had lived longer in the nursery than any of the others. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 491).

II) Não há nada nessa vertente política **que a reconcilie com uma concepção democrática, civilizada e humanista de gestão pública.** (FOLHA, 2002).

No papel de qualificador, as encaixadas tendem a desempenhar significados mais complexos do que os instanciados por palavras, uma vez que a oração é, segundo Fuzer e Cabral (2010), uma unidade gramatical plurifuncional, já que se organiza de acordo com os propósitos ideacional, interpessoal e textual da linguagem.

Nesse viés, os participantes, as circunstâncias, o sistema de modo são considerados na constituição das cláusulas encaixadas, dado que, a partir dessa consideração, analisa-se a função cooperativa de tais cláusulas com os objetivos do autor e do gênero do que se lança mão.

Tal análise leva-nos ainda a lançar um olhar mais amplo sobre essas orações, entendendo que, embora em função qualificadora, muitas vezes, mantêm uma relação semântica secundária, circunstancial, com a oração em que se localiza o Ente<sup>65</sup> a que se refere:

I) Durante o período **em que a corrente deu o tom no Legislativo e no Executivo da cidade**, desfilaram pelo noticiário obras suspeitas, endividamento irresponsável, precatórios malversados e uma onda sem precedentes de escândalos de corrupção. (FOLHA, 2002).

É cabível destacar que não deixaria de haver relação sintática apenas entre o constituinte “período” e a cláusula “em que a corrente deu o tom no Legislativo e no Executivo da cidade”, tanto que a semântica qualificadora predomina no texto. Dessa forma, não deixaríamos de ter encaixamento, porque a relação circunstancial causal entre “a corrente deu o tom no Legislativo e no Executivo da cidade” e “desfilaram pelo noticiário obras suspeitas, endividamento irresponsável, precatórios malversados e uma onda sem precedentes de escândalos de corrupção” se estabelece no estrato semântico.

Porém, a cláusula encaixada também pode funcionar como núcleo de grupo nominal, função da qual falaremos adiante, e como um modificador de um grupo adverbial.

---

<sup>65</sup> Nomenclatura usada por Halliday (2014) para designar os elementos substantivos a que a cláusula relativa se refere.

I) Ele deixou Weeks tão rapidamente **quanto pôde**. Da escravidão humana.<sup>66</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 492).

Halliday e Matthiessen (2014) ainda demonstram que as cláusulas encaixadas podem funcionar como pós-modificadoras de adjetivos:

I) Seu rosto ficou muito corado e seu corpinho estava tão quente **que queimou o Coelho** quando ele o segurou perto.<sup>67</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 492).

II) A abundância de xisto é um pouco menor **do que o previsto pela abundância de silicato formador de minerais de argila**.<sup>68</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 492).

As cláusulas encaixadas representam, nesses casos, conforme quando pós-modificadoras verbais, um padrão de comparação. É notório destacar que, conforme cláusulas em relação hipotática ou paratática, um elemento encaixado também pode realizar uma expansão — em que se instancia por elaboração, por extensão e por intensificação — ou por projeção.

Em uma relação encaixada por expansão, a cláusula incorporada qualifica, delimitando ou especificando, uma estrutura nominal. Por isso, na expansão, a encaixada prototípica se instancia por cláusulas relativas restritivas:

I) (Eu posso explicar) todos os poemas **que já foram criados**.<sup>69</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 492).

A função precípua da cláusula relativa anterior é especificar quais poemas o autor pode explicar. No entanto, o fato de esse especificador se realizar por uma oração implica a instanciação, de forma direta, da negociação de relações e, assim, da expressão de opiniões e de atitudes do enunciador, produzindo significados mais

---

<sup>66</sup> I) He left Weeks as quickly as **he could**. Of Human Bondage. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 492).

<sup>67</sup> I) His face grew very flushed and his little body was so hot that **it burned the Rabbit** when he held him close. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 492).

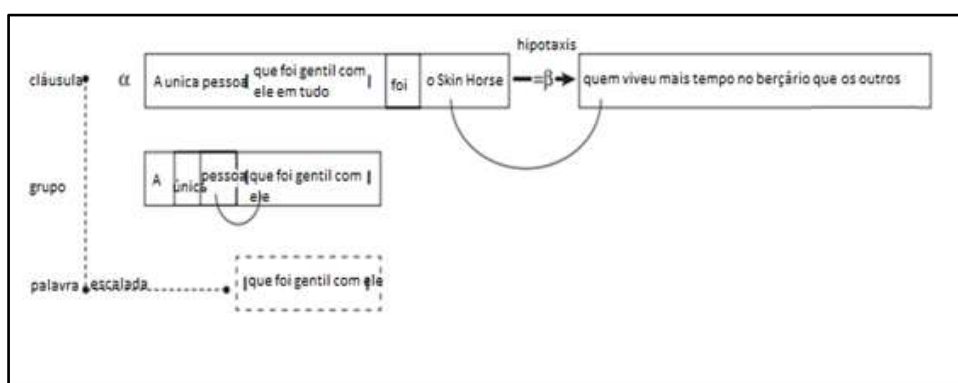
<sup>68</sup> II) The abundance of shale is somewhat less **than is predicted from the abundance of clay-forming silicate minerals**. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 492).

<sup>69</sup> I) (I can explain) all the poems that **ever were invented**. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 492).

complexos do que os realizados por adjetivos, conforme Halliday e Matthiessen (2014).

Todavia, tal instanciação, embora mais direta do que a realizada quando lexicalizadas por palavras, pois estabelece um recorte da realidade sob a perspectiva do enunciador, mantém-se mais velada do que se fosse realizada por hipotaxe, uma vez que as relativas, por estarem incorporadas a um termo substantivo, comportam-se como parte do seu significado, o que tende a camuflar sua função argumentativa:

Imagem 6 - Encaixamento e relações hipotáticas



Fonte: Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 491.

Ainda é cabível salientar que, nas cláusulas encaixadas, a distinção entre as categorias da expansão — a elaboração, a extensão e a intensificação — é menos destacada, uma vez que as relações semânticas acabam por ser bem equivalentes nos três casos. No entanto, discorreremos sobre tais sistemas nas próximas subseções.

#### 1.4.1.1 Encaixamento por elaboração

No encaixamento por elaboração, as cláusulas relativas finitas são introduzidas por pronomes relativos prototípicos como: que, quem e o qual (e suas variações). Seguem alguns exemplos:

## I) Finita

i) Hafez Assad, presidente autocrático da Síria **que sonhava com a unidade árabe**, mas observava seus vizinhos assinar acordos de paz com Israel, morreu no sábado antes de poder reconquistar as preciosas Colinas de Golã perdidas para o Estado judeu há 33 anos.<sup>70</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 494).

ii) Ela usava este terno com ou sem top, um par de meias Lurex, você sabe e, então, e ... ela tinha esta velha camisola verde oliveira que **deve ter sido da sua mãe**.<sup>71</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 494).

Ao passo que as finitas se constituem por relativos e verbos flexionados, as não finitas recusam esses pronomes e passam a ser realizadas pelas formas nominais dos verbos, como se pode verificar em seguida:

## II) Não finita

i) Havia um caso **acontecendo entre o cozinheiro e essa outra garota**, você sabe.<sup>72</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. ,494).

ii) Exemplos de avanços nas ciências atmosféricas incluem programas de deposição ácida, programas estratosféricos de ozônio **a serem discutidos neste simpósio**, e programas de mudanças climáticas.<sup>73</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 494).

É fundamental destacar que as não finitas mantêm o mesmo propósito semântico-discursivo das finitas, já que ambas funcionam como pós-modificadoras, restringindo o sentido dos grupos nominais, e podem realizar significado circunstancial.

---

<sup>70</sup>i) Hafez Assad, Syria's autocratic president **who dreamed of Arab unity but** watched his neighbors sign peace agreements with Israel, died on Saturday before he could reconquer the precious Golan Heights lost to the Jewish state 33 years ago. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 494).

<sup>71</sup> She wore this suit with or without top, a pair of Lurex socks, you know and, then and... she had this old green olive sweater that must have been her mother's. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 494).

<sup>72</sup> i) There was an affair **going on between the cook and this other girl**, you know. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 494).

<sup>73</sup> ii) Examples of advances in atmospheric sciences include acid deposition programs, the stratospheric ozone programs **to be discussed in this symposium**, and climate change programs. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 494).

### 1.4.1.2 Encaixamento por extensão

Segundo Halliday e Matthiessen (2014), no encaixamento por extensão, não se realizam as categorias de adição, de exceção e de alternância: “Não há cláusulas encaixadas correspondentes às categorias paratática e hipotática de adição, substituição e alternância (e, em vez disso, exceto, ou)”, (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 495).

O único sentido da extensão no encaixamento é a o de posse, realizado pelo relativo “cujo” (e suas variações):

I) Recentemente li uma história incrivelmente bem escrita sobre um casal **cujo filho de 30 e poucos anos morre de uma doença.**<sup>74</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 495).

II) Em uma dessas cidades – **uma cujo nome foi esquecido há muito tempo** – vivia um velho halac uinic, ou chefe.<sup>75</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 495).

### 1.4.1.3 Encaixamento por intensificação

Halliday e Matthiessen (2014) entendem que a intensificação, ao ser instanciada pelo encaixamento, pode ocorrer de duas formas: com o sentido circunstancial localizado na cláusula encaixada ou localizado no substantivo determinado por tal oração:

Aqui a relação entre cláusula encaixada e o substantivo principal é uma relação circunstancial de tempo, lugar, modo, causa ou condição. Existem duas formas de a circunstância ocorrer: (i) aquela em que o significado está na cláusula encaixada e (ii) aquela em que o significado está no substantivo núcleo. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p.97).

---

<sup>74</sup> I) I recently read an incredibly well-written story about a couple **whose thirty-something-year-old son dies of an illness.** (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 495).

<sup>75</sup> II) In one of those cities – one **whose name has long been forgotten**– there lived an old halac uinic, or chief. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, 495).

Na tabela a seguir, descreve-se como as circunstâncias podem ser realizadas nas formas distinguidas anteriormente:

Imagem 7 - Encaixamento por intensificação

	(I) Recurso circunstancial na cláusula incorporada que serve como pós-modificador		(II) Recurso circunstancial no nome que serve como cabeça		
	(a) cláusula relativa	(b) cláusula aumentada	(a) cláusula relativa	(b) cláusula aumentada	
(1) finito	[i.a] a casa [[(em) (que) ela morou/onde ela morou]]	[i.b] a cicatriz [[onde a bala entrou]]	[ii.a] a <u>razão</u> [[(por) (que) eu gosto dela]]: o <u>tempo</u> [[(que) nós plantamos	[ii.b] a <u>razão</u> [[pela qual eu gosto dela]]: o <u>tempo em que</u> plantamos	
(2) não finita	[i.a] a casa [[sendo habitada em]]	[i.a] a casa [[para viver]];	[i.b] morto <u>por</u> [[afogamento]]	[ii.a] o <u>tempo</u> [[de plantação]]	[ii.b] a <u>razão</u> [[(por eu ter) gostado dela
		[i.a] a casa [[(para você) viver]]		[ii.a] a <u>razão</u> [[(por eu ter gostado dela)]: [ii.a] o <u>tempo</u> [[(para nós) plantarmos]]	[ii.b] a <u>razão</u> [[pela qual eu gostei dela]]: o momento de plantar

Fonte: Traduzido e adaptado de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 498.

É verificável, dessa maneira, que as instanciações, seja quando realizadas na cláusula encaixada, seja quando no substantivo nuclear, podem realizar-se finita ou não finitamente. Nos casos em que a circunstância se expressa na oração encaixada de modo finito, haverá um relativo, cuja função desempenhada será locativa, causal, modal, temporal:

I) Esperava-se que o Conselho disponibilizasse os fundos **sem os quais nenhum novo serviço hospitalar poderia ser providenciado.**<sup>76</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 498).

II) Alguns podem precipitar-se diretamente da água do mar em áreas **onde o vulcanismo libera sílica abundante.**<sup>77</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 498).

<sup>76</sup> I) The Council were expected to make available the funds **without which no new hospital services could be provided.** (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 498).

<sup>77</sup> II) Some may precipitate directly from sea water in areas **where volcanism releases abundant silica.** (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 498).

De modo não finito, as cláusulas encaixadas instanciadoras de significados circunstanciais deixam de ser introduzidas por pronomes relativos e passam a ser realizadas por preposição seguida de infinitivo, por verbos no gerúndio ou no particípio:

I) Quando você não tem nada **para escrever**, escreva sobre isso.<sup>78</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 498).

No que tange aos casos em que a circunstância está encapsulada, segundo Halliday e Matthiessen (2014), no substantivo nuclear, este é realizado por léxicos que expressem em seu significado tempo, lugar, modo, causa. Porém, os relativos podem também, nesses casos, realizar uma função circunstancial:

I) Esta foi a primeira ocasião **em que eu tive que ajudar na realização de um experimento em um homem vivo**.<sup>79</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p 501).

Nas não finitas, há a supressão dos relativos e essas cláusulas se realizam pelas formas nominais do verbo:

I) Desde então, eu não perdi uma ocasião **para me misturar em uma multidão ou ficar ao lado de um policial**.<sup>80</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 502).

II) Logo chegou a hora **para Kukul tomar seu lugar entre os homens de sua nação**.<sup>81</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 502).

Diante do que se viu sobre as encaixadas, nota-se que Halliday e Matthiessen (2014) admitem que, paralelamente ao seu papel de pós-modificadoras, nessas cláusulas pode, ainda, haver algum tipo de expressão circunstancial, que, conforme o autor, realizar-se-á pelo relativo ou pelo substantivo núcleo a que o pronome faz referência.

---

<sup>78</sup> ) When you have nothing to **write about**, write about it. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 498).

<sup>79</sup> I) This was the first occasion **that I had to help in doing an experiment on a living man**. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 501).

<sup>80</sup> I) Since then I haven't missed an occasion **to mix in a crowd or stand next to a policeman**. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 502).

<sup>81</sup> II) Soon the time came for Kukul **to take his place among the men of his nation**. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 502).



No entanto, é cabível ressaltar que, para além desses casos clássicos de manifestação da circunstância no encaixamento, as cláusulas encaixadas podem instanciar, subjacentemente ao seu papel semântico restritivo, significado circunstancial. Essa incongruência é fruto de uma migração motivada pelos propósitos do texto e do seu enunciador, consoante Portas (2018).

Assim, ao se analisarem as relativas restritivas, é fulcral compreender que, devido à intencionalidade discursiva, essas cláusulas podem instanciar, secundariamente, significados circunstanciais graças à migração de sentidos, ou seja, à possibilidade de metaforizações<sup>82</sup>, caso em que uma estrutura passa a realizar significado prototípico de outra estrutura.

É notório que, diferentemente das relativas explicativas, as quais perdem seu significado precípua ao admitir valores circunstanciais, as restritivas, haja vista a miniaturização que sofrem, isto é, ao serem encaixadas nas estruturas substantivas a que se referem, não perdem seu *status* de definidora, sendo a circunstância um significado subjacente ao seu papel clássico.

#### 1.4.2 Encaixamento: o ato e a projeção

Como as cláusulas relativas são as encaixadas prototípicas, as relações lógico-semânticas de expansão se realizam por esses tipos de orações. No entanto, essas relações, de acordo com Halliday e Matthiessen (2014), também podem ser instanciadas por algumas estruturas oracionais substantivas:

Nesses casos, há uma função adicional das cláusulas encaixadas, embora não haja substantivo nuclear (portanto, a própria cláusula encaixada funciona como 'Cabeça'), a cláusula encaixada é um ato, ou seja, o nome

---

<sup>82</sup> Na perspectiva da Gramática sistêmico-Funcional, refere-se à transferência de significados entre campos léxico-gramaticais distintos. De acordo com a Sistêmica, para cada significado, existe uma construção léxico-gramatical disponível, como, por exemplo, no caso dos advérbios, cujo significado se relaciona às noções circunstanciais. No entanto, como essa relação não é biunívoca, pode ocorrer a transferência de um significado para uma estrutura diversa daquela que prototipicamente o realiza. Essa tensão é explicada por Halliday (2014) por meio do conceito de metáfora gramatical, que consiste na variação do significado de determinado significante e, assim, possibilita o entendimento de que uma construção adjetiva pode instanciar um significado circunstancial, o qual é tipicamente realizado por estruturas adverbiais.

de um processo. Por exemplo, **ameaçar pessoas** não vai levá-lo a lugar nenhum. Tal cláusula é o nome de uma ação, evento ou outro fenômeno envolvendo um processo como núcleo. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 503).

O autor denomina cláusulas-ação as nominalizadas, aquelas que podem funcionar como substantivos, pois entende que elas nomeiam ações, eventos ou outros fenômenos que envolvam um processo como núcleo:

I) **Ter uma visão errada das coisas** é deplorável, mas **atacar outras pessoas** por ter outras perspectivas é mais deplorável.<sup>83</sup>(Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 504).

Essas cláusulas-ação podem ocorrer como pós-modificadoras de um substantivo. Nesse sentido, acabam por serem tratadas como elaboração:

I) O ato **de ameaçar pessoas** não te levará a qualquer lugar.<sup>84</sup>(Traduzido de Halliday e MATTHIESSEN, 2014, p. 503).

Há contextos típicos para que tais construções substantivas sejam realizadas, são aqueles em que se instanciam orações relacionais, especialmente as atributivas, nas quais o atributo é uma avaliação ou uma identificação das chamadas cláusulas-ação:

I) Atributiva:

i) Tal como acontece com as rochas ígneas, é mais importante **interpretar a formação dessas rochas** do que meramente nomeá-las.<sup>85</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 504).

II) Identificadora:

i) **Não ser um grande leitor** dificilmente afetou a ascensão de George W. Bush ou de seu pai.<sup>86</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 504).

---

<sup>83</sup> I) **Having a wrong view** is of course deplorable, but attacking **other people for having views** is more deplorable. (Halliday e MATTHIESSEN, 2014, p. 504).

<sup>84</sup> I) The act **of threatening people** will get you nowhere. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p.503).

<sup>85</sup> i) As with igneous rocks, it is more important to **interpret the formation of these rocks** than merely to name them. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 504).

<sup>86</sup> i) **Not being much of a reader** hardly affected the ascent of George W. Bush or his father. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 504).

ii) **Restaurar um programa de aposentadoria atraente para todos os membros da ativa** é, portanto, meu principal objetivo legislativo prioridade no orçamento do ano fiscal de 2000.<sup>87</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 504).

Há um outro contexto comum para a realização da ocorrência de instanciações substantivas, o das orações de percepção, seja mental ou comportamental:

III) Comportamental: perceptivo

i) Mas assistimos à luta da cidade com a moralidade e assistimos **um homem tentar introduzir o ensino da criação**, ou às vezes eles agora chamam isso de ciência da criação, ao lado da evolução.<sup>88</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 504).

IV) Mental: perceptivo

i) Nakisha Johnson, 17, disse que viu **um jovem abrir fogo** depois que uma briga entre jovens se tornou violenta.<sup>89</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 504).

---

<sup>87</sup> ii) **Restoring an attractive retirement program for all active duty members** is therefore my top legislative priority in the FY 2000 Budget. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 504).

<sup>88</sup> i) But we watched the town struggle with morality and we watched **a man try to introduce the teaching of creation**, or sometimes they now call it creation science, alongside evolution. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p.504).

<sup>89</sup> i) Nakisha Johnson, 17, said she saw one **young man open fire** after a feud between youths became Violent. (Halliday e MATTHIESSEN, 2014, p.504).

Imagem 8- Processos ligados a cláusulas-ação

TIPOS DE PROCESSO		Itens lexicais	Exemplos
Material		Processos: $\pi$ destruir, afetar	Ator: [[ se preocupar com o que aconteceu]] não vai mudar nada
Comportamental	perceptivo	Processos: assistir, ouvir, sentir, cheirar	Ator: ela viu [Fenômeno:] [[ o avião decolar/decolando]]
Mental	perceptivo	Processos: ver, notar, deslumbrar, ouvir, ouvir por acaso, sentir, gosto, cheiro	Ator: ela poderia ver [Fenômeno:] [[ o avião decolar/decolando]]
	cognitivo	-	-
	desiderativo	-	-
	emotivo	-	-
Verbal		-	-
Relacional	intensivo & atributivo	Atributo: [comentário] pensativo, gentil, prestativo, esperto, sábio, inteligente, descuidado, negligente, imprudente, estúpido, tolo, louco, deplorável (de vez) [[ã fazer]]	É imprudência (dele) [[ negligenciar a sua Família]] –embora sem pensar, negligenciou sua Família

Fonte: Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 506.

De acordo com Halliday e Matthiessen (2014) os atos são macrofenômenos<sup>90</sup>, isto é, instanciam o sistema semântico da expansão em ações, não fatos. O autor compreende que as ações tendem a se caracterizar como processos não finitos que expressam concomitância com a experiência realizada pelo verbo da oração primária, o que pode ser visto nos exemplos de processos perceptivos mentais (III) e comportamentais (IV) anteriores.

Dessa forma, Halliday e Matthiessen (2014) concebem a existência de macrofenômenos restritos a um subtipo de oração mental, as de percepção, em que ação é vista, ouvida, provada ou percebida de alguma forma, mas não envolve reflexões, isto é, não é pensada. Os processos de percepção se instanciam, nesse contexto, como marcadores de evidencialidade.

Então, na concepção da LSF, os processos mentais de percepção apontam para a realização de ações, instanciando como componentes desses processos

<sup>90</sup> No que tange à transitividade, Halliday (2014) entende que esse sistema se constitui da relação entre processo (verbo), participante e circunstância. O fenômeno é a denominação que se dá a uma estrutura participante quando realizada por oração. O fenômeno tende a compor os processos verbais, mentais e alguns materiais, dividindo-se em macrofenômenos e metafenômenos.

macrofenômenos, ao passo que os processos mentais do sentir instanciam como componentes processuais fatos, que, como se relacionam à projeção, caracterizam-se como metafenômenos<sup>91</sup>.

Os fatos são representados, tipicamente, pela forma finita do verbo e, segundo o autor, estão em um nível de abstração superior às ações, já que a percepção aponta para processos que podem ser constatados, ouvidos, percebidos, enquanto os processos do sentir envolveriam interpretações. Seguem dois exemplos de fatos determinados por Halliday e Matthiessen (2014):

I) **Foi** reconhecido pelo presidente em sua carta, enquanto apresentava o relatório da Comissão, **que esta não era a solução ideal**.

II) Os mergulhadores da polícia descobriram ontem à noite **que a marquesa tinha se partido em duas e afundado em 10m de água**.

É cabível destacar que tanto “reconhecer” quanto “descobrir”, embora não caracterizados por Halliday e Matthiessen (2014) como processos que envolvem a percepção comportamental ou mental, inserem-se nessa seara de significado. Dessa forma, essa pesquisa não considerará a subdivisão do processo mental.

Logo, tomaremos como fato – o que será explicado mais adiante – e, por isso, como metafenômeno, a representação das experiências internas e comportamentais, pois, conforme Fuzer e Cabral (2010), esses significados são muito fronteiriços.

Nesse sentido, as orações de percepção serão analisadas como de projeção; por essa leitura, as encaixadas exemplificadas como cláusulas-ação oriundas de verbos perceptivos mentais e comportamentais serão concebidas como projetadas por hipotaxe.

Ao abordar as nomenclaturas macro e metafenômeno, é essencial salientar que esses termos são subclassificações dos fenômenos, estruturas participantes dos processos realizadas sob forma de oração. Os metafenômenos devem ser entendidos como fenômenos que não realizam uma representação direta da experiência, ou melhor, como fenômenos que realizam a representação de uma representação linguística.

Na construção “Eu falei que ela viria”, o fenômeno “que ela viria” não é, no complexo, uma representação da experiência não linguística, mas a representação

---

<sup>91</sup> Fenômenos ligados a fatos e ao sistema semântico da projeção.

do resultado do processo “falar”, isto é, a representação de uma representação linguística; por isso, são estruturas relacionadas a processos mentais e verbais. Os macrofenômenos devem ser entendidos como fenômenos que realizam a representação de experiências não linguísticas, como em “Eu deixei que ela saísse”, construção em que “que ela saísse” não se manifesta como representação linguística de um processo.

### 1.5 Projeção

A projeção é o processo lógico-semântico por meio do qual as cláusulas projetadas se caracterizam como metafenômenos, pois, oriundas de processos verbais e mentais, passam a funcionar não como uma representação direta de uma experiência, mas como a representação de uma representação linguística:

I) Nakisha Johnson, 17, disse **que ela viu um jovem abrir fogo** depois que uma briga entre jovens se tornou violenta.<sup>92</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 508).

II) **"Nós realmente temos que ter cadeados obrigatórios de segurança para crianças e identidades de licença com foto para a compra de novos revólveres,"** Gore disse à multidão.<sup>93</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 508).

Em relação ao nível de projeção, pode-se dizer que, por meio desse sistema, uma oração é configurada como a representação do conteúdo linguístico de outro — seja o de uma cláusula verbal, isto é, do dizer, ou de uma cláusula mental. Assim, existem, portanto, dois tipos de projeção, a que pode se configurar como a representação do conteúdo de uma oração mental — projeção de ideia — e a que pode se considerar a instanciação da expressão de uma cláusula verbal, sendo esse tipo denominada por Halliday e Matthiessen (2014) de projeção de locução. A

---

<sup>92</sup> I) Nakisha Johnson, 17, said she saw **one young man open fire** after a feud between youths became violent. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 508).

<sup>93</sup> II) **"We really have to have mandatory child safety trigger locks, and photo license IDs for the purchase of new handguns,"** Gore told the crowd. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 508).

projeção pode, assim, envolver qualquer um dos dois níveis do plano de conteúdo da linguagem, o mental e o verbal.

No que tange ao modo de projeção, Halliday e Matthiessen (2014) entende que a projeção, tal qual a expansão, pode ser instanciada tanto pelo processo tático quanto pelo encaixamento. A diferença entre essas duas realizações se dá pelo fato de que o processo tático envolve a relação entre orações e o encaixamento se constitui a partir da relação entre termos de uma cláusula e uma oração, ou seja, a cláusula projetada é rebaixada, no encaixamento, para servir dentro de um grupo nominal:

A projeção pode se manifestar taticamente. Mas pode recorrer a outro nível gramatical, o do encaixamento. No último caso, a cláusula projetada não se baseia em uma relação tática com uma cláusula de projeção em um nexo de cláusula, mas funciona, em vez disso, como termo para servir dentro de um grupo nominal. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 532).

A distinção tática diz respeito ao grau de dependência entre as orações. Em "Nós realmente temos que ter cadeados obrigatórios de segurança para crianças e identidades de licença com foto para a compra de novos revólveres, Gore disse à multidão", a estrutura: "Nós realmente temos que ter cadeados obrigatórios de segurança para crianças e identidades de licença com foto para a compra de novos revólveres" é projetada parataticamente por "Gore disse à multidão".

Em contraste, na estrutura "Nakisha Johnson, 17, disse que ela viu um jovem abrir fogo depois que uma briga entre jovens se tornou violenta", o bloco "ela viu um jovem abrir fogo" é projetado hipotaticamente por "Nakisha Johnson, 17, disse".

De acordo com o autor, na projeção por hipotaxe, a cláusula projetada, como enunciado relatado, depende da cláusula de projeção, diferentemente da construção paratática, em que a independência se dá por o discurso projetado não ser um discurso reportado. Assim, a projeção por parataxe ou por hipotaxe se baliza, respectivamente, na instanciação direta ou indireta do discurso ou do pensamento. Neste último caso, é cabível considerar que, mesmo sem o conectivo, a hipotaxe pode ser realizada, pois o autor considera que as mudanças nos tempos verbais, pessoas gramaticais, termos circunstanciais seriam os elementos marcadores de dependência oracional.

A forma mais simples da projeção é a citação, o prototípico discurso direto:

I) Eu disse “**Eu estou ficando velho; vou ter que me sentar na sombra**”, e ela disse “**Graças a Deus, pelo menos nós podemos fazer isso.**”<sup>94</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 512).

Em uma construção citada, a relação tática estabelecida é a parataxe, dado que, de acordo com Halliday e Matthiessen (2014), a oração projetada mantém todas as características interativas da oração como troca, como as opções de marcação, como vocativos, expletivos, seleção de tom. No inglês falado, a cláusula de projeção por parataxe é, fonologicamente, menos proeminente do que a projetada, que aparece como um apêndice pós-tônico.

A razão disso seria o fato de que a função da cláusula de projeção é apenas mostrar que a outra estrutura é projetada. Nesse cenário de apontamentos, pode-se dizer, de acordo com o autor, que não há nada na expressão das cláusulas projetadas paratáticas para demonstrar que elas são estruturas projetadas, pois podem ocorrer sozinhas.

No entanto, as construções reportadas, os chamados discursos indiretos, são instanciadas pelo sistema da hipotaxe, porquanto, ao passo que os elementos responsáveis pela interação dialógica se perdem nesse tipo de estrutura, a cláusula projetada passa a deter marcações linguísticas e tonais que demonstram sua condição de oração projetada:

I) O nobre Brutos disse **que César era ambicioso.**<sup>95</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 519).

II) Portanto, acredito **que o protocolo não fará absolutamente nada** para proteger a região antártica.<sup>96</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 515).

Halliday (2014) aponta que nem todas as combinações táticas e nem todos os níveis de projeção (locução ou ideia) são, igualmente, prováveis. Enquanto alguns são muito frequentes nos textos, outros são, relativamente, raros: o autor afirma que

---

<sup>94</sup> I) I said “I’m getting old; I’m going to have to sit down in the shade”, and she said “Thank God, at least we can do it.”. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 512).

<sup>95</sup> I) The noble Brutus hath told Cesar was ambitious. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 519).

<sup>96</sup> II) Therefore, I believe that the protocol will do absolutely nothing to protect the antarctic region. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 519).



de 1392 casos de projeção em uma gama de textos falados e escritos, a maior parte das cláusulas projetadas por fenômenos mentais foi relatada, isto é, instanciada pela hipotaxe; em contraste a isso, ele demonstra que as locuções projetadas foram mais equilibradas entre citar e relatar.

Imagem 9 - Tipos de Projeção e suas Ocorrências

	<b>Paratático ("direto, citado")</b> <b>1 '2</b>	<b>Hipotático ("indireto, reportado")</b> <b>α 'β</b>
idea ' mental	1 '2 Brutus pensou, 'Caesar é ambicioso' [Sessão 7.5.3] (15 ocorrências [2.5%])	α 'β Brutus pensou que Caesar era ambicioso [Sessão 7.5.2] (580 ocorrências [97.5%])
locução " verbal	1 "2 Brutus disse, "Caesar é ambicioso" [Sessão 7.5.1] (368 ocorrências [46.2%])	α "β Brutus disse que Caesar era ambicioso [Sessão 7.5.2] (429 ocorrências [53.5%])

Fonte: Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 510.

### 1.5.1 Projeção por encaixamento

Halliday e Matthiessen (2014) entendem que os processos mentais e verbais projetam experiências, as quais se instanciam pela transitividade, ou seja, por meio dos verbos. Nesse sentido, para o autor, as orações que se relacionam a tais processos, por representarem experiências, não perdem sua propriedade oracional, já que essa representação é realizada por verbos, porque estes instanciam prototipicamente os processos. Dessa maneira, as cláusulas projetadas, quando se relacionam a orações, instanciam-se no âmbito da parataxe ou da hipotaxe.

Assim, a projeção só ocorre por encaixamento quando há uma nominalização<sup>97</sup> do processo verbal ou mental, caso em que a estrutura substantiva

<sup>97</sup> A nominalização, nesse caso, refere-se à metaforização do processo por um substantivo. Para Halliday (2014), a metáfora consiste na transferência de significados expressos tipicamente por uma dada classe para outra. Por exemplo: o verbo tende a expressar ações; assim, em sua nominalização, ocorre uma metaforização, uma vez que, ao ser substantivado, mantém a semântica processual.

passa a se ligar a tal núcleo como um pós-modificador que funcionará como seu complemento:

I) A afirmação da testemunha **de que ela viu um jovem abrir fogo** parece plausível<sup>98</sup>. (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 509).

Nesse caso, a relação deixou de ser entre cláusulas e passou a ser entre uma oração e um termo de outra cláusula, o que caracteriza o encaixamento. Porém, quando a relação é intraoracional, as cláusulas relacionadas aos processos do dizer e do sentir, ainda que possam ser nominalizados os verbos das cláusulas projetadas<sup>99</sup>, pertencem ao âmbito da projeção por hipotaxe:

A projeção<sup>100</sup>, como um metafenômeno, só pode ser associada a certos tipos de processo, do dizer e do sentir. O macrofenômeno – expansão – deve, então, ser associado a processos materiais.

Embora entendamos que Halliday (2014), ao considerar a projeção no sistema tático, ignore características gramaticais que a justificariam como um significado instanciado pelo encaixamento, tais qual a nominalização<sup>101</sup> dos processos da oração projetada, recurso que caracteriza as cláusulas substantivas como membros de constituintes de outra cláusula, manteremos a ideia do autor e não consideraremos as estruturas oracionais ligadas a processos do sentir e do dizer não metaforizados como construções encaixadas.

Tanto as locuções como as ideias podem ser encaixadas, funcionando como qualificadores dentro de um grupo nominal:

I) Líderes de um projeto com financiamento público e de uma empresa privada concorrente emitiram declarações na sexta-feira **de que eles**

---

<sup>98</sup> I) The witness's claim **that she saw a young man open fire seems plausible**. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 509).

<sup>99</sup> Eu percebi que o barco estava girando.  
Eu percebi o giro do barco.

Não estamos falando da nominalização do processo mental, mas da nominalização como um recurso por meio do qual se constata a instanciação de um encaixamento, isto é, por meio do qual se pode verificar que o verbo da oração projetada ocupa a função do núcleo de uma estrutura nominal, perdendo o estatuto de cláusula.

<sup>100</sup> Relação lógico-semântica que usa a representação experiencial para instanciar outras experiências, ou seja, o autor entende que, por esse fato, a relação estrutural entre as cláusulas se dá no nível oracional, sem que a oração projetada, por realizar experiências, instanciada pela transitividade, considere-se miniaturizada.

<sup>101</sup> Capacidade de o verbo da oração funcionar como núcleo de uma estrutura nominal.

**conjuntamente anunciariam o status de seu trabalho na segunda-feira.**<sup>102</sup>(Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 533).

II) Fiquei muito intrigado com sua opinião sobre Huck Finn naquela peça, e seu argumento de **que o grande romance americano daquele século foi Uncle Tom's Cabin.**<sup>103</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 533).

III) Até que ponto você acredita na crença de que, se o indivíduo se tornar iluminado, **acrescenta a melhoria do universo em si mesmo?**<sup>104</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 533).

Segundo Halliday (2014), as estruturas projetadas por encaixamento são descritas da seguinte maneira:

Imagem 10 - Estrutura de grupo nominal com projeção encaixada

	o (a) / deles (as)	asserção	que	Caesar	era	ambicioso
[i] grupo nominal	Dêitico		Qualificador			
	determinante	substantivo: verbal nominalização	cláusula: projetada			
			Portador	Process: relacional	Atributos	
			sbt. grup.	verbal gp.	nominal. gp.	
[i] cláusula: nexo de projeção	α		β			
	cláusula: verbal		cláusula: projetada			
	Experenciador	Processo				
	eles	assertaram	que	Caesar	era	ambicioso

Fonte: Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p.534.

<sup>102</sup> I) Leaders of both a publically-funded project and a competing private company issued statements Friday that they jointly would announce the status of their work on Monday. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 533).

<sup>103</sup> II) I was very intrigued by your take on Huck Finn in that piece, and your argument **that the great American novel of that century was Uncle Tom's Cabin.** (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 533).

<sup>104</sup> III) To what extent do you buy into the belief that if the individual becomes enlightened, that **adds to the betterment of the universe in and of itself?** (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 533).

Assim, as estruturas de projeção podem ser realizadas por processos mentais e verbais instanciados por orações ou por substantivos nominalizados, mas, nestas construções, o elemento de projeção funciona como “núcleo” que será modificado pela cláusula projetada. Essas realizações são todas representações metafóricas, haja vista que uma sequência de projeção é realizada, prototipicamente ou congruentemente, por meio de uma cláusula de projeção, mas, alternativamente, acaba sendo instanciada por um sintagma nominal.

A estruturação interna, que se constitui entre o substantivo, elemento de projeção, e a cláusula projetada encaixada, permite que, como as relativas, as completivas nominais se constituam como parte do substantivo núcleo. Nesse sentido, em relação, sobretudo, a substantivos derivados de verbos, verifica-se que seus pós-modificadores de base nominal tendem a encapsular uma função argumentativa sob a roupagem de um fato.

No exemplo “A afirmação da testemunha **de que ela viu um jovem abrir fogo** parece plausível”, pode-se notar como a construção do grupo nominal com uma projetada encaixada é agnada com um nexos oracional de projeção:

o grupo nominal é uma versão metafórica, nominalizada do nexos clausal; e o substantivo “afirmação”, que serve como núcleo, é de fato uma variante nominalizada do verbo “afirmar”, a qual funciona como processo na cláusula agnada. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 534).

O locutor, nessas estruturas, pode ser deixado de fora do grupo nominal ou pode ser representado por um fórico (a afirmação deles de que) ou por uma palavra lexical (a afirmação do governo de que). O interessante é salientar que parte do poder retórico da metaforização do verbo em um substantivo é o potencial para deixar o locutor não especificado, caracterizando a impessoalidade exigida por muitos gêneros, como o editorial.

Um dos usos centrais de projeções encaixadas está na representação de argumentos encapsulados, como nas reportagens de jornais, nos discursos científicos e nos editoriais:

l) Há uma amarga oposição à sua proposta **de que os palestinos renunciem à sua exigência de que mais de três milhões de refugiados retornem a áreas**

**dentro de Israel** que foram abandonadas na guerra de 1948.<sup>105</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 534).

O teor argumentativo desses substantivos nucleares é mais disfarçado do que quando seu significado processual se instancia por cláusulas de projeção, demandando do leitor um olhar mais atento ao seu papel discursivo — diferentemente do que ocorre em substantivos oriundos de adjetivos, quando a argumentatividade se instancia de maneira clara:

II) (...) o tema se torna cada vez mais preocupante no governo Lula - não só quanto ao futuro de seu tardio PAC e ao fantasma de um apagão, mas pela incapacidade **de liderar um programa consequente de fomento a formas alternativas de energia**.<sup>106</sup> (FOLHA, 2007).

No trecho, o ponto de vista defendido pelo editorial pode ser verificado na estrutura “incapacidade de liderar um programa consequente de fomento a formas alternativas de energia”, cuja completiva “de liderar um programa consequente de fomento a formas alternativas de energia”, ao determinar o substantivo “incapacidade”, demonstra do que o governo é incapaz.

Essa determinação do substantivo é fundamental para que se compreenda o objeto da incapacidade. A substantiva carrega o assunto, a substância, ao passo que a principal carrega a opinião do autor sobre o que se enuncia. Os substantivos derivados de adjetivos tendem a ser mais subjetivos que os demais, devido à sua origem. Por isso, são marcadores explícitos de opinião.

No que se refere ao efeito coesivo dessas estruturas metaforizadas, pode-se dizer que se assemelha ao criado por referências textuais instanciadas por meio dos demonstrativos “isso”, “isto”:

I) As conversas duraram três horas. **Isso** foi uma surpresa, pois haviam sido programadas para durar apenas duas horas.<sup>107</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 535).

---

<sup>105</sup> There is bitter opposition to his proposal that Palestinians renounce their demand for more than three million refugees to return to areas inside Israel that were abandoned in the 1948 war. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 534).

<sup>106</sup> A cláusula-ação é instanciada por expansão por elaboração, uma vez que funciona como pós-modificadora de um substantivo.

<sup>107</sup> I) The talks lasted for three hours. **This** was a surprise, for they had only been scheduled to last two hours. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 535).

No entanto, a diferença entre os demonstrativos e os substantivos de projeção se encontra no fato de que os significados são reconstituídos, explicitamente, por meio destes, pois os substantivos que projetam são, claramente, definidos, isto é, pertencem a processos verbais (locuções) ou mentais (ideias). Alguns substantivos de projeção:

Imagem 11 - Substantivos de projeção e de fato

			Projeções nominais	Substantivos de fato
PROPOSIÇÕES	declarando	locuções	declarações; informe, notícia, rumor, pedido, asserção, argumento, insistência, proposição, garantia, intimação	(1) 'casos' (substantivo de simples fato [não-modais]): fato, caso, ponto, regra, princípio, acidente, lição, motivos (2) 'chances' (substantivos de modulação): chance, possibilidade, probabilidade, certeza, oferta, impossibilidade (3) 'provas' (nomes de indicação - causa modal)
		ideias	pensamento, crença, conhecimento, sentimento, noção, suspeita, senso, ideia, expectativa, visão, opinião, predição, hipótese, convicção, descoberta	
	questionamentos	locuções	questão; consulta, inquérito, argumento, disputa	(1) 'casos': questão, problema, enigma (2) 'chances': incerteza
		ideias	dúvida, questão	
propostas	ofertas	locuções	oferta, sugestão, proposta, trato, promessa	
		ideias	intenção, desejo, esperança, inclinação, decisão, resolução	
	comandando	locuções	ordem, comando, instrução, demanda, pedido, súplica	(4) 'necessidades' (substantivos de modulação): requerimento, necessidade, regra, obrigação, necessidade, ônus, expectativa, dever
		ideias	pedido, desejo, esperança, medo	

Fonte: Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 536.

Cabe destacar que, nessa tabela, encontram-se incluídos os substantivos de "fato", dos quais se falará a seguir.

Com a ilustração anterior, Halliday e Matthiessen (2014) demonstra que o substantivo de projeção é o nome de uma locução ou uma ideia e que a cláusula por ele projetada tem o fulcro de defini-lo da mesma maneira que uma oração relativa restritiva restringe o substantivo expandido por ela. O autor afirma, ainda, que

qualquer substantivo de projeção pode também ser definido por uma cláusula de expansão e não de projeção, isso ocorre quando a oração que o restringe não é uma representação do substantivo de projeção:

I) O pensamento **de que ela pode ser um dia rainha.**<sup>108</sup> (projeção) (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 535).

II) O pensamento **que veio em sua mente.**<sup>109</sup> (expansão) (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 535).

Essa diferenciação explícita, claramente, a diferença entre as construções projetadas e expandidas, embora ambas tenham uma função restritiva, pois a projeção, como já se viu, é a representação de um metafenômeno, ao passo que a expansão, a instanciação de um macrofenômeno.

Existe um outro tipo projeção em que a oração projetada não está sendo projetada por um processo verbal ou mental ou por um substantivo de processo verbal ou mental, mas vem encapsulada em forma — palavra — projetada<sup>110</sup>. Halliday e Matthiessen (2014) referem-se a esse tipo de projeção como de "fato":

I) O fato **de que catorze dos dezoito nus originais de Julian Ashton ainda decoram as paredes do Marble Bar** talvez tenha contribuído para o bar ser o vencedor da pesquisa da Playboy Australiana de Melhor Bar da Austrália em 1986.<sup>111</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 537).

II) O fato **de que Lear nunca fez alusão a isso** no final é um sinal **de que ele não aprendeu muito no curso da peça.**<sup>112</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 537).

Para Halliday e Matthiessen (2014), o fato é o fenômeno de uma cláusula mental, dada a sua natureza semiótica:

---

<sup>108</sup> I) The thought **that she might one day be a queen.** (HALLIDAY e MATTHIESEN, 2014, p. 535).

<sup>109</sup> II) The thought **that came into her mind.** (HALLIDAY e MATTHIESEN, 2014, p. 535).

<sup>110</sup> Como as orações projetadas representam fatos, ao ser utilizado o epíteto "fato" na instanciação de uma projeção, entende-se que esse epíteto corresponde à projetada que funciona como sua qualificadora e, por isso, HALLIDAY (2014) fala em encapsulamento.

<sup>111</sup> I) The fact **that fourteen of the original eighteen Julian Ashton nudes still decorate the Marble Bar's walls**, perchance contributed to the bar winning Australian Playboy's survey for Best Bar in Australia in 1986. (HALLIDAY e MATTHIESEN, 2014, p. 537).

<sup>112</sup> II) The fact **that Lear never even alluded to that** at the end is a sign **that he didn't learn very much through the course of the play.** (HALLIDAY e MATTHIESEN, 2014, p. 537).

Dada a natureza semiótica dos fatos, é lógico que eles não podem servir como participantes em cláusulas 'materiais'. Quando ocorrem no que podem parecer cláusulas 'materiais', essas cláusulas são abstratas; e eles têm que ser interpretados mentalmente ou relacionalmente. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 252).

Nesse sentido, ainda que não sejam projetadas, explicitamente, por substantivos ou por verbos mentais ou verbais, como em I, as enunciações que podem ser constatadas ou notadas são prototipicamente resultados de processos mentais, como se pode ver em II:

I) Ela ama leitura.

II) (Percebo) que ela ama leitura.

Embora não haja nenhum processo mental que projete, em I, a oração, nenhuma implicação explícita de uma consciência participante, pode-se dizer que a caracterização dessa estrutura como "fato" implica compreender que ela é resultado de confirmações realizadas pelos sentidos, pois o substantivo fato realiza a ideia de que o enunciado é resultado de um processo perceptivo, um metafenômeno.

Assim, a nominalização da ação como fato, leva-nos a entender "fato" como um substantivo de projeção e a oração como cláusula projetada, pois, haja vista a palavra-núcleo "fato" abarcar a noção de que algo é resultado de percepções, a cláusula que o segue, sendo a realização de tal percepção, caracteriza-se como projetada. Logo, essa correferenciação motiva a instanciação de projeção e de não extensão e explicaria o motivo de Halliday e Matthiessen (2014) conceituarem essa projeção como encapsulada:

I) Ele está preso pelo fato **de que o rio flui para o sul**.<sup>113</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p.537).

O *status* da cláusula fato é, frequentemente, sinalizado pelo próprio substantivo fato ou por outros substantivos de fato, tais quais: ideia, noção, possibilidade, entre outros. Dada a sua natureza semiótica, relaciona-se a processos mentais ou relacionais.

O substantivo serve, então, muitas vezes, como núcleo de um grupo nominal com uma cláusula projetada funcionando como um pós-modificador/qualificador. Nesse panorama, encontram-se quatro subclasses de substantivos de "fato", as

---

<sup>113</sup> I) He's trapped by the fact **that the river flows south**. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 537).



quais se subdividem em (I) caso; (II) chance; (III) prova e (IV) necessidade. Os três primeiros diferem em relação à modalidade:

(I) Referem-se a proposições não modalizadas.

(II) Referem-se a proposições modalizadas com ideias de probabilidade: Eu acho que, se você apenas ficar de olho nele e o mantiver quieto, há uma boa chance de **que ele vá se acalmar o suficiente** para você ir embora e voltar na próxima semana. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 537).

(III) Referem-se a proposições indicadoras de certeza: Há um enorme buraco na camada de ozônio, e há evidências de que o buraco está aumentando e se espalhando. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 537).

Os substantivos nucleares podem, assim, marcar uma avaliação das cláusulas projetadas. Também os pré-modificadores podem fornecer avaliações adicionais à cláusula projetada; os quais correspondem aos adjuntos de comentário que podem compor as cláusulas declarativas:

I) Ninguém gostaria de afirmar o fato **flagrantemente óbvio de que o pensamento e consciência (sic) não se enquadram na categoria de objetos materiais** de acordo com as definições atuais da matéria<sup>114</sup>. (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 538).

Para Halliday (2004), os substantivos de fato, tais quais os de projeção, podem ser usados anafórica ou cataforicamente, estabelecendo a progressão textual; no entanto, nas estruturas exemplificadas em seguida, não há mais uma projeção por encaixamento, uma vez que a construção saiu do plano de realização da subordinação para ser instanciada pelo sistema antitático.<sup>115</sup>

I) **A Câmara Municipal de Warwick originalmente decidiu construir seu próprio crematório**, mas em abril do ano passado abandonou **a ideia** e entrou em

---

<sup>114</sup> I) No one would like to contend the **blatantly** obvious fact **that thought and consciousness (sic) do not fall into the category of material objects** according to the current definitions of matter. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 538).

<sup>115</sup> Processo em que não há uma relação sintática entre os elementos correferentes, mas apenas uma relação textual.

um esquema conjunto com Leamington Town Council e Warwick Rural District Conselho.<sup>116</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 538).

**II) O Projeto de Lei é curto e modesto em escopo, e é duvidoso que os outros Projetos de Lei dos Membros Privados no futuro preencherão todas as lacunas. Este fato** pode dar ao Governo uma desculpa extra para aconselhar com paciência até o próximo relatório da comissão Molony.<sup>117</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 538).

### 1.6 Cláusulas de fato como núcleo de estrutura nominal sem um substantivo de fato acoplado

As cláusulas de fato – realizações de experiências que podem ser constatadas pelos sentidos e que, por isso, são tomadas como metafenômenos – como núcleo de estrutura nominal se constituem como cláusulas encaixadas, embora não esteja o substantivo a ela acoplado, tal qual em (I). Como, nesses casos, não há relação aos processos do dizer e do sentir, mas aos relacionais, não se pode falar em projeção por hipotaxe ou por parataxe, mas sim em projeção por encaixamento:

I) Historicamente, o fato é **que Uncle Tom's Cabin foi o romance mais popular do século XIX || e teve um enorme efeito na história americana.**<sup>118</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 539).

Não havendo nenhum participante fazendo a projeção, o fato está sendo projetado impessoalmente, o que o caracteriza como uma realidade compartilhada pelo enunciador e pelo seu coenunciador. Nesse viés, além de ser projetada como

<sup>116</sup> I) Warwick City Council originally decided to build its own crematorium, but in April last year abandoned the idea and went into a joint scheme with Leamington Town Council and Warwick Rural District Council (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 538).

<sup>117</sup> II) **The Bill is short and modest in scope, and it is doubtful whether the other Private Members' Bills in the offing will fill all the gaps. This fact** may give the Government an extra excuse for counselling patience until the next report from the Molony committee. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 538).

<sup>118</sup> I) Historically, the fact is **that Uncle Tom's Cabin was the most popular novel of the nineteenth century and had a huge effect on American history.** (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 539).

um fato, a estrutura “**que Uncle Tom's Cabin foi o romance mais popular do século XIX || e teve um enorme efeito na história americana**” se realiza, na perspectiva histórica, como verdade absoluta, uma vez que a impessoalização implica generalização na constatação do que se caracterizou como fato.

Halliday e Matthiessen (2014) afirmam que a típica estrutura para ocorrência da projeção de uma cláusula de fato são as orações de processos relacionais do tipo atributivo e identificadora, porque encapsulam, tal qual o substantivo fato, ideia de constatação, de percepção, de frutos de um processo mental, e projetam as representações das percepções, das constatações, isto é, as avaliações.

I) Cláusulas atributivas:

i) É claro **que a princesa e seu marido estão se estabelecendo em Londres** e, para isso, Kensington Palácio é bem adequado.<sup>119</sup> (Traduzido de HALLIDAY, 2014, p. 540).

ii) O Governo Federal deixou claro **que não participaria de nenhum projeto de desenvolvimento de mísseis de longo alcance** – o que de qualquer forma violaria as disposições do tratado de Bruxelas.<sup>120</sup> (Traduzido de HALLIDAY, 2014, p. 540).

II) Cláusulas identificadoras:

i) A terceira razão é **que o interesse supremo para o mundo inteiro – Oriente e Ocidente e nações não comprometidas – é a prevenção da guerra nuclear**.<sup>121</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 540).<sup>122</sup>

---

<sup>119</sup> i) It is clear **that the Princess and her husband are settling down in London** and for this purpose, Kensington Palace is well suited. (HALLIDAY e MATHIESSEN, 2014, p. 540).

<sup>120</sup> ii) The Federal Government has made it clear **that it would have no part in any project for the development of long-range missiles** – which in any case would contravene the provisions of the Brussels treaty. (HALLIDAY e MATHIESSEN, 2014, p. 540).

<sup>121</sup> Essa identificadora desdobra o substantivo de projeção e, assim, ainda que esse não pareça prototípico termo cujo significado implica projeção de experiências constatadas, percebidas sentidas, Halliday e Matthiessen (2014) entendeu haver a realização da projeção e não da extensão por razão de ser resultado de avaliação:

The Value is an interpretation of the fact clause, identifying it as a particular fact of some class of fact such as reason, problem, lesson, difficulty. O Valor é uma interpretação da cláusula de fato, identificado como um fato particular de alguma classe de fato como razão, problema, lição, dificuldade. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 540).

<sup>122</sup> i) The third reason is **that the supreme interest for the whole world** – East and West and uncommitted nations – is **the prevention of nuclear war**. (HALLIDAY e MATHIESSEN, 2014, p. 540).

ii) A lição que é aprendida é **que eles não são Kangan**; Kangan é todo mundo, representado pelas pessoas reunidas no apartamento de Beatrice no final do romance.<sup>123</sup> (Traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 540).

As cláusulas atributivas anteriores, comportando-se como membro núcleo da cláusula relacional que não se relaciona a substantivos de “fato” se caracterizam como encaixadas por expansão e não por projeção<sup>124</sup>. Essas cláusulas atributivas podem ser representadas, ou melhor, metaforizadas por substantivos, passando a oração núcleo a funcionar como pós modificadora:

I) (...) o tema se torna cada vez mais preocupante no governo Lula - não só quanto ao futuro de seu tardio PAC e ao fantasma de um apagão, mas pela incapacidade **de liderar um programa consequente de fomento a formas alternativas de energia**. (FOLHA, 2007).

O substantivo “incapacidade” metaforiza a cláusula atributiva “verbo relacional+ incapaz”: “(...) o tema se torna cada vez mais preocupante no governo Lula — não só por existir um temor quanto ao futuro de seu tardio PAC e ao fantasma de um apagão, mas por Lula ser incapaz **de liderar um programa consequente de fomento a formas alternativas de energia**.”<sup>125</sup> (FOLHA, 2007).

Em uma cláusula de 'identificação', uma oração, ao ser fruto de uma projeção de uma cláusula constituída por substantivos de “fato,” como “razão”, “problema”, “lição” ou outros termos dessa seara, caracteriza-se como projetada e será chamada por Halliday e Matthiessen (2014) de cláusulas de “fato”:

Os substantivos de “fato” pressupõem valores às cláusulas de “fato”, identificando-as como um fato particular de alguma classe de “fato”, como “razão”, “problema”, “lição”, “dificuldade”:

---

<sup>123</sup> ii)The lesson that's learned is **that they aren't Kangan**; Kangan is everybody, as represented by the people gathered in Beatrice's apartment at the end of the novel. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 540).

<sup>124</sup> Halliday (2014) fala sobre projeção nesses casos por essas orações poderem funcionar como qualificadoras de “fato”. O autor diz que a cláusula “que César estava morto”, em que “césar estava morto era óbvio para todos”, é certamente uma projetada por seu estatuto factivo. Assim essa oração se classificaria como resultado de uma projeção de um epíteto “fato” implícito, tanto que poderia ser reescrita como pós-modificadora: “O fato de que César estava morto”. Porém, ao analisarmos esse tipo de estrutura, nós a consideraremos uma cláusula-ação, porquanto analisaremos sua relação não com um substantivo elíptico, mas com a cláusula relacional atributiva ou identificadora.

<sup>125</sup> No trecho, fez-se uma adaptação a fim de que se pudesse explicar a metaforização da cláusula atributiva.

O valor é uma interpretação da cláusula de fato e pode ser compreendido como um posicionamento do autor diante do que ele enuncia. Porém, de acordo com contexto de cultura do texto em que se insere, é possível verificá-lo como uma realização de um recurso de proteção de face.

Nesse viés, é essencial que se considere o ambiente sociodiscursivo em que os textos são produzidos, a fim de que possamos compreender que o valor expresso pelas cláusulas, não apenas as de “fato”, não se resume à mera expressão de opinião sobre o assunto trazido pela encaixada, mas pode instanciar significados mais complexos do que o instanciado pela palavra – substantivo ou adjetivo – que o realiza, configurando o que Thompson (2000), conforme Portas (2018), denomina dissimulação, um dos estratagemas argumentativos utilizados pela mídia para sustentar o mandato do leitor.

São os seguintes substantivos e adjetivos que podem projetar as cláusulas-núcleo que se constituem como fato:

Imagem 12 - Substantivos e adjetivos de fato

			Adjetivo	Substantivo
PROPOSIÇÕES	(1)	cognição	dúvida, certeza, plausível, (in) acreditável, (in) imaginável	
		probabilidade	certo, provável, provavelmente, possível	possibilidade, probabilidade, certeza, coincidência (-acontece que...)
		usualidade	(in) comum, (in) comum [que...; para ...]	tendência, moda [que...; para ...]
		obviedade	Claro, evidente, óbvio	(clareza, evidência) fato
	(2)	atitude	feliz, triste, encantado, agradável, divertida, surpreendente, (sem) sorte	piedade, vergonha, alívio, tragédia, surpresa, arrependimento
		juízo	inconveniente, imoral, bom, excelente	Incômodo, inconveniência Perfeição, excelência
		importância	importante, significativa, crítico	prioridade
proposta	desejo		desejável, aceitável	requerimento
	obrigação		necessário, requerido	necessidade, regra, princípio, lei

A diferença entre as nominalizações encaixadas por expansão e as por projeção está na ideia de que as últimas são resultados de um processo mental ou verbal metaforizado e, por isso, são projetadas, pois, conquanto esses processos estejam sendo realizados por substantivos, as cláusulas que a eles se ligam são oriundas de experiências que representam impressões (avaliações) e locuções e que, portanto, projetam sua representação.

Pelo fato de esses substantivos de “fato” serem oriundos de processos mentais e, portanto, carregarem em si o significado da percepção, da constatação, da avaliação, as cláusulas identificadoras, que, como as atributivas, fazem parte de um sistema semântico de avaliação, podem, ainda, ser compostas por substantivos como pena, vergonha, incômodo. Os substantivos avaliativos que projetam cláusulas de fato podem compor estruturas existenciais:

I) Há evidências de que os russos ficaram tão surpresos quanto qualquer um com a rapidez e a violência deles, mas é, naturalmente, uma situação ideal para exploração.<sup>126</sup> (traduzido de HALLIDAY e MATTHIESSEN ,2014, p. 542).

Nesse sentido, as cláusulas de fato se constituem como recursos de propagação de verdade, já que realizam um recurso de reificação da realidade, por meio do qual, segundo Thompson (2000), uma ação, um acontecimento se consagra como verdade absoluta. Isso ocorre com diversos dos adjetivos e substantivos, pois, com o apagamento do agente das orações de fato, as cláusulas encaixadas tendem a ser encaradas como evidências, como ocorre abaixo:

II) **Mas não seria correto confundir apartidarismo com omissão ou neutralidade. (FOLHA, 2000).**

Assim, diante das informações expostas, pode-se dizer que as orações caracterizadas por Halliday (2014) como encaixadas, que correspondem, na Língua Portuguesa, às completivas nominais, às subordinadas substantivas ligadas a processos que não sejam verbais ou mentais, às relativas restritivas, às subordinadas adverbiais comparativas incorporadas, bem como as consecutivas, são olhadas de forma diferenciada pela LSF.

---

<sup>126</sup> I) There is evidence **that the Russians were just as surprised as anyone else at the suddenness and violence of them**, but it is, of course, a situation ideal for exploitation. (HALLIDAY e MATTHIESSEN, 2014, p. 542).

Isso se dá, primeiramente, pelo fato de as completivas nominais serem concebidas como pós-modificadoras, tais quais as relativas restritivas, bem como pelo fato de que, como as encaixadas são tomadas por simplexos, é preciso levar em consideração, na análise, a construção em que se inserem<sup>127</sup>, já que as encaixadas<sup>128</sup> se comportam como categoria da transitividade da cláusula de que fazem parte.

Delimitadas, então, as correspondências oracionais, pretendemos, analisando as perspectivas semântica e estrutural, oferecidas por Halliday (2014), das cláusulas em estudo, investigar como o comportamento encaixado pós-modificador e nuclear de tais orações podem colaborar com os propósitos argumentativos do editorial e com sua característica de texto de persuasão implícita.

---

<sup>127</sup> As denominadas tradicionalmente de “oração principal”.

<sup>128</sup> sobretudo no caso das tradicionalmente denominadas substantivas predicativa, objetiva não ligada ao dizer ou sentir e subjetiva.

## 2 GÊNEROS TEXTUAIS

Entender os gêneros na perspectiva funcionalista de Martin (2001), cuja pesquisa se relaciona, explicitamente, aos estudos antropológicos de Malinovski (1970), é conceber que as escolhas linguísticas são direcionadas pelo objetivo sociocultural de um texto, no qual as partes se constroem e se relacionam em nome de tal propósito. Assim, os gêneros, sócio historicamente determinados, são definidos pelas estruturas espaciotemporais, e, dessa maneira, concebidos como semiotizações do sistema social, uma vez que as convenções e os ideais socioculturais são instanciados por eles.

Diante dessa concepção, faz-se necessário visitar as definições de Malinovski (1970) sobre cultura e sua semiotização, pois sua caracterização pode ser determinada pelas definições que compreendem as dicotomias forma/função e meio/fim — caracterizadoras da definição dos gêneros textuais na perspectiva funcional. Dessa forma, iniciaremos pelo conceito de cultura na ótica do antropólogo.

A cultura se constitui, consoante Malinovski (1970), por instituições, por bens de consumo, por cartas constitucionais, por ideias e por crenças, isto é, por elementos que atendem às demandas sociais. Nesse sentido, tais constituintes são responsáveis pela efetiva transmissão cultural de uma sociedade, cuja solidificação é realizada por práticas sociais regidas por contratos que orientam o comportamento dos membros de uma comunidade.

Essas práticas são as atividades orientadas e propositais do indivíduo como ser social e reconhecidas pelo antropólogo como tipos de artefatos culturais, que, segundo o autor, permitem ao indivíduo interagir com o seu ambiente, porque, por meio deles, exercem seus papéis. Diante desse cenário, a linguagem (símbolo cultural) é o veículo realizador da prática social e, por isso, instancia as características do contexto de situação em que essa prática se reproduz.

Para Malinowski (1970), portanto, os artefatos, as instituições e o simbolismo, que entenderemos como a linguagem, são aspectos do processo cultural, intrinsecamente, relacionados, uma vez que é impossível desvencilhar a dimensão material (simbólico) da cultura do comportamento social, ou realizar uma análise sem que se considerem os processos simbólicos – pois o simbolismo está,



intimamente, relacionado às convenções, as quais coordenam o comportamento humano acordado. Diante disso, cabe destacar que a relação entre as formas é condicionada pela função sociocultural. O símbolo é, assim, o estímulo condicionado; logo, a resposta a ele também se faz orientada.

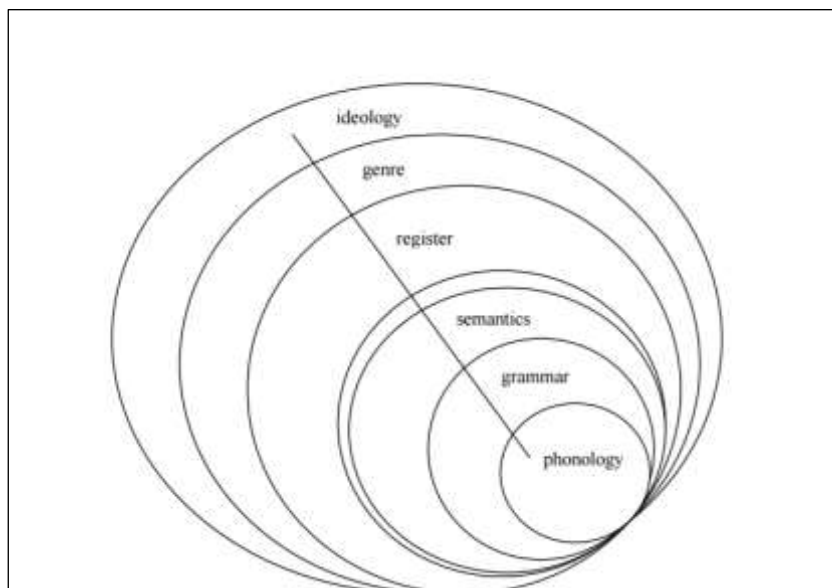
Assim, como práticas sociais, os gêneros textuais são vislumbrados pela Linguística Sistêmico-Funcional como artefato cultural e, por isso, cultura. Nesse viés, são também responsáveis pela reprodução, pela manutenção e pela administração do ambiente sociocultural que permeia sua construção. Por essa visão, Martin (1992 apud ROSE, 2010) toma os gêneros do discurso como uma ferramenta cultural, utilizada em determinado contexto com uma finalidade específica.

Portanto, define-os como processos sociais encadeados e orientados a dados propósitos. Para o autor, são orientados e encadeados porque um texto se constrói determinado pelo contexto sociocultural e se desdobra para alcançar um objetivo final. Portanto, na perspectiva funcionalista, os gêneros são uma estrutura de significados realizados na configuração dos registros, constituídos pelas variáveis campo, relação e modo.

É fundamental salientar que, no prisma do funcionalismo, consideram-se, por serem compreendidos os gêneros como artefatos culturais, os textos como locais de representação de papéis sociais, que são negociados entre os participantes, mediante convenções, a fim de se manterem os contratos pré-estabelecidos e não se romperem as relações, previamente, autorizadas.

A partir desse entendimento, Martin (1992) concebe que os componentes semióticos do contexto situacional carregam em seu bojo traços ideológicos, que afetam o sistema semântico e, portanto, a léxico-gramática:

Imagem 13 - Linguagem e seu ambiente semiótico



Fonte: Linguagem e seu ambiente semiótico. (MARTIN 1992:496, de MARTIN e MATTHIESSEN 1991 *apud* FINCHMAN, 2009, P.7).

Logo, com a veiculação da verdade sendo, em tese, o grande capital da imprensa, faz-se perceptível que contexto de cultura da mídia se fundamenta na ideologia de que os veículos de comunicação são os meios de reprodução da verdade<sup>129</sup>. Dessa forma, a fim de prezar pelo papel social de que é incumbido, ou seja, o de veículo de informação, é notório que a mídia lança mão de recursos que reproduzam tal ideologia, pois é a partir dessa reprodução que o veículo legitima sua credibilidade diante da população.

## 2.1 O editorial

<sup>129</sup> Isso ocorre, sobretudo, devido ao contexto atual, em que o advento das mídias sociais trouxe uma nova forma de comunicação, que, em nome da possibilidade de veiculação de informação que não passa pelos filtros positivos e negativos da imprensa, assume um novo lugar que, para se tornar oficial, necessita deslegitimar do discurso midiático oficial. Assim, a mídia lança mão dos recursos linguísticos e do editorial não só para manter o *status* de veiculadora da verdade, mas também para resgatar uma parte da credibilidade que está em processo de disputa.

O editorial é o gênero cujo conteúdo representa a instanciamento da voz do grupo mantenedor do jornal em que se escreve o texto, o que quer dizer que tal gênero se classifica como uma categoria opinativa. Assim, de acordo com Marques de Melo (2003), é concebido como um texto de direção ideológica, uma vez que, embora, seu controle seja de responsabilidade do editor, esse se faz o veículo por meio do qual a empresa expõe sua opinião sobre determinado assunto.

No entanto, é fundamental que compreendamos que, conquanto o editorial seja um instrumento de gênero opinativo, o fato de esse texto ser a representação do ponto de vista do jornal, além, é claro, da ideologia que permeia o papel social da mídia, implica uma estruturação equilibrada, isto é, que se caracterize por manobras discursivas que não exponham, diretamente, à face da empresa. Tal compreensão pode ser constatada pelo equilíbrio que o texto tenta manter, em sua construção, entre os requisitos técnicos e a sua função, manutenção que é, para Rêgo e Amphilo (2015), um problema:

O principal problema dessa categoria opinativa é 'estabelecer o equilíbrio entre duas tendências: atender requisitos técnicos e econômicos e exercer livremente a sua função sócio-espiritual. (MARQUES DE MELO *apud*. RÊGO e AMPHILO, 2015, p.111).

Os requisitos técnicos remetem não apenas à formatação do texto, mas à estratégias linguísticas, socioculturalmente, exigidos dos veículos midiáticos, cuja imagem, construída como ferramenta responsável pela transmissão da verdade, requer, ainda que em gêneros opinativos de cunho subjetivo, traços de impessoalidade, conforme demonstra Rabaça e Barbosa (2001) na definição do editorial:

Texto jornalístico opinativo, escrito de maneira impessoal e publicado sem assinatura, sobre os assuntos ou acontecimentos locais, nacionais ou internacionais de maior relevância. Define ou expressa o ponto de vista do veículo ou da empresa responsável pela publicação (do jornal, da revista etc.) ou emissão (do programa de televisão ou rádio). O editorial apresenta, principalmente em sua forma impressa, traços estilísticos peculiares. (RABAÇA E BARBOSA, 2001, p.255).

Assim, a exploração de estratégias linguísticas ocorre com o objetivo de que se mantenha intacta a função da mídia no seio da sociedade. Portanto, esta pesquisa compreende que, embora o editorial seja um gênero opinativo, a integridade do mandato do leitor, isto é, do mandato diário que o leitor dá, tacitamente, ao veículo de comunicação ao acessá-lo para obter informação, será priorizada na construção do texto, já que qualquer rompimento no contrato que se

estabelece entre o leitor e a mídia implica uma descredibilidade, que tenderá a levar à interrupção de tal mandato.

Nessa perspectiva, é fundamental que a análise de qualquer gênero jornalístico leve em conta não só os seus objetivos precípuos, mas o contexto sociocultural que caracteriza a função da imprensa no ambiente social, pois, conforme Martin (2001), considerar o contexto ideológico permite compreender: as maneiras pelas quais os participantes se envolvem, dinamicamente, nos textos, à medida que eles se desenvolvem; as maneiras pelas quais são posicionados e reposicionados, ao longo do texto, bem como; as maneiras pelas quais uma cultura mantém a hegemonia entre gerações.

Assim, o editorial caminha pela subjetividade e, em tese, por uma objetividade jornalística, que se faz necessária na manutenção da proteção de face do jornal. Não à toa o Manual Geral de Redação (2005) da Folha de São Paulo afirma que o editorial deve ser enfático, equilibrado e informativo, além de precisar apresentar o assunto tratado e desenvolver os argumentos defendidos pelo jornal, ao mesmo tempo em que resume e objeta os opostos.

A impessoalidade, segundo Schlee (2008), remete a um comportamento do enunciador que se apaga dos enunciados por meio de recursos léxico-gramaticais. Assim, algumas estruturas parecem construir-se mais como informações do que como argumentos. Esses recursos oferecem ao texto uma natureza de verdade e de autoridade, que conferem credibilidade às teses explícitas e às opiniões que se camuflam.

Nesse sentido, com base no conceito de gênero de Martin (2001) e nos conceitos sobre o editorial, aqui tratados, esta pesquisa entende o editorial como um texto que não se constitui como explicitamente persuasivo, contrariando Biber (1988), mas como um texto apenas persuasivo, pois muitas de suas intenções se encontram no âmbito do subentendido<sup>130</sup> ou do inferível.

---

<sup>130</sup> Os subentendidos, segundo Ducrot (1987), resultam de uma reflexão do destinatário sobre as circunstâncias da enunciação da mensagem.

### 3 METODOLOGIA

A Gramática Sistêmico-Funcional, como uma abordagem sociossemiótica, prioriza a relação léxico-gramatical em interface com a semântica e o discurso. Isso ocorre por tal teoria se fundamentar na concepção de que nossos enunciados dispõem de uma variedade de formas utilizadas de acordo com nossas necessidades sociocomunicativas. Dessa maneira, por considerar a linguagem um potencial de significados disponíveis aos falantes, a LSF reconhece que cada texto tem um propósito comunicativo específico e que os contextos de cultura, em que o texto se insere, determinam as escolhas léxico-gramaticais de seu autor.

Diante disso, esta pesquisa encontrou, na Linguística Sistêmico-Funcional, o aporte teórico adequado para alicerçá-la, pois em virtude da concepção de que a sintaxe se instancia como estrutura a serviço de um contexto sociocultural, pôde-se compreender a relação oracional não apenas como tática, mas como uma realização de uma rede de significados determinados pelo contexto. Logo, ao serem analisadas, em ocorrências concretas, as estruturas encaixadas neste trabalho, permitiu-se uma nova abordagem dessas cláusulas, pois é recorrente, no gênero editorial, o uso dessas orações como recursos que se colocam como manobras discursivas de proteção de face do jornal.

Portanto, considerando que os contextos linguístico, situacional e cultural refletem nas construções que compõem os textos, esta tese desenvolve-se calcada em dois eixos: estudo das estruturas oracionais encaixadas e análise textual, que exige a análise do gênero editorial.

#### 3.1 Análise do *corpus*

A escolha do *corpus*, composto por editoriais, foi motivada, sobretudo, pela discordância acerca de parte fundamental do conceito desse gênero: para Garcia (2005), o editorial tem caráter persuasivo, ao passo que, para Biber (1988), esse texto se caracteriza pelo aspecto explicitamente persuasivo. Esta pesquisa, ao considerar que o editorial, como gênero de veículo de informação, demanda a

constante proteção de face da empresa em que esse texto é produzido, a fim de que sua credibilidade não seja atingida, considera o editorial como um gênero camufladamente persuasivo, alinhando-se ao que propõe Garcia.

Diante dessa perspectiva e das ocorrências produtivas das estruturas encaixadas — tais quais relativas restritivas, substantivas completivas nominais, adverbiais comparativas, consecutivas, bem como substantivas subjetivas, objetivas (ligadas a verbos que não sejam do dizer e sentir) e predicativas —, decidiu-se verificar como tais construções contribuiriam para a concepção do editorial como um texto apenas persuasivo e não explicitamente persuasivo. Nesse sentido, foram analisados 5 textos da Folha de São Paulo, cuja escolha se deu pelo fato de esse veículo ser um dos mais prestigiados do Brasil, com cerca de 171,4 milhões de visualizações anuais, segundo O Globo (2022).

Como esta pesquisa é de base qualitativa, foram selecionados 5 textos publicados, respectivamente, no ano de 2000, 2009, 2010, 2012 e 2022. A escolha por textos online ocorreu devido à evolução digital da comunicação, por meio da qual se tendeu à maior utilização das mídias digitais.

### 3.2 Ocorrências

Serão analisadas as orações relativas restritivas, denominadas, tradicionalmente, por adjetivas restritivas, as substantivas completiva nominal, subjetiva, predicativa e objetiva — esboçada por processos diferentes do dizer e do sentir —, bem como as adverbiais comparativas e consecutivas.

O critério usado para a identificação dessas construções foi o sintático; todavia, após a identificação primeira, percebeu-se que os significados oriundos das estruturas identificadas dialogam com os propósitos comunicativos do articulista, uma vez que esses significados emergem da relação semântica entre as chamadas pela GT de cláusula principal e de subordinada, sendo motivados, sobretudo, por recursos léxicos e gramaticais usados no texto. Dessa maneira, consagram-se as relativas restritivas, completivas nominais, adverbiais comparativas e consecutivas como recursos argumentativos, que se constroem sob a roupagem da informação na sua relação (encaixamento) com a palavra núcleo.

Em se tratando das substantivas objetivas não relacionadas ao dizer e ao sentir, subjetivas, predicativas e completivas nominais ligadas a substantivos derivados de adjetivos ou a adjetivos, é notório que tendem, não apenas elas, mas o simplexo, a expor a opinião da empresa sobre o assunto tratado; porém, em alguns casos, tal estrutura se revela como ferramenta de manutenção da máscara social do articulista, utilizada para convencer o leitor da ideia que o editorial defende.

É interessante observar que, devido ao fato de as substantivas subjetivas, objetivas ligadas a processos diferentes do dizer e do sentir, predicativas e as completivas ligadas a substantivos derivados de adjetivos ou a adjetivos funcionarem como componentes da transitividade<sup>131</sup> da oração primária, que, na metaforização de verbo em nome, passa a substantivo<sup>132</sup> – conforme Halliday e Matthiessen (2014) –, precisam ser analisadas em conjunto com seu simplexo.

### 3.3 Procedimentos de análise

Considerando a ideia de que o editorial não é um gênero explicitamente persuasivo, este trabalho parte da hipótese de que as cláusulas encaixadas funcionariam como manobras discursivas cuja função se ateria à proteção da face do jornal.

Assim, as relativas restritivas, bem como as completivas nominais ligadas a núcleo não derivado de adjetivos, de advérbios ou mesmo a essas classes, as adverbiais comparativas e consecutivas, tenderiam a funcionar como manobras

---

<sup>131</sup> 1 É um sistema de relação entre componentes que formam uma figura, que são configurações constituídas de um processo, participantes e circunstâncias. (FUZER E CABRAL, 2010, 27). Esse sistema é instanciado prototipicamente por uma oração, pois as figuras são significados produzidos pelos processos. Assim, como os processos podem ser metaforizados por substantivos, as figuras, componentes da transitividade, transferem-se aos nomes.

<sup>132</sup> Isso ocorre porque o processo, os participantes e, eventualmente, as circunstâncias se mantêm na metaforização. Segue um exemplo dado por Halliday (2014):

I) The building of the bridge presented a problema.

II) A construção da ponte apresentou um problema.

Na estrutura, o pós-modificador “da ponte”, desempenha a função de complemento da nominalização “construção”, correspondendo, segundo o autor, ao que seria o complemento do verbo se o processo fosse realizado por uma cláusula.

discursivas, pois, devido à sua forma, escamoteariam a argumentação sob a roupagem da informação, do fato. Essa tendência colaboraria com a configuração técnica do editorial, que abarca a impessoalidade e a objetividade jornalísticas.

Não haveria como abordar o caráter persuasivo não explícito do editorial sem analisar tais substantivas, uma vez que os simplexos oracionais compostos por elas são vistos, com recorrência, em diversas pesquisas, como uma exposição da opinião do autor, colaborando com a ideia do caráter persuasivo explícito do editorial.

No que tange às substantivas subjetiva, objetiva (que não seja relacionada a verbos do sentir e do dizer), completiva (relacionada ao adjetivo, ao advérbio ou aos nomes derivados dessas classes) e predicativa, pode-se notar que o simplexo de que fazem parte é usado, muitas vezes, para manter a máscara social do articulista e não para expor uma opinião clara sobre a temática abordada. Todavia, faz-se necessário verificar se essa manutenção é de responsabilidade apenas da oração que embute a encaixada, isto é, da denominada como principal pela GT, ou depende da própria encaixada.

Dessa forma, é fundamental analisar, durante o processo de investigação, quais encaixadas se portam como manobras discursivas de proteção de face do jornal, já que esse comportamento comprovaria que o editorial não se caracteriza como um gênero de cunho persuasivo explícito.

Portanto, fundamentando-se no modelo sistêmico-funcional de Halliday e Matthiessen (2014), para quem o texto é uma unidade semântica, cuja realização é produto do contexto situacional e sociocultural no qual se insere, esta pesquisa, concebendo que os enunciados formadores de um texto se relacionam construindo um bloco semântico a partir das escolhas léxico-gramaticais do enunciador, constatou que o papel atenuante das encaixadas é corroborado pelos recursos lexicais e gramaticais usados no texto, inclusive na própria cláusula.

Logo, na análise do *corpus*, foram identificados, primeiramente, os períodos do texto para que fosse realizado o levantamento dos complexos oracionais e dos simplexos formados por cláusulas encaixadas, com a finalidade de destacar e de analisar estes últimos. Após esses procedimentos, levantou-se o campo do gênero para, depois, analisar o propósito comunicativo do autor e, juntamente com os demais recursos linguísticos, conseguir depreender a informação discursiva trazida pelas estruturas em análise.



Assim, para o desenvolvimento deste trabalho, admitiram-se alguns pressupostos:

- a) o editorial não é um texto explicitamente persuasivo;
- b) o texto é um bloco semântico de significado;
- c) os gêneros textuais são encenações, atividades orientadas para uma meta, de que os falantes participam como membros de uma cultura. Dessa forma, o presente trabalho entenderá o valor das encaixadas diante das peculiaridades que circundam o gênero editorial;
- d) as orações principais, sobretudo no caso das substantivas subjetiva, objetiva fruto de verbos diversos do dizer e do sentir e predicativa, não devem ser relegadas a um segundo plano, pois, das principais desse grupo, decorrem grandes contribuições semânticas para a constituição do significado interpessoal das cláusulas;
- e) existem orações encaixadas projetadas;
- f) as encaixadas que se prendem a um núcleo não verbal tendem a se apresentar sob a característica de informação no editorial.

Para análise do corpus, considerou-se o seguinte:

- a) tanto as orações encaixadas desenvolvidas quanto as reduzidas serão analisadas;
- b) os participios coordenados com adjetivos não serão tomados como orações reduzidas;
- c) as orações reduzidas de infinitivo relacionadas a substantivos serão consideradas relativas reduzidas;
- d) orações reduzidas de infinitivo pertencentes a locuções adjetivas e prepositivas, ainda que relativas, não serão analisadas, bem como as desenvolvidas, pois entendemos que seu uso contribui para o significado da locução;
- e) as orações substantivas objetivas subordinadas a verbos do “dizer” e do “sentir” serão descartadas, dado que se seguiu o conceito de Halliday (2014), que as considera projetadas por hipotaxe;
- f) a diferença entre verbo principal (constituente de locução verbal) e oração reduzida se estabelecerá pelo critério da nominalização e do desenvolvimento da oração;
- g) não serão analisadas as orações pertencentes a citações;

- h) estruturas cristalizadas que apresentem sentido mental, como “faz sentido”, serão admitidas como oriundas de um processo mental;
- i) levar-se-á em consideração a omissão verbal nos casos de estruturas comparativas, acatando a ideia de que há formação oracional nessas situações.

É cabível destacar que, na análise do *corpus*, as adjetivas restritivas e as completivas nominais, não ligadas a adjetivos ou a advérbios, bem como as adverbiais consecutivas e as comparativas incorporadas, são denominadas pós-modificadoras, de acordo com a LSF. As adjetivas restritivas, quando precisarem ser diferenciadas das completivas, serão cunhadas como qualificadoras. No que diz respeito às substantivas subjetivas, predicativas, objetivas, oriundas de verbos distintos dos do dizer e do sentir, e completivas nominais, relacionadas a adjetivos ou a advérbios, são chamadas de nucleares, conforme Halliday (2014). Dessa maneira, munidos das informações necessárias, explicitadas nesta seção, passaremos à análise dos editoriais selecionados.

## 4 ANÁLISE DO CORPUS

### 4.1 Editorial Marta x Maluf

#### MARTA X MALUF

*Conforme sua tradição, a Folha não endossa nenhuma das candidaturas que disputam o segundo turno da eleição para a Prefeitura de São Paulo. Seria desnecessário reafirmar princípio editorial arraigado na prática deste jornal se a conjuntura política paulistana não fosse tão incomum. Convergem para a candidatura do Partido dos Trabalhadores manifestações maciças de apoio dos mais variados setores da sociedade civil.*

*Existem razões para isso. O malufismo é o fiador dos últimos oito anos de calamitosa administração municipal em São Paulo. Durante o período em que a corrente deu o tom no Legislativo e no Executivo da cidade, desfilaram pelo noticiário obras suspeitas, endividamento irresponsável, precatórios malversados e uma onda sem precedentes de escândalos de corrupção.*

*Contra Maluf no segundo turno, o ambiente convida à formação de uma frente calcada na idéia da recuperação moral da administração pública na cidade. De um ângulo imediato, poderia até fazer sentido uma adesão da Folha a essa congregação de forças. No calor dos fatos, a maioria dos leitores provavelmente chancelaria uma atitude desse tipo.*

*Mas é a perspectiva de longo prazo que faz este jornal recusar-se a apoiar qualquer candidato em pleitos que estejam ocorrendo dentro da normalidade democrática. É legítimo direito de outros veículos optar por engajar-se nesta ou naquela candidatura e, ao fazê-lo, estão amparados pela liberdade de expressão consagrada na Carta de 88. Mas a Folha continua a sustentar que o exercício de um jornalismo de fato independente e crítico pressupõe um drástico desatrelamento em relação a grupos, partidos e candidaturas.*

*Quando se confunde com forças que têm por objetivo controlar o Estado, o jornalismo arrisca-se a se descaracterizar como fonte independente de*

informação, a fazer de seu potencial crítico um mero instrumento para submeter grupos adversários. Manter-se distanciado do jogo dos partidos é uma garantia a mais de que nenhum deles será poupado de crítica e de investigação quando houver interesse jornalístico.

Mas não seria correto confundir apartidarismo com omissão ou neutralidade. Este jornal pretende assegurar tratamento igual a ambos os finalistas em termos de espaço e visibilidade no noticiário.

Nem por isso se deve esquecer que o malufismo encarna as piores tradições da política paulista: do engajamento com o regime militar no passado ao rol de irregularidades sempre mal-esclarecidas; da opção por obras caras e de impacto ilusório à praxe de adotar métodos de aliciamento clientelista e de promoção personalista do "chefe" -não há nada nessa vertente política que a reconcilie com uma concepção democrática, civilizada e humanista de gestão pública.

Ao mesmo tempo, a perspectiva apartidária permite ver com saudável cautela a alternativa que no momento galvaniza apoios oriundos de quase todo o espectro político. Marta Suplicy ainda é apenas uma promessa a ser testada em circunstâncias que, tudo indica, serão difíceis.

Sem qualquer experiência executiva, ela terá, se eleita, de se haver com o legado de dívidas bilionárias numa metrópole em que o poder público não dá conta da enorme demanda por serviços e investimentos. Caso se confirme, como tudo faz crer, a disposição atual do eleitorado, terá sido eleita por um partido que, até agora, tem inviabilizado sistematicamente as gestões dos candidatos que consegue levar ao poder.

Com o distanciamento que a posição apartidária propicia, a Folha deseja preservar suas faculdades de fiscalização e crítica voltadas para ambas as opções em jogo, embora reconheça que existem diferenças importantes e qualitativas entre elas.

Fonte: Disponível em: Folha de S.Paulo - Editorial: MARTA X MALUF - 15/10/2000 (uol.com.br) (Acesso em: 12/03/2022).

4.1.2 Análise de ocorrências

Quadro 1 - Editorial: Marta x Maluf

COMPLEXOS ORACIONAIS ANALISADOS
a Folha não endossa nenhuma das candidaturas <u>que disputam o segundo turno da eleição para a Prefeitura de São Paulo</u>
Seria desnecessário <u>reafirmar princípio editorial arraigado na prática deste jornal</u>
reafirmar princípio editorial <u>arraigado na prática deste jornal</u>
Durante o período <u>em que a corrente deu o tom no Legislativo e no Executivo da cidade</u> , desfilaram pelo noticiário obras suspeitas, endividamento irresponsável, precatórios malversados e uma onda sem precedentes de escândalos de corrupção
Mas é a perspectiva de longo prazo que faz <u>este jornal recusar-se a apoiar qualquer candidato em pleitos</u> que estejam ocorrendo dentro da normalidade democrática
este jornal recusar-se a apoiar <u>qualquer candidato em pleitos</u> que estejam ocorrendo dentro da normalidade democrática
É legítimo direito de outros veículos <u>optar</u> por engajar-se nesta ou naquela candidatura.
Quando se confunde com forças <u>que têm por objetivo controlar o Estado</u>
o jornalismo arrisca-se <u>a se descaracterizar</u> como fonte independente de informação
o jornalismo arrisca-se <u>a fazer de seu potencial crítico um mero instrumento</u>

Manter-se distanciado do jogo dos partidos é uma garantia a mais

é uma garantia a mais de que nenhum deles será poupado de crítica e de investigação

Mas não seria correto confundir apartidarismo com omissão ou neutralidade.

não há nada nessa vertente política que a reconcilie com uma concepção democrática, civilizada e humanista de gestão pública.

a perspectiva apartidária permite ver com saudável cautela a alternativa

ver com saudável cautela a alternativa que no momento galvaniza apoios

Marta Suplicy ainda é apenas uma promessa a ser testada em circunstâncias que, tudo indica, serão difíceis

uma promessa a ser testada em circunstâncias que, tudo indica, serão difíceis

ela terá, se eleita, de se haver com o legado de dívidas bilionárias numa metrópole em que o poder público não dá conta da enorme demanda por serviços e investimentos

terá sido eleita por um partido que, até agora, tem inviabilizado sistematicamente as gestões dos candidatos que consegue levar ao poder

que, até agora, tem inviabilizado sistematicamente as gestões dos candidatos que consegue levar ao poder

Com o distanciamento que a posição apartidária propicia, a Folha deseja preservar suas faculdades de fiscalização e crítica

a Folha deseja preservar suas faculdades de fiscalização e crítica voltadas para ambas as opções em jogo

No editorial Marta x Maluf, a Folha defende sua posição de não endossar nenhuma das candidaturas que disputam o segundo turno da eleição à prefeitura de São Paulo, garantindo que tal isenção partidária se constitui como um princípio da instituição.

Suas justificativas parecem se realizar a partir da construção da ideia de que a adoção de seu posicionamento se dá por ser um veículo idôneo, íntegro, sensato, crítico e moderado, bem como a partir da desconstrução da imagem dos candidatos que concorrem às eleições e da dos demais jornais, validando o mandato do leitor dado à Folha, que reforça a credibilidade dada a ela.

Assim, a partir dos parágrafos selecionados e apresentados a seguir, destacaremos as construções encaixadas para analisar como a Folha construiu sua imagem, a dos candidatos ao cargo de Prefeito de São Paulo e a dos demais veículos de informação.

**Primeiro parágrafo:**

*“Conforme sua tradição, a Folha não endossa nenhuma das candidaturas que disputam o segundo turno da eleição para a Prefeitura de São Paulo. Seria desnecessário reafirmar princípio editorial arraigado na prática deste jornal se a conjuntura política paulistana não fosse tão incomum. Convergem para a candidatura do Partido dos Trabalhadores manifestações maciças de apoio dos mais variados setores da sociedade civil.”*

No primeiro período do primeiro parágrafo, a pós-modificadora “que disputam o segundo turno da eleição para a Prefeitura de São Paulo” já identifica as candidaturas a não serem apoiadas pela Folha.

Essa identificação ocorre de maneira mais objetiva, afirmação pautada no léxico escolhido para compor a cláusula, o que condiz com a conduta anunciada do Jornal de decidir não prestar apoio aos candidatos concorrentes à Prefeitura de São

Paulo: uma postura de isenção quanto ao apoio político. Nesse viés, pode-se dizer que a pós-modificadora contribui com a instanciação, no texto, da postura alegada pela Folha.

Ainda nesse parágrafo, a Folha, por meio da estrutura “seria desnecessário”, aponta, pela nuclear, aquilo que, em tese, não seria elementar ao jornal, isto é, reafirmar princípio editorial arraigado na prática do jornal. Assim, não haveria, hipoteticamente — hipótese marcada pelo futuro do pretérito —, a necessidade, para a empresa, de justificar o seu posicionamento; porém, sob determinada condição, a de que a conjuntura política paulistana é tão incomum, começa a defender sua atitude.

Assim, no simplexo oracional “seria desnecessário reafirmar princípio editorial”, a estrutura nuclear é a reafirmação daquilo que seria desnecessário, uma vez que é esboçada por “seria desnecessário”. A ideia da construção núcleo como uma reafirmação já confirma a hipótese de que a defesa do posicionamento da Folha seria dispensável, uma vez que implica uma afirmação já sabida por todos, isto é, uma obviedade da conduta do jornal no que tange a apoio político.

Nesse cenário, a prescindibilidade de explanação da atitude da Folha em não endossar candidaturas como uma hipótese implica o entendimento de que tal explanação, na realidade, faz-se necessária. Logo, o Jornal se utiliza do simplexo “seria desnecessário reafirmar princípio editorial” para trazer à baila, no decorrer do texto, as necessidades que levaram à produção editorial em análise. No entanto, é a cláusula “seria desnecessário” a responsável por esse teor semântico.

A construção “seria desnecessário”, para trazer uma inferência afirmativa (faz-se necessário), fez-se essencial para a Folha validar a sua imagem e descaracterizar qualquer crítica à sua isenção, pois, demonstrando que o ato de não apoiar políticos faz parte de seus valores e que, portanto, seria desnecessário falar disso, o jornal joga a culpa da necessidade de se falar, oriunda da ideia de hipótese da prescindibilidade, no outro, ou seja, no contexto desenhado pelos políticos que estão concorrendo ao segundo turno e aos seus partidos, o que colabora com a construção da imagem negativa deles.

Portanto, o simplexo “seria desnecessário reafirmar princípio editorial” evita que a Folha seja criticada pela matéria do editorial, pois essa construção implica a inferência de que o jornal está dando uma resposta a algo ou a alguém, o que, como proteção de face, é fundamental para a aceitação do editorial — isto é, para a



manutenção do mandato do seu leitor, já que, segundo Perelman (1996), a persuasão se torna mais eficaz quando imperceptível ao auditório.

A pós-modificadora “arraigado na prática deste jornal” confirma a dispensabilidade hipotética da defesa de isenção, uma vez que “arraigado” demonstra que o princípio do editorial de não defender candidatos políticos é uma conduta intrínseca ao jornal. Além disso, constrói a imagem do editorial da Folha não como um mero veículo de opinião, mas de um condutor da verdade, validando a credibilidade a ela dada pelo leitor em uma relação, segundo Filho, Lopes e Neto (2011), de forças invisíveis.

### **Segundo parágrafo:**

*“Existem razões para isso. O malufismo é o fiador dos últimos oito anos de calamitosa administração municipal em São Paulo. Durante o período em que a corrente deu o tom no Legislativo e no Executivo da cidade, desfilaram pelo noticiário obras suspeitas, endividamento irresponsável, precatórios malversados e uma onda sem precedentes de escândalos de corrupção.”*

Após explicar como se desenhava a conjuntura política, no segundo parágrafo, o autor justifica o apoio dos mais diversos setores da sociedade à candidatura do PT, apontando que, nos últimos oito anos, a administração de São Paulo foi desastrosa.

A pós-modificadora “em que a corrente deu o tom no Legislativo e no Executivo da cidade” caracteriza os anos em que o malufismo predominou no município, demonstrando que era um período em que a corrente dominou não só o executivo, mas o legislativo. A caracterização usada se justifica pelos acontecimentos descritos logo em seguida, o que fundamenta o recorte utilizado pelo autor “corrente deu o tom”, demonstrando, pelos atos seguintes, um “tom” de corrupção. Subjacentemente, constrói-se uma relação causal entre “a corrente deu o tom no Legislativo e no Executivo da cidade” e a oração “desfilaram pelo noticiário obras suspeitas, endividamento irresponsável”.

Por meio dessa relação, entende-se que, devido ao tom dado no Legislativo e no Executivo, houve notícias de corrupção, demonstrando o porquê de a Folha não

apoiar Maluf. Nesse viés, por meio da pós-modificadora, o jornal vai construindo a imagem do candidato e a sua, justificando seu não apoio a ele e ao seu partido.

### **Terceiro Parágrafo:**

*“Contra Maluf no segundo turno, o ambiente convida à formação de uma frente calcada na idéia da recuperação moral da administração pública na cidade. De um ângulo imediato, poderia até fazer sentido uma adesão da Folha a essa congregação de forças. No calor dos fatos, a maioria dos leitores provavelmente chancelaria uma atitude desse tipo.”*

No terceiro parágrafo, a Folha prevê uma possível frente de apoio à oposição a Maluf e começa discorrendo sobre essa frente, caracterizando-a como “calcada na ideia da recuperação moral da administração pública na cidade”.

Essa caracterização se faz para que o jornal justifique a hipótese (noção que se instancia pela estrutura “convida à formação”) de um apoio de sua parte, isto é, a pós-modificadora gera uma expectativa de que o jornal poderia endossar a candidatura do oponente de Maluf, já que tal frente estaria calcada na ideia de recuperação da administração pública. Essa relação causal se encontra subjacente à função especificativa da construção.

No decorrer do texto, no entanto, a expectativa se quebra por meio de uma recusa, elevando a imagem da Folha como um veículo que não se deixa enganar, ou seja, mais uma vez, a definidora colabora, ao contribuir com a construção de uma expectativa, com o objetivo do jornal, o qual, ao quebrá-la, sustenta-se como um apurador da verdade.

### **Quarto parágrafo:**

*Mas é a perspectiva de longo prazo que faz este jornal recusar-se a apoiar qualquer candidato em pleitos que estejam ocorrendo dentro da normalidade democrática. É legítimo direito de outros veículos optar por engajar-se nesta ou naquela candidatura e, ao fazê-lo, estão amparados pela liberdade de expressão consagrada na Carta de 88. Mas a Folha continua a sustentar que o exercício de um*

*jornalismo de fato independente e crítico pressupõe um drástico desatrelamento em relação a grupos, partidos e candidaturas.”*

No quarto parágrafo, a negação do apoio político é reafirmada com a construção “este jornal recusar-se a apoiar qualquer candidato em pleitos”, na qual a oração em que a encaixada se encontra embutida, a denominada de oração principal pela GT, esboça como recusa o apoio a Maluf e à Marta, justificada pela pós-modificadora “que estejam ocorrendo dentro da normalidade democrática”, a qual, indiretamente — pois sua função principal é caracterizar os tipos de pleitos mencionados —, realiza um significado concessivo, apontando que a recusa de apoio aos partidos ocorre porque, embora a Folha reconheça que o pleito esteja ocorrendo dentro da normalidade democrática, o jornal é apurador da verdade e não se deixa enganar.

Assim, o editorial, ao mesmo tempo em que desacredita os candidatos, vai solidificando, para que haja manutenção do mandato do leitor, a imagem da Folha de acordo com o que exige o contexto de cultura midiático.

A nuclear “optar”, cujo significado é legitimado pela construção “é legítimo direito de outros veículos”, insere a escolha do outro no texto, demonstrando que o jornal, mesmo diante de seus posicionamentos, respeita outras opiniões. Também é claro que, enquanto se põe como um instrumento de respeito a seus pares, a Folha os descredibiliza, colocando-os como meros formadores de opinião, retirando deles o *status* de ferramenta apuradora da verdade, o que dá mais credibilidade a si mesma.

Ainda no quarto parágrafo, o uso, em “Mas é a perspectiva de longo prazo que faz”, do causativo fazer, cujo causador se constitui “em perspectiva de longo prazo”, esboça, por meio da nuclear “este jornal recusar-se”, uma consequência, “a recusa,” como bem fundamentada, pois se baseia em uma observação de longo prazo. Tal construção, realizada pelo simplexo oracional, ratifica a imagem da Folha como veículo idôneo.

Embora seja um editorial, há de haver a estratégia de proteção de face, já que, por meio dessa proteção, o articulista se expressa de maneira a induzir o leitor a adotar o comportamento objetivado pelo jornal. Por isso, muitas críticas, quando consideradas socialmente antiéticas, e enaltecimentos a si mesmo, socialmente

crucificados, dão-se veladamente como informações secundárias. Os recortes feitos pela restrição, por meio das pós-modificadoras, são fundamentais para isso, pois tendem a disfarçar tais julgamentos e elogios sob a roupagem de informações.

#### **Quinto parágrafo:**

*“Quando se confunde com forças que têm por objetivo controlar o Estado, o jornalismo arrisca-se a se descaracterizar como fonte independente de informação, a fazer de seu potencial crítico um mero instrumento para submeter grupos adversários. Manter-se distanciado do jogo dos partidos é uma garantia a mais de que nenhum deles será poupado de crítica e de investigação quando houver interesse jornalístico.”*

No quinto parágrafo, a pós-modificadora “que têm por objetivo controlar o Estado” e as nucleares “a se descaracterizar”, “a fazer do seu potencial crítico um mero instrumento” colaboram com a fomentação da descredibilidade dos que agem diferentemente da Folha, legitimando o posicionamento de isenção desta mediante o reforço da imagem dela como instrumento crítico e veiculador de informação.

A pós-modificadora “que têm por objetivo controlar o Estado” caracteriza as forças dominadoras do Estado, enfatizando o risco que o jornalismo corre ao não ter o mesmo “olhar” e conduta que a Folha: sua descaracterização, a deturpação do seu potencial crítico, esboçadas em forma de oração pelo verbo “arrisca-se”.

No segundo período do quinto parágrafo, o jornal continua a legitimar a sua atitude com a cláusula “Manter-se distanciado do jogo dos partidos”, cuja oração a embuti-la, isto é, a principal se realiza pela oração “é uma garantia”. Além disso, a pós-modificadora “de que nenhum deles será poupado de crítica e de investigação” determina o tipo de garantia a que Folha se refere, operando semanticamente como as definidoras.

Essa garantia é, na verdade, diante da análise feita até aqui, oferecida pela Folha, isto é, a garantia é a de que ela se manterá como um instrumento crítico e investigativo, o que não é oferecido por aqueles que agem de maneira diversa da sua.

**Sexto parágrafo:**

*“Mas não seria correto confundir apartidarismo com omissão ou neutralidade. Este jornal pretende assegurar tratamento igual a ambos os finalistas em termos de espaço e visibilidade no noticiário.”*

No sexto parágrafo, o editorialista continua o texto defendendo-se de um possível ataque, cuja hipótese de realização é marcada pelo uso do verbo “seria”. A estrutura “não seria correto” esboça, condenando, a respeito do posicionamento da folha de não endossar nenhuma das candidaturas, uma opinião negativa sobre a postura do jornal, a de alguém confundir apartidarismo com omissão ou neutralidade. Nesse caso, a nuclear traz a voz do outro sendo condenada pela oração que a embute. Depois, o jornal garante que assegurará tratamento igual aos finalistas.

**Sétimo parágrafo:**

*“Nem por isso se deve esquecer que o malufismo encarna as piores tradições da política paulista: do engajamento com o regime militar no passado ao rol de irregularidades sempre mal-esclarecidas; da opção por obras caras e de impacto ilusório à praxe de adotar métodos de aliciamento clientelista e de promoção personalista do “chefe” -não há nada nessa vertente política que a reconcilie com uma concepção democrática, civilizada e humanista de gestão pública.”*

No sétimo parágrafo, a Folha discrimina as ideologias e atitudes malufistas para demonstrar que não há nada nessa corrente política que se relacione à democracia e ao bem-estar social, demonstração realizada pela pós-modificadora “que a reconcilie com uma concepção democrática, civilizada e humanista de gestão pública.” Nesse sentido, o Jornal reforça o motivo de sua abstenção.

**Oitavo parágrafo:**

*“Ao mesmo tempo, a perspectiva apartidária permite ver com saudável cautela a alternativa que no momento galvaniza apoios oriundos de quase todo o*

*espectro político. Marta Suplicy ainda é apenas uma promessa a ser testada em circunstâncias que, tudo indica, serão difíceis.*”

No antepenúltimo parágrafo, o autor demonstra o que apartidarismo permite, ou seja, acarreta. Essa demonstração ocorre com a instanciação do verbo permitir. Esse verbo pressupõe um complemento de significado positivo, realizado pela substantiva “ver com saudável cautela a alternativa”, revelando que o apartidarismo da Folha se permite enxergar com cautela a candidatura de Suplicy.

A pós-modificadora “galvaniza apoios” ratifica que a Folha é um jornal racional, pois a alternativa que galvaniza apoios não inflama a Folha, ratificando a ideia de que todos se inflamam apoiando a candidata, menos a Folha.

Assim, a realização do simplexo “a perspectiva apartidária permite ver com saudável cautela a alternativa” demonstra o benefício do apartidarismo da Folha, novamente colaborando com a caracterização do jornal como apurador de fatos, enquanto contribui com a descredibilização da imagem de Marta

Como “a alternativa” é uma referência à Marta Suplicy, o período “Marta Suplicy ainda é apenas uma promessa a ser testada em circunstâncias que, tudo indica, serão difíceis” tem como assunto Marta, referida como uma promessa, a qual se define como “a ser testada em circunstâncias”, o que ressalta a falta de experiência da candidata. A relativa “que, tudo indica, serão difíceis” delimita as circunstâncias como não favoráveis àquela que é inexperiente, inferência que é colaborada pela adjetiva que determina a candidata como promessa.

Ainda que as pós-modificadoras realizadas por definidoras não estejam ligadas diretamente a substantivos que remetam à Folha, elas ajudam a constituir a imagem que a empresa quer forjar diante do seu leitor, demonstrando que o jornal sabe reproduzir com maestria a seguinte máxima: Quando Pedro me fala sobre Paulo, sei mais de Pedro que de Paulo.

Nessa perspectiva, pós-modificadoras que estão sendo usadas para caracterizar candidatos, suas atitudes, apoios a candidatura justificam a empresa não ser, em tese, apoiadora de nenhum dos candidatos e, ao fazer isso, constrói-se a imagem da instituição como “fiscalizadora”, como aquela que é o olhar da população, ratificando o papel social da imprensa.

**Nono parágrafo:**

*“Sem qualquer experiência executiva, ela terá, se eleita, de se haver com o legado de dívidas bilionárias numa metrópole em que o poder público não dá conta da enorme demanda por serviços e investimentos. Caso se confirme, como tudo faz crer, a disposição atual do eleitorado, terá sido eleita por um partido que, até agora, tem inviabilizado sistematicamente as gestões dos candidatos que consegue levar ao poder.”*

No penúltimo parágrafo, novamente a Folha contrasta a falta de experiência da candidata com as circunstâncias por meio da definição da metrópole como a de que o poder público não dá conta: “metrópole em que o poder público não dá conta da enorme demanda por serviços e investimentos”.

Assim, o editorial continua a demonstrar obstáculos da eleição de Marta, agora atingindo o partido da candidata por meio das adjetivas: “que, até agora, tem inviabilizado sistematicamente as gestões dos candidatos” “que consegue levar ao poder”. Essas pós-modificadoras fazem o leitor depreender a ideia de que, mesmo indo ao poder, a candidata, além de suas limitações pessoais pela falta de experiência, será barrada pelo seu partido. Logo, a Folha de São Paulo vai justificando sua posição por meio da caracterização do outro.

**Décimo parágrafo:**

*“Com o distanciamento que a posição apartidária propicia, a Folha deseja preservar suas faculdades de fiscalização e crítica voltadas para ambas as opções em jogo, embora reconheça que existem diferenças importantes e qualitativas entre elas.”*

No último parágrafo, o jornal elenca o benefício do apartidarismo. A pós-modificadora - “que a posição apartidária propicia” - delimita o tipo de distanciamento que permite as faculdades de fiscalização e a crítica do jornal, não quaisquer faculdades de fiscalização e crítica, mas as voltadas para ambas as opções de candidatos. A pós-modificadora - “voltadas para ambas as opções de candidatos” - demonstra que a fiscalização e as críticas são a todos, o que ratifica o apartidarismo que a Folha pretende defender.

As pós-modificadoras respondem, assim, por um recorte do real que chega ao público como o próprio real, pois, de acordo com Halliday (2001), a Língua é um potencial de conduta representada em um potencial de significados; dessa forma, a léxico-gramática realiza o que se consagra como a realidade do enunciador, que se apresenta como o real para o coenunciador.

Diante da análise apresentada, seguiremos para apresentação do Editorial Limites a Chávez, cujo conteúdo parece defender as ideias de que a manutenção do poder de Hugo Chávez é nocivo à Venezuela, sobretudo no que tange ao aspecto econômico.

## 4.2 Editorial Limites a Chávez

### *LIMITES A CHÁVEZ*

*Apesar da vitória eleitoral do caudilho venezuelano, oposição ativa e crise do petróleo vão dificultar perpetuação no poder*

*O ROLLO compressor do bonapartismo chavista destruiu mais um pilar do sistema de pesos e contrapesos que caracteriza a democracia. Na Venezuela, os governantes, a começar do presidente da República, estão autorizados a concorrer a quantas reeleições seguidas desejarem.*

*Hugo Chávez venceu o referendo de domingo, a segunda tentativa de dinamitar os limites a sua permanência no poder. Como na consulta do final de 2007, a votação de anteontem revelou um país dividido. Desta vez, contudo, a discreta maioria (54,9%) favoreceu o projeto presidencial de aproximar-se do recorde de mando do ditador Fidel Castro.*

*Outra diferença em relação ao referendo de 2007 é que Chávez, agora vitorioso, não está disposto a rerepresentar a consulta popular. Agiria desse modo apenas em caso de nova derrota. Tamanha margem de arbítrio para manipular as regras do jogo é típica de regimes autoritários compelidos a satisfazer o público doméstico, e o externo, com certo nível de competição eleitoral.*

*Mas, se as chamadas "ditabrandas" - caso do Brasil entre 1964 e 1985 -*



*partiam de uma ruptura institucional e depois preservavam ou instituíaam formas controladas de disputa política e acesso à Justiça -, o novo autoritarismo latino-americano, inaugurado por Alberto Fujimori no Peru, faz o caminho inverso. O líder eleito mina as instituições e os controles democráticos por dentro, paulatinamente.*

*Em dez anos de poder, Hugo Chávez submeteu, pouco a pouco, o Legislativo e o Judiciário aos desígnios da Presidência. Fechou o círculo de mando ao impor-se à PDVSA, a gigante estatal do petróleo.*

*A inabilidade inicial da oposição, que em 2002 patrocinou um golpe de Estado fracassado contra Chávez e depois boicotou eleições, abriu caminho para a marcha autoritária; as receitas extraordinárias do petróleo a impulsionaram. Como num populismo de manual, o dinheiro fluiu copiosamente para as ações sociais do presidente, garantindo-lhe a base de sustentação.*

*Nada de novo, porém, foi produzido na economia da Venezuela, tampouco na sua teia de instituições políticas; Chávez apenas a fragilizou ao concentrar poder. A política e a economia naquele país continuam simplórias -e expostas às oscilações cíclicas do preço do petróleo.*

*O parasitismo exercido por Chávez nas finanças do petróleo e do Estado foi tão profundo que a inflação disparou na Venezuela antes mesmo da vertiginosa inversão no preço do combustível. Com a reviravolta na cotação, restam ao governo populista poucos recursos para evitar uma queda sensível e rápida no nível de consumo dos venezuelanos.*

*Nesse contexto, e diante de uma oposição revigorada e ativa, é provável que o conforto de Hugo Chávez diminua bastante daqui para a frente, a despeito da vitória de domingo.*

*Fonte: Disponível em Folha de S.Paulo - Editoriais: Limites a Chávez - 17/02/2009 (uol.com.br) (Acesso em: 13/05/2022).*

#### 4.2.1 Análise de ocorrências

## Quadro 2 - Editorial – Limites a Chávez

COMPLEXOS ORACIONAIS ANALISADOS
O ROLO compressor do bonapartismo chavista destruiu mais um pilar do sistema de pesos e contrapesos <u>que caracteriza a democracia</u>
Na Venezuela, os governantes, a começar do presidente da República, estão autorizados <u>a concorrer a quantas reeleições seguidas desejarem</u>
Hugo Chávez venceu o referendo de domingo, a segunda tentativa <u>de dinamitar os limites a sua permanência no poder</u>
Desta vez, contudo, a discreta maioria (54,9%) favoreceu o projeto presidencial <u>de aproximar-se do recorde de mando do ditador Fidel Castro</u>
Outra diferença em relação ao referendo de 2007 é <u>que Chávez</u> , agora vitorioso, <u>não está disposto</u> a rerepresentar a consulta popular
que Chávez, agora vitorioso, não está disposto <u>a rerepresentar a consulta popular.</u>
Tamanho margem de arbítrio <u>para manipular as regras do jogo</u> é típica de regimes autoritários
é típica dos regimes autoritários <u>compelidos</u>
compelidos <u>a satisfazer o público doméstico, e o externo, com certo nível de competição eleitoral.</u>
depois preservavam ou instituíam formas <u>controladas de disputa política e acesso à Justiça</u>

O líder eleito mina as instituições e os controles democráticos por dentro, paulatinamente.

O parasitismo exercido por Chávez nas finanças do petróleo e do Estado foi tão profundo

O parasitismo foi tão profundo que a inflação disparou na Venezuela antes mesmo da vertiginosa inversão no preço do combustível

Nesse contexto, e diante de uma oposição revigorada e ativa, é provável que o conforto de Hugo Chávez diminua bastante daqui para a frente, a despeito da vitória de domingo

O texto Limites a Chávez defende as ideias de que a manutenção do poder de Chávez é prejudicial à Venezuela e que os prejuízos econômicos oriundos dessa manutenção tendem a dificultar a administração do líder político. Para a defesa de que a continuação do político no poder é nociva ao país, a Folha parece pautar-se, principalmente, na concepção de que o modelo chavista seria um sistema destruidor da democracia, demonstrando a alteração constitucional feita sob seu mandato e classificando, indiretamente, as ações de Chávez como autoritárias e totalitaristas, o que o identificaria como um ditador.

Para defender a ideia de que a manutenção de Chávez no poder será nociva à Venezuela, a Folha aponta, no decorrer do texto, as fragilidades econômicas, ressaltando sua consequência.

Nesse cenário, a partir dos parágrafos destacados e apresentados em seguida, salientaremos como as orações encaixadas contribuiriam com a ratificação dos pontos de vista defendidos pelo jornal.

#### **Primeiro parágrafo:**

*“O rolo compressor do bonapartismo chavista destruiu mais um pilar do sistema de pesos e contrapesos que caracteriza a democracia. Na Venezuela, os*

*governantes, a começar do presidente da República, estão autorizados a concorrer a quantas reeleições seguidas desejarem.*”

Nesse parágrafo, o autor começa a discorrer sobre o chavismo ter destruído mais uma base caracterizadora da democracia: a adjetivação do pilar do sistema de pesos e de contrapesos pela pós-modificadora “que caracteriza a democracia” é fundamental para o articulista especificar que a destruição em jogo se relaciona à democracia e, assim, apresentar Chávez como um destruidor desse sistema, bem como trazer a temática “democracia” ao assunto do parágrafo.

Nesse sentido, a pós-modificadora contribui com a relação de destruição entre Chávez e a democracia, introduzindo a ideia, ao ressaltar a degradação desse sistema, de que o presidente é nocivo para o país.

Em seguida, a pós-modificadora “a concorrer a quantas reeleições seguidas desejarem” realiza a autorização que destruiu o pilar caracterizador da democracia. A leitura de que a encaixada ocorre como autorização se dá graças ao adjetivo “autorizados” da estrutura “estão autorizados”. Logo, não é a pós-modificadora a responsável pelo entendimento do que ela seria, mas o vocábulo contido na estrutura “estão autorizados”, o qual caracteriza a encaixada.

Essa estrutura que embute a encaixada imbui a Chávez, ainda que ele não esteja explicitado como agente do processo, a responsabilidade por permitir a destruição de um dos poucos alicerces restantes na Venezuela do sistema de democrático, isto é, a possibilidade de concorrer a quantas reeleições seguidas desejar.

Essa atribuição a Chávez é devida à organização textual, pois, após a especificação pela pós-modificadora “que caracteriza a democracia”, a qual especifica o pilar citado pelo autor, o articulista cita a autorização de indeterminadas reeleições.

### **Segundo parágrafo:**

*“Hugo Chávez venceu o referendo de domingo, a segunda tentativa de dinamitar os limites a sua permanência no poder. Como na consulta do final de 2007, a votação de anteontem revelou um país dividido. Desta vez, contudo, a*

*discreta maioria (54,9%) favoreceu o projeto presidencial de aproximar-se do recorde de mando do ditador Fidel Castro.*

Nesse parágrafo, o articulista caracteriza o plano do governo com a pós-modificador “de dinamitar os limites a sua permanência no poder” e descreve o favorecimento dos venezuelanos a tal projeto: a discreta maioria (54,9 %) favoreceu o projeto.

Assim, o autor revela que uma tímida maioria votou a favor do projeto chavista que é explicado, no primeiro período, pela estrutura “a segunda tentativa de dinamitar os limites a sua permanência no poder” e retomado como uma especificação pelo autor, no terceiro período, pela pós-modificadora “de aproximar-se do recorde de mando do ditador Fidel Castro”.

Essa restrição demonstra que o projeto presidencial é o de se manter no poder, tal como Fidel Castro, identificando Hugo Chávez como um ditador, o que sustenta o ponto de vista do autor de que o presidente é um degradador da democracia.

É cabível salientar ainda que a pós-modificadora, que, se relacionada ao agente “tímida maioria”, demonstra que uma maioria não significativa pretende se submeter ao mando extenso de Chávez, ressaltando, indiretamente, a importância da reapresentação da consulta popular, já que uma maioria insignificativa teria elegido o presidente.

Essa relação ratifica a posição de Chávez pela Folha de São Paulo como de ditador, pois retoma a ideia de que a representação só ocorreria mediante seu fracasso nas urnas, expressa no terceiro parágrafo. Além de retomar a concepção de que essa ação é resultado de um processo manipulatório, descrita no terceiro parágrafo pela pós-modificadora “para manipular as regras do jogo”.

### **Terceiro parágrafo:**

*“Outra diferença em relação ao referendo de 2007 é que Chávez, agora vitorioso, não está disposto a reapresentar a consulta popular. Agiria desse modo apenas em caso de nova derrota. Tamanha margem de arbítrio para manipular as regras do jogo é típica de regimes autoritários compelidos a satisfazer o público doméstico, e o externo, com certo nível de competição eleitoral.”*

Para reafirmar a destruição da base democrática, o editorialista estabelece a diferença entre as eleições de 2007, em que ocorreu reapresentação da consulta popular, e as atuais, nas quais não se realizou tal reapresentação. Essa diferença demonstra a mesma postura totalitária de Chávez em ambas as eleições, pois, ao apontar que a reapresentação se deu pelo fato de, no referendo de 2007, Hugo Chávez ter perdido as eleições e não o fazer por ter ganhado, o articulista parece pretender reafirmar que Chávez é um ditador.

Nesse sentido, projeta-se, por meio da cláusula “outra diferença é”, a divergência entre as eleições, instanciada pela encaixada “que Chávez, agora vitorioso não está disposto a representar a consulta popular” e projeta-se a mesma postura totalitária pelo adjetivo “disposto”, da estrutura “não está disposto”, que aponta a encaixada “a representar a consulta popular” como aquilo a que o presidente não está disposto por ter ganhado as eleições.

Halliday e Matthiessen (2014) reconhecem que o valor, isto é, a expressão do posicionamento do autor, no caso das nucleares, encontra-se na oração que as embute, conforme Schlee (2008). Esse fato se estende, como exemplificado pelo autor, aos casos em que a palavra núcleo a que as pós-modificadoras se ligam é realizada por adjetivo ou por advérbio, bem como por substantivo derivado dessas classes.

É visível que a caracterização da nuclear, “que Chávez, agora vitorioso, não está disposto a representar a consulta popular”, como uma diferença é resultado da oração “outra diferença é”, o que ocorre com a caracterização da nuclear “a representar a consulta popular” como aquilo a que o presidente não está disposto, que assim se caracteriza devido à estrutura “não está disposto”.

Essas caracterizações demonstram que Hugo Chávez visa a seus próprios interesses e age de forma a destruir o sistema democrático. No entanto, é visível que elas não se concretizam pelas encaixadas, mas pelas principais.

A afirmação do articulista de que Chávez apenas faria uma reapresentação da consulta popular se tivesse sido derrotado serviu para identificar a ação do político como uma arbitrariedade, cuja finalidade é manipular as situações. Tal manipulação se revela pela pós-modificadora “para manipular as regras do jogo”, essa caracterização é responsável por sintetizar, de forma clara, a postura

totalitarista de Chávez, apontada ampla, mas indiretamente, pela descrição da postura do presidente nas eleições.

No fim do terceiro parágrafo, Hugo Chávez continua sendo identificado como um ditador. Indiretamente, a pós-modificadora “compelidos”, complementada pela encaixada “a satisfazer o público doméstico, e o externo, com certo nível de competição eleitoral” reafirma Chávez como um ditador, revela que o regime de Chávez se vê obrigado realizar um processo eleitoral.

A adjetivação por “compelidos”, ao falar sobre os regimes autoritários, demonstra que a satisfação da população (descrita como público, pois o público é um mero espectador) é resultado de uma obrigação cenográfica. Nesse sentido as determinações, ainda que não se refiram diretamente a Chávez, ajudam a classificar o regime do presidente, segundo a visão do enunciador, como totalitarista.

#### **No quarto parágrafo:**

*“Mas, se as chamadas “ditabrandas” - caso do Brasil entre 1964 e 1985 - partiam de uma ruptura institucional e depois preservavam ou instituía[m] formas controladas de disputa política e acesso à Justiça -, o novo autoritarismo latino-americano, inaugurado por Alberto Fujimori no Peru, faz o caminho inverso. O líder eleito mina as instituições e os controles democráticos por dentro, paulatinamente.”*

O autor ainda descreve o regime chavista, diferenciando-o da ditadura brasileira, em que a pós-modificadora “controladas de disputa política e acesso à Justiça” determina a forma de atuação na ditadura brasileira. Essa determinação é fundamental para o entendimento de que o regime de Chávez, ainda que não se caracterize como a ditadura no Brasil, não deixa de ser uma ditadura.

No último período do parágrafo, a reduzida “eleito” demonstra uma contraposição entre tal significado e o do verbo minar “em mina instituições e os controles democráticos”, revelando certa ironia. Tal contraposição, oriunda do significado concessivo, que se estabelece pela relação entre a pós-modificadora e oração que a embute, ratifica a defesa de que Chávez é um ditador, pois não haveria como enxergar a eleição chavista como um processo democrático já que o modelo chavista destruiu os alicerces da democracia no país, construindo um regime totalitário. Dessa forma, o autor vai reafirmando sua tese.

**Sexto parágrafo:**

*“A inabilidade inicial da oposição, que em 2002 patrocinou um golpe de Estado fracassado contra Chávez e depois boicotou eleições, abriu caminho para a marcha autoritária; as receitas extraordinárias do petróleo a impulsionaram. Como num populismo de manual, o dinheiro fluiu copiosamente para as ações sociais do presidente, garantindo-lhe a base de sustentação.”*

O articulista demonstra como Hugo Chávez conseguiu alcançar o autoritarismo que assola a Venezuela. A adjetivação do Golpe de Estado como fracassado implica o entendimento de que ele é resultado da inabilidade da oposição. Essa identificação colabora com o entendimento de que tal fracasso foi o responsável pela ascensão de Chávez ao poder autoritário.

O autor continua o parágrafo destacando a base econômica da sustentação de Chávez na presidência. Porém, no sétimo parágrafo, o editor começa a falar sobre a derrocada da economia venezuelana.

**Oitavo parágrafo:**

*“O parasitismo exercido por Chávez nas finanças do petróleo e do Estado foi tão profundo que a inflação disparou na Venezuela antes mesmo da vertiginosa inversão no preço do combustível. Com a reviravolta na cotação, restam ao governo populista poucos recursos para evitar uma queda sensível e rápida no nível de consumo dos venezuelanos.”*

Nesse parágrafo, a Folha de São Paulo descreve as consequências do governo permanente. Para tanto, lança mão da adjetiva “exercido por Chávez nas finanças do petróleo e do Estado”, que identifica o que o autor chama de parasitismo, localizando as áreas onde ele é exercido. Essa localização e o predicativo “foi tão profundo” foram fundamentais para o jornal instanciar a consequência na inflação do país por meio da pós-modificadora “que a inflação disparou na Venezuela”.



É fundamental destacar, com os recortes estabelecidos pela pós-modificadora, que o autor insere o setor econômico no tema do parágrafo para poder demonstrar como o país está sendo atingido pelo autoritarismo chavista.

#### **Nono parágrafo:**

*“Nesse contexto, e diante de uma oposição revigorada e ativa, é provável que o conforto de Hugo Chávez diminua bastante daqui para a frente, a despeito da vitória de domingo.”*

A encaixada nuclear, posta no fim do texto, traz a possibilidade do desfecho das artimanhas de Chávez para se manter do poder, porém a leitura de tal desfecho como uma possibilidade só ocorre pela estrutura “é possível”; nesse contexto, a encaixada não contribui com a defesa da face do autor, mas a oração que a embute.

Assim, a seguir, daremos início a análise do Editorial Aprovado, no qual se discute a existência de políticos eleitos preparados para exercerem seus mandatos ou seja, em que se questiona a capacidade de governar dos políticos brasileiros.

### **4.3 Editorial Aprovado**

#### *Aprovado*

*Não se sabe ao certo se é para rir ou para chorar o desfecho do processo que levou o deputado federal eleito Francisco Everardo Oliveira Silva (PR-SP), o Tiririca, a comprovar que é alfabetizado - condição necessária para o exercício do mandato.*

*O teste, que lhe foi aplicado na Justiça Eleitoral de São Paulo, consistiu de um ditado e da leitura de duas manchetes de jornal. Como diria o presidente Lula sobre o Enem, foi "um sucesso".*

*Muita gente deve ter torcido contra o desempenho de Tiririca. Havia a esperança, alimentada por suspeitas de fraude no seu registro como candidato, de que o comediante perdesse o mandato.*

*Difícil dizer, em todo caso, se, na ausência de Tiririca, seus substitutos seriam melhores do que ele. Como tantas outras candidaturas baseadas antes na celebridade*

peçoal do que em qualquer proposta séria de intervenção na vida parlamentar, Tiririca funcionou como um "puxador de votos" para uma legenda que não se importou com o estigma, feito de autodeboche e despreparo, que cercou o candidato.

O certo é que, qualquer que seja o seu grau de instrução, e embora confessadamente ignorante das atribuições que cabem a um deputado federal, Tiririca foi o grande êxito eleitoral da Câmara, tendo obtido 1,3 milhão votos.

Teria, sem dúvida, o sabor de um artifício jurídico a cassação de seu mandato. Eleito, não se sabe se, por desfastio ou vontade de protesto, Tiririca talvez não seja mais nocivo, nem mais tosco, do que outros políticos não tão expostos quanto ele ao horror dos bem-pensantes.

Mais do que se preocupar com o nível de instrução de um deputado em particular, importa pensar de que modo, através da melhoria das condições educacionais de toda a população, e de mecanismos eleitorais menos propícios ao oportunismo e à fisiologia partidária, será possível fortalecer a atividade parlamentar no Brasil -cujo descrédito, mais do que qualquer outra coisa, a votação obtida por Tiririca reafirma.

Fonte: Disponível em Folha de S.Paulo - Editoriais: Aprovado<br> - 12/11/2010 (uol.com.br) (Acesso em: 13/05/2022).

#### 4.3.1 Análise de ocorrências

##### Quadro 3 - Editorial - Aprovado

COMPLEXOS ORACIONAIS ANALISADOS
para rir ou para chorar o desfecho do processo <u>que levou o deputado federal eleito Francisco Everardo Oliveira Silva (PR-SP), o Tiririca</u>
que levou o deputado federal eleito Francisco Everardo Oliveira Silva (PR-SP), o Tiririca, <u>a comprovar</u>
a comprovar <u>que é alfabetizado</u>

Havia a esperança <u>de que o comediante perdesse o mandato</u>
(É) Difícil <u>dizer</u>
seus substitutos seriam melhores <u>do que ele</u>
Como tantas outras candidaturas <u>baseadas antes na celebridade pessoal</u>
baseadas antes na celebridade pessoal <u>do que em qualquer proposta séria de intervenção na vida parlamentar</u>
Tiririca funcionou como um "puxador de votos" para uma legenda <u>que não se importou com o estigma</u>
O certo é <u>que Tiririca foi o grande êxito eleitoral da Câmara</u>
Tiririca talvez não seja mais nocivo, nem mais tosco, <u>do que outros políticos não tão expostos</u>
do que outros políticos não tão expostos <u>quanto ele ao horror dos bem-pensante</u>
Mais <u>do que se preocupar com o nível de instrução de um deputado em particular,</u> importa
importa <u>pensar</u>
mais <u>do que qualquer outra coisa,</u> a votação obtida por Tiririca reafirma

No editorial Aprovado, por meio da ironia de a alfabetização ser condição mínima para o exercício de um mandato no Brasil, o autor questiona a existência de políticos eleitos preparados para exercerem seus mandatos. Esse questionamento parece ser utilizado para o articulista defender a ideia de que, no Brasil, políticos são

incompetentes e de que a importância das atividades parlamentares é enfraquecida diante das escolhas dos partidos, pois suas candidaturas se pautariam no fato de os candidatos chamarem atenção, já que o que os partidos almejariam seria apenas votos.

Assim, o jornal alicerça sua tese com a vitória de Tiririca e com a repercussão sobre seu grau de instrução – quando, na verdade, ele não seria o único despreparado. Dessa forma, o autor pretende demonstrar que se deve passar a dar importância as atividades parlamentares, pois, só assim, os partidos deixariam de escolher seus candidatos pela popularidade.

Assim, diante do levantamento e análise das estruturas encaixadas, pretende-se compreender como essas estruturas contribuíram com os objetivos do articulista e do gênero editorial.

#### **Primeiro parágrafo:**

*“Não se sabe ao certo se é para rir ou para chorar o desfecho do processo que levou o deputado federal eleito Francisco Everardo Oliveira Silva (PR-SP), o Tiririca, a comprovar que é alfabetizado -condição necessária para o exercício do mandato.”*

Nesse parágrafo, o autor demonstra sua opinião, de forma irônica, sobre desfecho do processo que obrigou Tiririca a comprovar que é alfabetizado.

A estrutura pós-modificadora “que levou o deputado federal” é responsável, em conjunto com as encaixadas nucleares que a constituem, por identificar o assunto a ser tratado no parágrafo. A nuclear instanciada pelo verbo comprovar, por ser vinculada a um verbo causativo, mostra-se como motivada e como algo não voluntário por parte do seu agente, Tiririca.

Assim, o significado do verbo comprovar (trazer evidências), acrescentado ao fato de que é resultado de um processo, deixa claro que o autor foi obrigado a provar sua alfabetização. Essa obrigação, fruto do verbo (levar), é ponto de partida para as questões futuras sobre a competência dos demais políticos e a escolha dos candidatos às eleições.

Logo, é cabível dizer que a comprovação como uma obrigação é oriunda da semântica causativa do verbo “levar”.

**Terceiro parágrafo:**

*“Muita gente deve ter torcido contra o desempenho de Tiririca. Havia a esperança, alimentada por suspeitas de fraude no seu registro como candidato, de que o comediante perdesse o mandato., o autor fala sobre a expectativa de muitos acerca do resultado do teste”.*

A encaixada “de que o comediante perdesse o mandato” instancia o que, na visão do autor, muita gente esperava a respeito do resultado do processo. Essa interpretação se dá pelo fato de tal estrutura ser projetada pelo substantivo “esperança”. Essa expectativa, que induz a compreensão de que muitos esperavam sua queda por achar que haveria candidatos superiores a ele, é inserida no texto para, logo em seguida, ser levantado o questionamento de se os substitutos de Tiririca seriam realmente melhores do que ele, como imaginavam os que desejavam sua derrocada.

A expectativa de muitos a respeito da cassação de Tiririca e a proposição do questionamento do autor instigam a inferência de que não adiantaria torcer contra um se não há outro melhor. O questionamento, que só pode ser inferido graças ao adjetivo “difícil”, constrói-se na estrutura “Difícil dizer, em todo caso, se, na ausência de Tiririca, seus substitutos seriam melhores do que ele”, localizada no quarto parágrafo.

É cabível dizer que, na estrutura “Difícil dizer, em todo caso, se, na ausência de Tiririca, seus substitutos seriam melhores”, entende-se implícito um verbo de ligação antes do adjetivo “difícil”.

**Quarto parágrafo:**

*“Difícil dizer, em todo caso, se, na ausência de Tiririca, seus substitutos seriam melhores do que ele. Como tantas outras candidaturas baseadas antes na celebridade pessoal do que em qualquer proposta séria de intervenção na vida parlamentar, Tiririca funcionou como um “puxador de votos” para uma legenda que não se importou com o estigma, feito de autodeboche e despreparo, que cercou o candidato.”*

No parágrafo apresentado, o autor demonstra como difícil a afirmação de que seus substitutos seriam melhores. Essa afirmação se projeta como a dificuldade surgida na ausência de Tiririca. O verbo dizer projetado como dificuldade sugere um questionamento. Esse questionamento é o que dialoga com o que o autor entende ser a expectativa de muitos.

Logo, por meio da estrutura analisada, podemos entender que, no texto, o primeiro período do quarto parágrafo, constrói-se por uma expectativa, por um questionamento, instanciados não pela encaixada, mas pela estrutura que a embute.

A pós-modificadora “do que ele” estabelece a relação de comparação de superioridade entre os seus pares e Tiririca, mas uma superioridade hipotética devido ao uso do “seriam”. Tal construção se organiza de maneira a levar o leitor a refletir sobre aqueles que ocupam as posições de parlamentares hoje, o que será claramente exposto, deixando de ser apenas um questionamento fundamentado em uma dúvida com o último período: Como tantas outras candidaturas baseadas antes na celebridade pessoal do que em qualquer proposta séria de intervenção na vida parlamentar, Tiririca funcionou como um "puxador de votos" para uma legenda que não se importou com o estigma, feito de autodeboche e despreparo, que cercou o candidato.

A pós-modificadora “baseadas antes na celebridade” instancia o tipo de candidatura que prevalece no Brasil. A encaixada “do que em qualquer proposta séria de intervenção na vida parlamentar” estabelece uma comparação com aquilo em que realmente a candidatura se baseia, isto é, na celebridade.

Assim, pode-se dizer que, na ocorrência de pós-modificadoras que estabelecem uma relação de comparação, tanto a denominada como principal pela GT, quanto a encaixada, diferentemente do caso de algumas nucleares, constituem-se como estruturas fundamentais para o posicionamento do autor no texto.

Ainda no parágrafo, o autor demonstra a prevalência de as candidaturas no Brasil serem baseadas na celebridade como um fato ao trazer à baila o caso de Tiririca: Tiririca funcionou como um "puxador de votos" para uma legenda que não se importou com o estigma, feito de autodeboche e despreparo, que cercou o candidato, em que a pós-modificadora “que não se importou com o estigma”, incluída a adjetivação de estigma, deixa claro que o partido pouco se importou com a visão negativa a respeito do candidato.

Na pós-modificadora “que não se importou”, subjaz com uma consequência de Tiririca funcionar como puxador de votos. Assim, como Tiririca funcionou como um “puxador de votos”, a legenda pouco se importou com o estigma que cercou o candidato. Isso ratifica o ponto de vista do articulista de que a importância das atividades parlamentares é desprezada no Brasil.

A encaixada “que cercou o candidato” identifica o estigma para o qual a legenda não deu atenção, reforçando a ideia de que o que vale são os votos.

#### **Quinto parágrafo:**

*“O certo é que, qualquer que seja o seu grau de instrução, e embora confessadamente ignorante das atribuições que cabem a um deputado federal, Tiririca foi o grande êxito eleitoral da Câmara, tendo obtido 1,3 milhão votos.”*

A oração projetada “que Tiririca foi o grande êxito eleitoral da Câmara” é instanciada como uma certeza devido à estrutura “O certo é”, tal certeza se constitui como o argumento mais forte em relação ao grau de instrução de Tiririca, à sua ignorância frente as atribuições de um federal. A projeção do fato de que Tiririca foi grande êxito eleitoral da Câmara como certeza confirma a ideia de que as afirmações do autor sobre a incompetência dos candidatos não pesar é uma verdade.

#### **Sexto parágrafo:**

*“Teria, sem dúvida, o sabor de um artifício jurídico a cassação de seu mandato. Eleito, não se sabe se, por desfastio ou vontade de protesto, Tiririca talvez não seja mais nocivo, nem mais tosco, do que outros políticos não tão expostos quanto ele ao horror dos bem-pensantes.”*

Nesse parágrafo, o autor confirma que essa incompetência não se restringe a Tiririca, mas se estende a outros políticos não tão expostos, os quais por meio da comparativa “do que outros políticos”, são comparados a Tiririca.

A pós-modificadora “não tão expostos” estabelece a diferença entre Tiririca e os outros. A comparação já havia sido feita em outros parágrafos (indireta e

diretamente), mas esse trecho demonstra a diferença entre Tiririca e os outros: o grau de exposição. A estrutura comparativa “quanto ele” reforça a exposição de Tiririca. No trecho: Tiririca talvez não seja mais nocivo, nem mais tosco, do que outros políticos, o autor faz depreender uma relação, que parece ser de inferioridade, mas é de igualdade (faz inferir que todos são iguais), realizada por uma comparação de superioridade: nos defeitos, no grau de incompetência, os políticos se identificam.

Porém, em “não tão expostos quanto ele ao horror dos bem-pensantes”, os demais políticos e Tiririca diferem-se na exposição (marcada) pelas pós-modificadoras “não tão expostos” e “quanto ele”, que faz o leitor inferir, em relação à exposição de Tiririca, que os outros políticos são menos expostos.

Essas construções comparativas tendem a fazer o leitor refletir sobre a competência dos demais políticos e a responder ao questionamento levantado pelo articulista sobre haver políticos melhores do que Tiririca.

#### **Sétimo parágrafo:**

*“Mais do que se preocupar com o nível de instrução de um deputado em particular, importa pensar de que modo, através da melhoria das condições educacionais de toda a população, e de mecanismos eleitorais menos propícios ao oportunismo e à fisiologia partidária, será possível fortalecer a atividade parlamentar no Brasil -cujo descrédito, mais do que qualquer outra coisa, a votação obtida por Tiririca reafirma.”*

Nesse parágrafo, o autor traz a ideia de que outra coisa importa mais do que se preocupar com o nível de instrução de um deputado em particular: a reflexão. Esse objeto de importância é instanciado pela oração “importa”, que projeta o pensamento de que modo fortalecer a atividade parlamentar no Brasil.

Esse pensamento ratifica o propósito do autor com o texto: defender a importância de que pessoas preparadas ocupem cargos políticos, pois a possibilidade de fortalecer a atividade parlamentar se relaciona com “mecanismos eleitorais menos propícios ao oportunismo”, adjunto adverbial de meio de “será possível”, oração responsável por projetar “fortalecer a atividade parlamentar como possibilidade a ser pensada”: “através da melhoria das condições educacionais de



toda a população, e de mecanismos eleitorais menos propícios ao oportunismo e à fisiologia partidária, será possível fortalecer a atividade parlamentar no Brasil.”

Com a oração “do que qualquer outra coisa”, é estabelecida uma comparação entre a votação obtida por Tiririca e qualquer outra coisa como elementos ratificadores do descrédito das atividades parlamentares. O deslocamento do “mais” enfatiza a superioridade de a votação de Tiririca reafirmar (mais) o descrédito do que outra coisa.

Essa comparação é justificada pelo uso das pós -modificadoras utilizadas no terceiro parágrafo, que trazem para o texto a identificação da origem do descrédito: “baseadas antes na celebridade pessoal do que em qualquer proposta séria de intervenção na vida parlamentar, que identifica “candidaturas “, “que não se importou com o estigma e “que cercou o candidato”, que identificam, respectivamente, “legenda” e “estigma”.

A partir dessa análise, encaminhar-nos-emos ao Editorial Censura em Rede, cujo conteúdo aborda a tese de que a maior ameaça à liberdade de expressão no Brasil parte do judiciário.

#### 4.4 Editorial Censura em Rede

##### *Censura em Rede*

*A maior ameaça à liberdade de expressão no Brasil, hoje, parte do Judiciário. Se alguém alimentava dúvida sobre essa situação espantosa, a detenção do diretor de um serviço de publicação de vídeos na rede mundial de computadores, por determinação da Justiça Eleitoral de Mato Grosso do Sul, se encarregou de desfazê-la.*

*O juiz eleitoral Flávio Saad Peron determinara a prisão porque não havia sido retirada do ar uma peça com ataques a um candidato a prefeito, exigência que se repete em dezenas de ações similares em 21 Estados. Como toda decisão judicial, era obrigatório cumpri-la, ainda que fosse imediatamente seguida de recurso à própria Justiça contra seu caráter abusivo.*

No Amapá, a Justiça Eleitoral obrigou a empresa que edita o jornal "O Estado de S. Paulo" a suprimir comentário de bloqueio sobre um candidato local. Detalhe: sua nota informava que o postulante responde a várias ações penais.

E não é só na esfera eleitoral que o vezo censório se manifesta. Um juiz de São Paulo determinou que a mesma organização retire da rede em todo o Brasil o filme que satiriza Maomé e provocou reações violentas em países muçulmanos.

Há outros episódios semelhantes, além de vetos quase sistemáticos à divulgação de pesquisas eleitorais que contrariem os interesses de algum candidato. E, já que se fala de Judiciário e censura, é oportuno lembrar que, devido a recorrentes proibições, biografias se tornaram um gênero literário ameaçado de extinção no país.

Admita-se: nem sempre é simples sopesar princípios constitucionais em choque e chegar a conclusões sobre casos concretos, missão mesma do Poder Judiciário. A julgar por uma série de decisões recentes, porém, muitos juízes parecem esquecidos de que a regra geral é a liberdade, e não o contrário.

É verdade que o problema não está só na Justiça, que adere a um movimento maior de intolerância e moralismo. Num lance quase humorístico, o deputado Protógenes Queiroz (PC do B-SP) queria elevar para 18 anos a classificação de um filme porque um urso de pelúcia aparece nele fumando maconha.

Até a Academia Brasileira de Letras, que deveria ser um bastião da liberdade de opinião, censurou há pouco a transmissão de uma palestra sobre história da arte e sexo.

É claro que a ABL, instituição privada, é livre para escolher o que vai exibir e parlamentares, para fazer de tudo a fim de aparecer --mas seria mais útil se usassem sua liberdade e seu poder para aprovar o Marco Civil da Internet, de maneira a clarificar de vez a questão da responsabilidade de veiculadores e autores nesse meio de difusão.

Quanto à Justiça, não pode haver dúvida: é imprescindível que magistrados, como guardiões da Constituição, adotem uma interpretação consistente das garantias da Carta para as liberdades de pensamento, expressão e imprensa e se abstenham definitivamente de qualquer forma de censura.

Fonte: Disponível em Editorial: Censura em rede - 28/09/2012 - Opinião -

Folha de S.Paulo (uol.com.br) (Acesso em: 13/05/2022).

#### 4.4.1 Análise de ocorrências

#### Quadro 4 - Editorial – Censura em Rede

COMPLEXOS ORACIONAIS ANALISADOS
a detenção do diretor de um serviço de publicação de vídeos na rede mundial de computadores, por determinação da Justiça Eleitoral de Mato Grosso do Sul, se encarregou <u>de desfazê-la</u>
porque não havia sido retirada do ar uma peça com ataques a um candidato a prefeito, exigência <u>que se repete em dezenas de ações similares em 21 Estados</u>
Como toda decisão judicial, era obrigatório <u>cumpri-la</u>
No Amapá, a Justiça Eleitoral obrigou a empresa <u>que edita o jornal "O Estado de S. Paulo" a suprimir comentário de blogueiro sobre um candidato local</u>
Um juiz de São Paulo determinou <u>que a mesma organização retire da rede em todo o Brasil o filmete</u>
que a mesma organização retire da rede em todo o Brasil o filmete <u>que satiriza Maomé e provocou reações violentas em países muçulmanos</u>
Há outros episódios semelhantes, além de vetos quase sistemáticos à divulgação de pesquisas eleitorais <u>que contrariem os interesses de algum candidato</u>
é oportuno <u>lembrar</u>

é simples sopesar princípios constitucionais em choque e chegar a conclusões sobre casos concreto

É verdade que o problema não está só na Justiça

É claro que a ABL, instituição privada, é livre

que a ABL, instituição privada, é livre para escolher

É claro que parlamentares, para fazer de tudo a fim de aparecer

mas seria mais útil se usassem sua liberdade e seu poder para aprovar o Marco Civil da Internet

Quanto à Justiça, não pode haver dúvida: é imprescindível que magistrados, como guardiões da Constituição, adotem uma interpretação consistente das garantias da Carta para as liberdades de pensamento, expressão e imprensa e se abstenham definitivamente de qualquer forma de censura

No editorial Censura em Rede, o autor defende, parecendo garantir a propriedade da sua fala no decorrer do texto, a ideia de que a maior ameaça à liberdade de expressão no Brasil parte do judiciário, demonstrando que a justiça se põe contra qualquer um que se oponha aos interesses de algum candidato e apontando o risco que a democracia corre.

Porém, o jornal deixa claro, por meio de exemplos, que não é só no âmbito da Justiça eleitoral que a censura se manifesta e atenua suas críticas por meio de estruturas polifônicas, introduzidas por orações principais que projetam encaixadas nucleares.

Assim, a seguir, por meio do levantamento e da análise das encaixadas, pretende-se compreender como essas estruturas puderam contribuir com os objetivos do jornal e de seu texto.

### **Primeiro parágrafo:**

*“A maior ameaça à liberdade de expressão no Brasil, hoje, parte do Judiciário. Se alguém alimentava dúvida sobre essa situação espantosa, a detenção do diretor de um serviço de publicação de vídeos na rede mundial de computadores, por determinação da Justiça Eleitoral de Mato Grosso do Sul, se encarregou de desfazê-la.”*

O articulista começa o primeiro período do primeiro parágrafo do deixando claro a sua tese: “A maior ameaça à liberdade de expressão no Brasil, hoje, parte do Judiciário”.

Em “Se alguém alimentava dúvida sobre essa situação espantosa, a detenção do diretor de um serviço de publicação de vídeos na rede mundial de computadores, por determinação da Justiça Eleitoral de Mato Grosso do Sul, se encarregou de desfazê-la.” o jornal tenta eliminar qualquer dúvida por parte do leitor sobre o ponto de vista que defende.

Para tanto, utiliza a estrutura “a detenção do diretor de um serviço de publicação de vídeos na rede mundial de computadores se encarregou de desfazê-la”, em que a cláusula “a detenção do diretor de um serviço de publicação de vídeos na rede mundial de computadores se encarregou” instancia um resultado que é fruto da detenção do diretor, isto é, desfazer qualquer dúvida sobre o fato de que a maior ameaça à liberdade de expressão parte do judiciário.

Tal instanciação da estrutura que embute a encaixada, devido à construção reflexiva, demonstra o que é responsável por acabar com quaisquer dúvidas sobre o fato de que a maior ameaça à liberdade de expressão parte do judiciário, isto é, a detenção do diretor de um serviço de publicação de vídeos na rede mundial de computadores.

### **Segundo parágrafo:**

*“O juiz eleitoral Flávio Saad Peron determinara a prisão porque não havia sido retirada do ar uma peça com ataques a um candidato a prefeito, exigência que se repete em dezenas de ações similares em 21 Estados. Como toda decisão judicial,*

*era obrigatório cumpri-la, ainda que fosse imediatamente seguida de recurso à própria Justiça contra seu caráter abusivo.”*

No primeiro período do segundo parágrafo, o autor discorre sobre o motivo da prisão. Nesse contexto, a pós-modificadora “que se repete em dezenas de ações similares em 21 Estados” caracteriza o núcleo do aposto de oração inteira “exigência” (que remete à ideia de retirar do ar ataques a candidatos políticos), demonstrando que essa determinação é nacional. Essa identificação ratifica a tese do autor.

O reforço disso como uma censura se encontra, além de na referenciação por “exigência”, na estrutura “é obrigatório cumpri-la”, localizada no segundo período: no qual a substantiva projetada “cumprir” se instancia como obrigação graças à projeção pela estrutura “é obrigatório”.

### **Terceiro parágrafo:**

*“No Amapá, a Justiça Eleitoral obrigou a empresa que edita o jornal "O Estado de S. Paulo" a suprimir comentário de blogueiro sobre um candidato local. Detalhe: sua nota informava que o postulante responde a várias ações penais.”*

Nesse parágrafo, ainda demonstrando os atos da justiça, a Folha ressalta, por meio da pós-modificadora “que edita o jornal O Estado de S. Paulo”, que ela própria acabou sendo atingida pela censura judicial.

A “exigência” à qual foi submetida se instanciou por meio da estrutura “a suprimir comentário de blogueiro sobre um candidato local”, projetada pela estrutura “Justiça Eleitoral obrigou a empresa”. Assim, a encaixada pós-modificadora e a oração “a Justiça Eleitoral obrigou a empresa” evidenciam que Folha tem propriedade para abordar o assunto e defender seu ponto de vista, porquanto uma empresa que coopera com o trabalho do jornal foi alvo da justiça.

### **Quarto parágrafo:**

*“E não é só na esfera eleitoral que o vezo censório se manifesta. Um juiz de São Paulo determinou que a mesma organização retire da rede em todo o Brasil o filmete que satiriza Maomé e provocou reações violentas em países muçulmanos”.*

Nesse parágrafo, o articulista aponta que a justiça (não apenas a eleitoral) age com censura, ele o faz talvez para demonstrar a influência dos vetos judiciais do âmbito eleitoral em outras áreas.

O editor traz, então, a determinação que foi feita fora da esfera eleitoral: “um juiz de São Paulo determinou que a mesma organização retire da rede em todo o Brasil o filmete que satiriza Maomé e provocou reações violentas em países muçulmanos”. Com as encaixadas “que satiriza Maomé e provocou reações violentas em países muçulmanos”, estabelece uma relação causal entre a determinação do juiz e a característica do filme, minimizada por parte da referência ser instanciada pelo diminutivo “filmete” e por entender a determinação como censura.

#### **Quinto parágrafo:**

*“Há outros episódios semelhantes, além de vetos quase sistemáticos à divulgação de pesquisas eleitorais que contrariem os interesses de algum candidato. E, já que se fala de Judiciário e censura, é oportuno lembrar que, devido a recorrentes proibições, biografias se tornaram um gênero literário ameaçado de extinção no país.”*

No primeiro período do quinto parágrafo o articulista traz à baila outros episódios de reprimenda judicial e a pós-modificadora “que contrariem os interesses de algum candidato” caracteriza o tipo de pesquisas eleitorais vetadas, demonstrando que a justiça se põe contra qualquer um que se oponha aos interesses de algum candidato.

A pós-modificadora “que contrariem os interesses de algum candidato” reforça, então, o motivo geral dos vetos, já trazidos na descrição da atitude do Juiz Flávio, apresentada de forma específica por se referir a um caso particular, que se instancia mediante a restrição “com ataques a um candidato a prefeito.”. Nesse sentido, o recorte trazido pela estrutura encaixada “que contrariem os interesses de

algum candidato” demonstra o perigo que a democracia corre, haja vista que uma contrariedade a políticos se torna motivo de censura aos veículos midiáticos.

Para ratificar essa ideia, no segundo período do quinto parágrafo, o editor, por meio da oração “é oportuno”, projeta o que é propício se fazer nesse período: “reativar a memória”, um lembrete, para, depois, fazer alusão às proibições do passado.

#### **Sexto parágrafo:**

“Admita-se: nem sempre é simples sopesar princípios constitucionais em choque e chegar a conclusões sobre casos concretos, missão mesma do Poder Judiciário. A julgar por uma série de decisões recentes, porém, muitos juízes parecem esquecidos de que a regra geral é a liberdade, e não o contrário.”

No primeiro período do sexto parágrafo, o jornal procura atenuar a crítica por meio da estrutura “nem sempre é simples sopesar princípios constitucionais em choque e chegar a conclusões sobre casos concretos”, em que a oração que embute a encaixada, ao mesmo tempo em que revela nem sempre serem simples as tomadas de decisões, demonstra ciência acerca dos desafios relativos a respeito da promoção da justiça.

A substantiva projetada “sopesar princípios constitucionais em choque e chegar a conclusões sobre casos concretos” revela a que decisões o articulista se refere. Pode-se, assim, dizer que a atenuação se concentra na estrutura chamada de principal pela GT, ratificada pela semântica da forma infinitiva “sopesar”.

#### **Sétimo parágrafo:**

*“É verdade que o problema não está só na Justiça, que adere a um movimento maior de intolerância e moralismo. Num lance quase humorístico, o deputado Protógenes Queiroz (PC do B-SP) queria elevar para 18 anos a classificação de um filme porque um urso de pelúcia aparece nele fumando maconha.”*



O articulista continua a atenuação nesse parágrafo ao declarar que o problema não está apenas na justiça, por meio da estrutura “É verdade que o problema não está só na Justiça, em que o reconhecimento de o problema não estar apenas na justiça, instanciado pela nuclear, é projetado como uma verdade pela estrutura “é verdade”.

O período “É verdade que o problema não está só na Justiça”, estrutura de polifonia, que se instancia pela estrutura “é verdade”, faz com que a encaixada se porte como resposta a contra-argumentos que possam se levantar com o posicionamento do autor de que a maior ameaça à liberdade de expressão no Brasil parte do judiciário. A polifonia se constitui, de acordo com Fløttum (2010), como exímio recurso persuasivo com a inclusão implícita ou explícita de vozes. A encaixada se configura, então, como uma ferramenta de persuasão implícita, uma vez que a voz do outro é introduzida não por ferramentas prototípicas, mas por uma oração de processo relacional, constituída, assim, por verbo de ligação e predicativo do sujeito.

As principais são fundamentais, pois direcionam, conforme Schlee (2008) como o assunto instanciado pela substantiva será realizado: como uma cobrança, uma possibilidade, uma certeza. Além disso, o complexo oracional construído por encaixadas nucleares pode, dependendo do contexto em que se insere, ser instanciador de polifonia, haja vista a intenção comunicativa do articulista, que se realiza pela estrutura em que a encaixada nuclear é embutida, isto é, pela tradicionalmente denominada por oração principal. Quando o faz, tal complexo funciona como respostas a possíveis contra-argumentações que venham a enfraquecer o ponto de vista defendido pelo articulista e como elemento de construção da persona textual do leitor, a qual passa a ser vista como não extremista, moderada, porquanto “reconhece” a voz alheia.

#### **Oitavo parágrafo:**

*“Até a Academia Brasileira de Letras, que deveria ser um bastião da liberdade de opinião, censurou há pouco a transmissão de uma palestra sobre história da arte e sexo.”*

Nesse parágrafo, o articulista cita a ABL como outra Entidade responsável por censuras, ratificando, ainda, que não é apenas a justiça o único veículo de vetos. No entanto, no nono parágrafo, o autor reconhece a ABL como livre para escolher o que vai exibir.

**Nono parágrafo:**

*“É claro que a ABL, instituição privada, é livre para escolher o que vai exibir e parlamentares, para fazer de tudo a fim de aparecer -mas seria mais útil se usassem sua liberdade e seu poder para aprovar o Marco Civil da Internet, de maneira a clarificar de vez a questão da responsabilidade de veiculadores e autores nesse meio de difusão.”*

Pela encaixada nuclear “que a ABL, instituição privada, é livre” e pela encaixada “para escolher”, o articulista qualifica a ABL como livre para ter suas escolhas, o reconhecimento do autor sobre isso se configura na estrutura “é claro”. Assim, o autor cria sua imagem aceitando a voz do outro — instanciada por esse reconhecimento.

Na estrutura “que a ABL, instituição privada, é livre”, a encaixada “privada” estabelece com “é livre” uma relação de causa. Porém, seu uso contribui para salientar a diferença em relação à justiça (defensora dos interesses públicos). O reconhecimento de a ABL ser privada e, por isso, livre, deixa claro que o autor se põe como compreensivo, até certo ponto, em relação aos vetos da instituição.

Isso contribui com sua imagem ao não “tolerar” o posicionamento da justiça, pois demonstra que ele não é intolerante, mas sensato e o que ele defende é correto, de modo a atingir os objetivos do gênero em questão, uma vez que o editorial é comprometido com a promoção da impressão, perante a sociedade, de uma “ethos” sensato, revelando uma imprensa que funciona como “vista da nação”.

O editorial, por mais que defenda interesse de grupos privados, vende-se como defensor da sociedade, captando a credibilidade pública.

A citação de outra instituição, realmente, pode ser vista como uma forma de criar uma “persona textual” tolerante, com a retomada no último parágrafo do foco sobre a justiça, quando reafirma a ideia da imprescindibilidade da adoção de uma interpretação consistente das garantias da Carta para as liberdades de

pensamento, expressão e imprensa , após reconhecer a liberdade de ação da ABL, oriunda da sua natureza privada, e gerar a inferência de que a justiça não tem a mesma liberdade por, entre outros motivos, ser pública.

Ainda no nono parágrafo, há uma comparação implícita da justiça com deputados “parlamentares, para fazer de tudo a fim de aparecer”, demonstrando que esta não precisa fazer tudo para agradar à opinião pública. Essa comparação se fundamenta na liberdade de escolha dos candidatos.

Essa liberdade de fazer tudo para aparecer é reconhecida pelo articulista, que assume a voz do outro para tal reconhecimento. Esse trecho, então polifônico, coordena-se com o complexo “mas seria mais útil se usassem sua liberdade e seu poder para aprovar o Marco Civil da Internet”. Nessa adversativa, encontra-se a real opinião do autor sobre essa liberdade.

No entanto, essa opinião se fortalece com o reconhecimento de que os parlamentares são livres, isto é, com a assunção da voz alheia. A estrutura “seria mais útil” projeta a estrutura “se usassem sua liberdade e seu poder para aprovar o Marco Civil da Internet, isto é, a escolha parlamentar que realmente seria valorosa: o uso da liberdade para aprovar o marco da internet.

Nesse sentido, as encaixadas nucleares que instanciam uma comparação implícita elevam a importância da justiça acima da instituição privada e de outro poder público para legitimar a cobrança que o articulista faz no último parágrafo. A interpretação da semântica comparativa é possível porque a organização global do texto, que envolve seu sentido, é estabelecida, consoante Halliday e Hasan (1976), entre os elementos textuais, formando um bloco de significados.

Percebe-se, diante do que foi analisado, que as encaixadas, pela unidade sintática que criam, veiculam sequência de respostas, com valor de verdade, a uma possível contra-argumentação, garantindo ao texto menos suscetibilidade ao rótulo da opinião. No entanto, isso só ocorre devido à oração em que a encaixada se embute, que caracteriza as nucleares como um fato, adormecendo os espíritos contra o que poderia ser fragilizado se visto sob o viés da mera opinião.

#### **Décimo parágrafo:**

“É imprescindível que magistrados, como guardiões da Constituição, adotem uma interpretação consistente das garantias da Carta para as liberdades de

*pensamento, expressão e imprensa e se abstenham definitivamente de qualquer forma de censura.*

A cobrança se instancia na estrutura “é imprescindível”, que projeta a adoção de uma interpretação consistente das garantias da Carta e a abstenção de qualquer forma de censura, por meio da estrutura “que magistrados, como guardiões da Constituição, adotem uma interpretação consistente das garantias da Carta para as liberdades de pensamento, expressão e imprensa e se abstenham definitivamente de qualquer forma de censura”, como o que se espera da justiça.

É visível que as encaixadas nucleares “que magistrados, como guardiões da Constituição, adotem uma interpretação consistente das garantias da Carta para as liberdades de pensamento, expressão e imprensa” e “se abstenham definitivamente de qualquer forma de censura” já expressam, devido ao modo e tempo verbal, uma cobrança, que se ratifica com o uso da oração “é imprescindível”. Assim, nesses casos, em que o modo verbal demonstra os anseios, as atitudes do enunciador, a oração que embute a nuclear se constrói como uma estrutura ratificadora da semântica instanciada pela encaixada.

Diante de tal análise, passaremos ao Editorial Atacar as Fake News, em cujo conteúdo o articulista pretende enaltecer as atitudes do Ministro Alexandre de Moraes como corretas e isonômicas.

#### **4.5 Editorial 5**

##### *Atacar as Fake News*

*Os ministros do STF Edson Fachin, Luiz Fux, e Alexandre de Moraes durante lançamento do Programa de Combate a Desinformação. - Pedro Ladeira/Folhapress contra a proverbial lentidão da Justiça, o ministro Alexandre de Moraes foi célere no último domingo (17) ao tomar uma decisão provisória a favor do PT, que contestava a divulgação de notícias falsas em redes sociais de bolsonaristas.*

Membro do STF (Supremo Tribunal Federal) e próximo presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Moraes estava no plantão desta segunda corte quando determinou a remoção de conteúdos que, na sua avaliação, não passavam de mentiras veiculadas com o propósito de prejudicar Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Algumas das notícias derrubadas por prescrição do ministro faziam conexões falsas entre a facção criminosa PCC, o PT e o assassinato de Celso Daniel em 2002, quando era prefeito de Santo André (SP) e filiado ao Partido dos Trabalhadores.

A ordem de Moraes também atingiu postagens que distorciam os fatos para dar a entender que o ex-presidente Lula teria igualado pobres a papel higiênico, ou então que associavam o PT ao nazismo e ao fascismo.

Entre os propagadores da desinformação figuravam parlamentares como o senador

Flávio Bolsonaro (PL-RJ) e os deputados Hélio Lopes (PL-RJ), Otoni de Paula (MDBRJ) e Carla Zambelli (PL-SP), todos do círculo próximo do presidente Jair Bolsonaro (PL).

Dado que Lula lidera as pesquisas de intenção de voto para a Presidência da República, não surpreende que bolsonaristas o transformem em alvo preferencial de sua máquina de moer reputações.

Não surpreende, mas consterna. São conhecidos os mecanismos de que lançam mão Bolsonaro e companhia em seu vale-tudo pelo poder. A eleição de 2018 é um exemplo pronto e acabado; o famigerado gabinete do ódio, instalado em pleno Palácio do Planalto, é outro.

Nada sugere que haverá mudança de comportamento na disputa deste ano; na verdade, dá-se o contrário, como atesta a insólita reunião de Bolsonaro com embaixadores estrangeiros, convocada para que o presidente desfiasse mentiras sobre as urnas eletrônicas.

Se o governante age dessa forma à luz do dia e sob os olhares atentos da imprensa mundial, pode-se imaginar o que ele e seu bando farão sob a égide do anonimato nas redes sociais. Decerto atuarão como milícias virtuais, tendo como fim último conspirar o debate público.

É bom saber que o futuro presidente do TSE se empenha em afastar essas

*maquinações covardes e rasteiras. É bom que ele busque proteger a liberdade do voto e o exercício da cidadania.*

*Mas é bom que, nesse mister, não perca de vista a liberdade de expressão, também ela um traço fundamental das democracias.*

*Fonte: Disponível em: [www1.folha.uol.com.br/QopinioQ2022Q07Q](http://www1.folha.uol.com.br/QopinioQ2022Q07Q) (Acesso em: 28/08/2022).*

#### 4.5.1 Análise de ocorrências

##### Quadro 5 - Editorial – Atacar as Fake News

COMPLEXOS ORACIONAIS ANALISADOS
quando determinou a remoção de conteúdos <u>que, na sua avaliação, não passavam de mentiras</u>
Algumas das notícias <u>derrubadas por prescrição do ministro</u> faziam conexões falsas entre a facção criminosa PCC, o PT e o assassinato de Celso Daniel em 2002
que, na sua avaliação, não passavam de mentiras <u>veiculadas com o propósito</u>
veiculadas com o propósito <u>de prejudicar Luiz Inácio Lula da Silva (PT)</u>
A ordem de Moraes também atingiu postagens <u>que distorciam os fatos</u>
que bolsonaristas o transformem em alvo preferencial de sua máquina <u>de moer reputações</u>
São conhecidos os mecanismos <u>de que lançam mão Bolsonaro e companhia em seu vale-tudo pelo poder.</u>
É bom <u>saber</u>
É bom <u>que ele busque</u>

que ele busque proteger a liberdade do voto e o exercício da cidadania

Mas é bom que, nesse mister, não perca de vista a liberdade de expressão

No editorial Atacar as Fake News, o articulista pretende enaltecer as atitudes do Ministro Alexandre de Moraes como corretas e isonômicas sem comprometer o papel da Folha diante da sociedade, o de fiscalizadora e o de reprodutora da verdade.

Esse enaltecimento velado parece se realizar a partir da validação das ações do Ministro com o uso das pós-modificadoras utilizadas e dos valores circunstanciais subjacentes a elas. Assim, a partir dos parágrafos selecionados e apresentados em seguida, destacaremos as construções encaixadas para analisar como a Folha atingiu seus objetivos.

### **Segundo parágrafo:**

*“Membro do STF (Supremo Tribunal Federal) e próximo presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), Moraes estava no plantão desta segunda corte quando determinou a remoção de conteúdos que, na sua avaliação, não passavam de mentiras veiculadas com o propósito de prejudicar Luiz Inácio Lula da Silva (PT).”*

Nesse parágrafo, o autor utiliza a identificação dos conteúdos disseminados por bolsonaristas; no entanto, a introduz como avaliação de Moraes: “que, na sua avaliação, não passavam de mentiras veiculadas com o propósito de prejudicar Luiz Inácio Lula da Silva (PT)”.

Essas restrições, caracterizadas pela perspectiva do Ministro, justificam a determinação da remoção de conteúdos sobre o PT. Tal perspectiva, conforme pode se ver pelos predicativos “Membro do STF (Supremo Tribunal Federal) e próximo presidente do TSE (Tribunal Superior Eleitoral)”, constrói-se como uma avaliação da verdade, que assim será validada no decorrer do texto, porquanto, nesse decorrer, é visível que a Folha, com as demais pós-modificadoras presentes no texto, ratifica a caracterização dos conteúdos dada por Moraes, endossando sua voz e corroborando seu papel de autoridade julgadora.

O bloco “que, na sua avaliação, não passavam de mentiras veiculadas com o propósito de prejudicar Luiz Inácio Lula da Silva (PT)”, constituído por pós-modificadoras, mantém uma ligação de causa com a oração “determinou a remoção de conteúdos”. Na qualificação, subjaz a ideia de que a determinação se deu por uma avaliação do Ministro, o que, em uma relação explícita de causa, seria claro.

Essa explicitude não colaboraria para a construção da caracterização dada por Moraes como uma verdade, porque a causa se pautaria diretamente em uma avaliação pessoal, o que é subjacente no uso da qualificadora. Dessa forma, para que a relação pudesse se manter, colaborando com os propósitos textuais, a opção pela pós-modificadora em lugar da adverbial causal parece crucial.

Assim, o editorial se inicia com a legitimação velada da atitude do ministro e progredirá com recursos, sobretudo de cláusulas pós-modificadoras, usados para ratificar a avaliação e, assim, a atitude de Moraes, como se verá.

**Terceiro parágrafo:**

*“Algumas das notícias derrubadas por prescrição do ministro faziam conexões falsas entre a facção criminosa PCC, o PT e o assassinato de Celso Daniel em 2002, quando era prefeito de Santo André (SP) e filiado ao Partido dos Trabalhadores.”*

A validação pela Folha da avaliação do magistrado pode ser constatada nas seguintes pós-modificadoras: “que distorciam os fatos”, “de que lançam mão Bolsonaro e companhia em seu vale-tudo pelo poder”, localizadas, respectivamente, no quarto e quinto e sexto parágrafos.

**Quarto parágrafo:**

*“A ordem de Moraes também atingiu postagens que distorciam os fatos para dar a entender que o ex-presidente Lula teria igualado pobres a papel higiênico, ou então que associavam o PT ao nazismo e ao fascismo.”*

A cláusula “que distorciam os fatos” revela o engajamento da Folha com a avaliação do Ministro ao identificar as postagens como distorções de fatos. Além disso, em tal pós-modificadora subjaz um significado circunstancial causal que



justifica a ordem de Moraes. Como essa relação é subjacente a uma identificação que se veste sob a roupagem de um fato, a atitude do Ministro se valida como correta e isonômica.

**Quinto parágrafo:**

*“Dado que Lula lidera as pesquisas de intenção de voto para a Presidência da República, não surpreende que bolsonaristas o transformem em alvo preferencial de sua máquina de moer reputações.”*

A pós-modificadora “de moer reputações”, que identifica “máquina”, uma referência às notícias falsas, valida a avaliação do Magistrado como fundamentada no combate a mentiras, reafirmando o engajamento do jornal com tal avaliação.

**Sexto parágrafo:**

*“Não surpreende, mas consterna. São conhecidos os mecanismos de que lançam mão Bolsonaro e companhia em seu vale-tudo pelo poder. A eleição de 2018 é um exemplo pronto e acabado; o famigerado gabinete do ódio, instalado em pleno Palácio do Planalto, é outro.”*

A classificação do substantivo “mecanismos” também ratifica o propósito da Folha em caracterizar a atitude Moraes como pautada na busca pela verdade, sobretudo por a pós-modificadora identificar que os mecanismos usados por Bolsonaro e companhia são utilizados em um “vale tudo pelo poder”.

**Nono parágrafo:**

*“É bom saber que o futuro presidente do TSE se empenha em afastar essas maquinações covardes e rasteiras. É bom que ele busque proteger a liberdade do voto e o exercício da cidadania.”*

As nucleares “saber”, “que ele busque” são concebidas por uma avaliação positiva de um saber (que existe graças ao texto) do empenho de Moraes em combater mentiras, de uma busca (informada pelo texto) pela proteção da liberdade

do voto e do exercício da cidadania, reforçando o apoio à atitude do Ministro, que se concretiza como positiva também pelos recortes adjetivos que se engajam à sua avaliação sobre os conteúdos disseminados contra o PT.

**Décimo parágrafo:**

*“Mas é bom que, nesse mister, não perca de vista a liberdade de expressão, também ela um traço fundamental das democracias.”*

A nuclear “que, nesse mister, não perca de vista a liberdade de expressão” ressalta que é positivo o Ministro não perder de vista a liberdade de expressão, porém o uso do subjuntivo, que demonstra hipótese, e todos os apontamentos anteriores realizados pelas relativas denotam que a tal possibilidade de perda seria ínfima.

Essa constatação parece salientar que esse complexo só faz parte do texto para que o articulista levante a ideia (ou melhor, aparência) de que a Folha não está apoiando Moraes, mas acompanhando suas decisões. A oração “é bom” toma, nesse último parágrafo, um tom ameaçador, devido ao aspecto optativo do verbo da subordinada, contrastando com as mesmas construções anteriores, pondo a Folha em um papel de fiscalizadora da sociedade.

Assim, a nuclear “que, nesse mister, não perca de vista a liberdade de expressão”, ao mesmo tempo em que procura dar um tom de impessoalidade à opinião da Folha em relação à atitude de Moraes, indica que o que ele fez em relação a Bolsonaro não tem a ver com cercear a liberdade de expressão, pois, com a cláusula “que não perca”, constata-se que, em nenhum momento, o Ministro perdeu de vista a liberdade de expressão, legitimando novamente a atitude do magistrado.

É cabível destacar que as encaixadas nucleares constituídas por verbos no presente do subjuntivo parecem modalizar atitudes, devido, sobretudo, ao aspecto optativo da construção, em que tal modo, conforme Kochi e Vilela (2001), expressa desejo, vontade, o que se vê nas construções que, nesse mister, não perca de vista a liberdade de expressão” e “que ele busque proteger a liberdade do voto e o exercício da cidadania.”. Essa expressão da vontade coloca a Folha na posição de um espectador que anseia o bem, como o cidadão.

## 5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Diante dos questionamentos que fundamentaram esta pesquisa, pode-se concluir que, na visão Hallidayana, a subordinação é um processo de dependência instanciado tanto pela hipotaxe quanto pelo encaixamento, ao passo que, na perspectiva da GT, a subordinação corresponde à hipotaxe. Nesse sentido, é visível que as teorias diferem quanto ao conceito de hipotaxe.

De acordo com Bechara (2009), tal processo consiste na possibilidade de uma unidade correspondente a um estrato superior passar a funcionar como uma categoria inferior. Essa mudança é o que permite uma oração assumir a função de membro de outra oração, isto é, incorporar-se a uma cláusula como parte dela.

Nesse sentido, a hipotaxe, pela GT, corresponde à miniaturização oracional, dada a redução de nível estrutural dos termos subordinados. No entanto, a partir do viés funcionalista da linguagem, entende-se que, embora, na hipotaxe, seja estabelecida uma relação de dependência, a oração não perde seu “status” oracional, isto é, não há uma redução de nível estrutural, conforme Matthiessen e Thompson (1988). Essa redução seria uma característica do encaixamento.

Diante disso, pode ser estabelecido um conceito mais aprofundado de hipotaxe, pois, ainda que ela envolva a relação de dependência, é essencial destacar que esse processo, na visão sistemicista, não envolve o processo de miniaturização. Esse é o critério estabelecido pela Linguística Sistêmico-Funcional para distinguir as estruturas hipotáticas das encaixadas.

Nesse viés, pode-se compreender que a perda de estatuto oracional das encaixadas é o que impede na projeção, quando a relação ocorre entre cláusulas, a projetada ser, na visão de Halliday e Matthiessen (2014), considerada encaixada. Para esses autores, como as orações projetadas pelos processos mentais e verbais instanciam experiências, que são realizadas pela transitividade, isto é, por meio dos verbos, não perdem sua propriedade oracional.

Nesses casos, já que as experiências são realizadas por verbos e os processos também, configura-se uma relação entre orações e, por isso, as cláusulas projetadas, se instanciam no âmbito da parataxe ou da hipotaxe.

Assim, a projeção só ocorre por encaixamento quando há uma metaforização do processo verbal ou mental, caso em que a estrutura projetada passa a se ligar ao núcleo nominal como um pós-modificador que funcionará como seu complemento.

Entende-se que Halliday (2014) deixa de lado o critério sintático para justificar a manutenção da estrutura projetada como oração na relação entre cláusulas, pois não considera a perda do estatuto oracional da cláusula projetada, justificando que esta realiza experiências, isto é, realiza-se por verbos. No entanto, ao tratar da projeção por encaixamento, admite a perda do estatuto oracional da projetada (que continua realizando experiências), ao assumir que essa passa a funcionar como pós-modificadora.

No que tange aos questionamentos sobre o papel discursivo das encaixadas em relação aos propósitos do gênero editorial, pode-se chegar às conclusões verificadas a seguir.

A partir das análises, notou-se que as encaixadas do tipo pós-modificadoras, isto é, as relativas restritivas e as completivas nominais, salvo as completivas ligadas a substantivos derivados de adjetivos, advérbios e as relacionadas a estas duas últimas duas classes, trazem informações subentendidas que necessitam de um olhar mais atento para alcançá-las, tendendo a escamotear a opinião do autor sob a roupagem de um fato, pois a informação se incorpora ao substantivo como parte dele, conforme Portas (2018).

Assim, essas pós-modificadoras respondem, sob a perspectiva do articulista, por um recorte da realidade, que chega ao leitor como o próprio real. Por isso, quando as pós-modificadoras (relativas restritivas) estabelecem com a estrutura denominada tradicionalmente por principal uma semântica circunstancial, esse sentido se encontra subjacente ao papel definidor de tal encaixada.

É cabível destacar que o escamoteamento da opinião do articulista em um editorial por meio das pós-modificadoras mencionadas sustenta a sua proteção de face, já que o autor se expressa, sem se comprometer, de maneira a induzir o leitor a adotar o comportamento objetivado pelo editorial, construindo a imagem do Jornal de acordo com as exigências do contexto de cultura norteador do cenário em que mídia está inserida.

Logo, as pós-modificadoras nominais (as adjetivas restritivas), a fim de forjar a opinião do editor de maneira implícita, em determinados textos, referem-se a um

dado substantivo, ao passo que a informação que carregam caracteriza ou descaracteriza, diante de uma observação atenta, outro elemento.

Além disso, quando informacionalmente ligadas ao substantivo a que se referem, implicam, graças ao significado, segundo Halliday (1994), serem construídas na interação, inferências que colaboram com a argumentação do autor para sustentar seu ponto de vista. Essa implicação, cuja responsabilidade de interpretação é do leitor, mantém, na roupagem de uma verdade, a credibilidade do jornal, pois o editorial acaba tendo o seu papel informativo, que é reconhecido pelo Manual Geral de Redação da Folha de São Paulo (2005), preservado.

Em relação ao questionamento sobre às pós-modificadoras que estabelecem comparação, pode-se dizer que tanto a cláusula que incorpora a estrutura encaixada, quanto a própria encaixada se constituem como estruturas fundamentais para estabelecer o posicionamento do autor no texto. Todavia, é cabível ressaltar que, no contexto, mesmo sendo as encaixadas estruturas incorporadas à oração que as embute, não tendem a se caracterizar como uma verdade ou fato. No que diz respeito às consecutivas, como constituem uma relação lógica de causa e efeito, tendem a se colocar como uma verdade, um fato.

No que tange às pós-modificadoras nominais ligadas a substantivos derivados de adjetivos ou advérbios ou a estas duas últimas classes, cabe destacar que são tais substantivos, adjetivos e advérbios os responsáveis por colaborar com os propósitos textuais, como ocorre com as nucleares em alguns casos.

No âmbito dos subentendidos, que, conforme Fiorin (2016), são de responsabilidade do enunciatário e, por isso, não há como serem objetados, algumas nucleares tendem, considerando sempre as orações que as embute, a implicar inferências que não podem ser contestadas e que importam em significados fundamentais para os propósitos do texto, os quais, se expostos claramente, não constituiriam a imagem que o jornal deseja construir para si e para seu ambiente. Nesse sentido, são exímios recursos de proteção de face da mídia diante dos leitores.

Isso acontece com as encaixadas nucleares constituídas por verbos no presente do subjuntivo, que parecem modalizar as atitudes do enunciador, graças ao seu valor optativo, reconhecido por Koch e Vilela (2001). Nesses casos, as principais, constituídas por expressões como “é bom”, “é imprescindível”, fazem-se estruturas ratificadoras da semântica expressa nas encaixadas.

Nota-se que as principais não são expressões ratificadoras, mas essenciais quando direcionam como o assunto instanciado pela encaixada será realizado: como uma cobrança, uma possibilidade, uma certeza, consoante Halliday e Matthiessen (2014). Nessas situações, o complexo oracional construído por encaixadas nucleares pode, dependendo do contexto em que se insere, ser polifônico, haja vista a intenção comunicativa do articulista, que se realiza pela estrutura oracional que embute tais encaixadas.

Quando isso acontece, a encaixada funciona como resposta, mas graças às principais, a possíveis contra-argumentações que possam enfraquecer o ponto de vista defendido pelo autor e como elemento de construção do "ethos"<sup>133</sup> do autor, que, por admitir a voz do outro, constitui-se como um ser moderado, sensato, captando a credibilidade pública. Como, de acordo com Fløttum (2010), a polifonia se constitui como exímio recurso persuasivo com a inclusão implícita ou explícita de vozes, a encaixada se configura como uma ferramenta de persuasão implícita, uma vez que a voz do outro é introduzida não por ferramentas prototípicas, mas pela oração que embute a encaixada.

É interessante salientar que, quando as encaixadas nucleares são introduzidas pelo verbo de ligação no presente do indicativo da subordinada adjetiva, segundo Ilari (1997), pressupõe-se a existência de indivíduos que satisfazem a descrição e constatam um fato, o que nos leva a entender que, nesses casos, o papel discursivo de tais encaixadas se assemelha aos das pós-modificadoras definidoras (as adjetivas restritivas). Tal observação foi concebida ao analisar as encaixadas nucleares que instanciam uma comparação, inferida no texto, com informações textuais.

Essas encaixadas são normalmente introduzidas por verbos denominados de ligação conjugados no presente do indicativo, pois tendem a caracterizar elementos a fim de estabelecer comparações entre informações já ditas ou que serão inseridas no texto. Na perspectiva de análise da polifonia, uma vez que as estruturas que implicaram uma interpretação comparativa no editorial 4 foram analisadas por tal perspectiva, pode-se dizer que a oração a embutir a encaixada, ou seja, a chamada

---

<sup>133</sup> Nomenclatura utilizada pela Análise do Discurso para designar a imagem do enunciador projetada no discurso.

de principal pela GT, é o elemento essencial para entender a encaixada como a voz alheia.

Contudo, sob o viés da compreensão de uma comparação envolvendo as encaixadas, a nuclear é a estrutura fundamental em detrimento da oração que a embute, assemelhando seu papel discursivo aos das pós-modificadoras definidoras. Assim, dependendo da perspectiva de análise, a oração em que a encaixada está embutida ou a própria encaixada pode ser a estrutura elementar para colaborar com os propósitos discursivos do editorial.

Sobre essa interpretação de uma comparação, cabe dizer que ela é possível porque a organização global do texto, que envolve seu sentido, é estabelecida, consoante Halliday e Hasan (1976), entre os elementos textuais.

Logo, em relação à análise das orações nucleares, é visível que há casos de encaixadas nucleares em que apenas as orações que as embute é o elemento colaborador dos propósitos textuais, porém há situações em que a encaixada é a estrutura primordial para argumentar a favor dos objetivos do editorial.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da análise dos resultados, pôde-se perceber que, na investigação dos simplexos formados por encaixadas, não há como deixar de lado as construções em que estas se inserem, tampouco os demais recursos linguísticos que compõem o texto, porquanto os significados, os subentendidos emergidos de tais encaixadas são construídos, uma vez que, na visão Hallidayana, o texto é um bloco de significados, pela relação entre as informações textuais.

Além disso, como, na Linguística Sistêmico-Funcional, o contexto de cultura deve ser considerado na comunicação, reconhecer as peculiaridades do gênero editorial se fez essencial no processo de construção do significado realizado pelas encaixadas e na percepção de que esse significado tende a colaborar com os objetivos do articulista.

Nesse cenário, cabe destacar, ainda, que o olhar para a estrutura em que a encaixada se embute permitiu compreender que, em muitas construções, não é o significado da encaixada que colabora com os propósitos do texto, mas a estrutura em que se encaixa, dado o valor que carrega.

Frente ao exposto, conceber o significado, admitindo o todo, isto é, o texto e o contexto, não apenas a estrutura em análise, foi, apesar das suas limitações, o ponto principal da análise desta pesquisa, já que tal concepção permitiu uma nova perspectiva a respeito das encaixadas.

Espera-se, então, que esta tese possa, de alguma maneira, propor um novo olhar para as encaixadas, fundamentado na compreensão das necessidades sociocomunicativas dos falantes, e, assim, venha a fomentar outras pesquisas sobre o assunto. Deseja-se também que este trabalho possa estimular o tratamento funcional da gramática no ensino da Língua Materna, dando um novo sentido ao estudo da Língua.



## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado*. Lisboa: Presença, 1970.

BARROS FILHO, Clóvis de; LOPES, Felipe Tavares Paes; PERES NETO, Luiz. *Teorias da comunicação em jornalismo - reflexões sobre a mídia*. 1. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.

BATISTA, Ronaldo de Oliveira (org.). *O texto e seus contextos*. 1 ed. São Paulo: Parábola Editoria, 2016.

BAWARSHI, Anis S. *Gênero: história, teoria, pesquisa e ensino*. 1 ed. São Paulo: Parábola, 2013.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2009.

BENETTI, Marcia. O jornalismo como gênero discursivo. *Revista Galáxia*, n. 15, p. 13-28, jun. 2008.

BERNARDÉZ, Enrique. *El texto em el processo comunicativo*. *Revista de Investigación Lingüística*, v. 6, n. 2, 2003. p. 7-28.

BIEBER, Douglas; CONRAD, Susan. *Register, genre and style*. New York, NY: Cambridge University Press, 2009.

BURNS, Anne; COFFIN, Caroline. *Analyzing English in a global context a reader*. London: Routledge, 2000.

CABRAL, S. R. S.; CHAGAS, N. E. ; SCHIMIDT, A. P. C. Encaixamento como recurso de significado linguístico em uma carta aberta ao senhor governador. *Linguagem Estudo e Pesquisa S*, v. 22, p. 239-258, 2019.

CABRAL, S. R. S. O que é encaixamento em linguística sistêmico. *Revista Entreletras*, [Araguaína], v. 13, n. 1, jan./abr. 2022: Dossiê linguística sistêmico-funcional: diálogo entre teoria e prática.

CÂMARA JR, Joaquim Mattoso. *A estrutura da língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1970.

CARONE, Flávia de Barros. *Morfossintaxe*. 3. ed. São Paulo: ÁTICA, 1991.

CARONE, Flávia de Barros. *Subordinação e coordenação: confrontos e contrastes*. 6.ed.São Paulo: Ática, 2001.

CARVALHO, Cristian dos Santos. Processos sintáticos de articulação de orações: algumas abordagens funcionalistas (UNEB). *Veredas*, v.8, n.1 e n.2, p.9-27, jan./dez. 2004. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaveredas/files/2009/12/cap01>. Acesso em: 23 jul. 2016.

CARVALHO, Cristian dos Santos. *Cláusulas encaixadas em verbos causativos e perceptivos: uma análise funcionalista*. Campinas, SP: [s.n.], 2004.

CORADO, Patrícia Ribeiro. *Veja: ideologia e argumentatividade em revista*. 239 f. 2010.Tese (Pós-doutorado em Língua Portuguesa) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. *Discourse in late modernity rethinking critical discourse analysis*. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1999.

CHRISTIE, F; MARTIN, J.R. (ed.). *Genre and institutions: social processes in the workplace and school*. London: Cassell, 2001.

COSTA-HUBES, Terezinha da Conceição; GEDOZ, Sueli. Concepção sociointeracionista de Linguagem: percurso histórico e contribuições para um novo olhar sobre o texto. *Revista Trama*, v. 8, n. 16, p. 125-138, 2. sem. 2012.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Campinas, SP: Pontes, 1987.

EGGINS, Suzanne. *An introduction to systemic functional linguistics*. London: Continuum, 2004.

EGGINS, Suzanne; MARTIN, J.R. Genres and registers of discourse. In: DIJK, T. A. van (ed.). *Discourse as structure and process*. London: Sage, 1997.

FAIRCLOUGH, N. *Analysing discourse: textual analysis for social research*. London: Routledge, 2003.

FERNANDES, Magda Bahia Schlee de Brito. *A modalidade em português: uma abordagem sistêmico-funcional das orações principais*. Tese (Doutorado em Língua

Portuguesa, 138 f.) - Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

FERREIRA, Márcia de Assis. Para gêneros discursivos: linguística sistêmico-funcional. PUC-Rio/ Colégio Pedro II. *Linguagens e Diálogos*, v. 1, n. 1, p. 69-81, 2010. Disponível em: <http://livrozilla.com/doc/339900/para-g%C3%AAneros-discursivos--lingu%C3%ADstica-sist%C3%AAmico>. Acesso em: 10 ago. 2016.

FINCHAM, Joe. *Language and semogenesis in philosophy: realizational patternings of ideology in lexicogrammar*. Tese (Doutorado) - Faculdade de Artes Liberais, Graduate College of Marshall University, 2009.

FIORIN, José Luiz. *Argumentação*. São Paulo: Contexto, 2015.

FLØTTUM, K. EU discourse: Polyphony and unclearness. *Journal of Pragmatics*, v. 42, n.4, p. 990-999, 2010.

FUZER, C.; CABRAL, S. R. S. *Introdução à gramática sistêmico-funcional em Língua Portuguesa*. [S.l.: s.n.], 2010.

GARCIA, Othon Moacyr. *Comunicação em prosa moderna*. Rio de Janeiro. Ed. FGV, 2010.

GOUVEIA, Carlos. Texto e gramática: uma introdução à linguística sistêmico-funcional. *Matraga*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 24, p.13-47, 2009.

HALLIDAY. M.A.K. *Language as social semiotic: the social interpretation of language and meaning*. Londres: Edward Arnold, 2001.

HALLIDAY. M.A.K. *El language como semiótica social – la interpretación social del language y del significado*. Tradução de Jorge Ferreiro Santana. Londres: Edward Arnold, 2001.

HALLIDAY. M.A.K. Systemic background. In: BENSON, J. D.; GREAVES, W. S. (ed.). *Systemic perspectives on discourse*. Norwood, NJ: Ablex, [1985b]. p. 1-15.

HALLIDAY. M.A.K.; HASAN, Ruqaiya. *Cohesion in English Buenos Aires*. London: Longman, 1976.

HALLIDAY, M.A.K; MATTHIESSEN, C. M.I.M. *Halliday's introduction to functional grammar*. 4th. ed. London: Arnold, 2014.

HALLIDAY, M.A.K; MATTHIESSEN, C. M.I.M. *An introduction to functional grammar*. 3. ed. rev. por C. M. I. M. Matthiessen. London: Edward Arnold, [1985], 1994, 2004.

ILARI, Rodolfo. *A expressão do tempo em português*. São Paulo: Contexto, 1997.

LOPES-DAMÁSIO, Lúcia Regiane; LONGHIN, Sanderléia Roberta. Construções relativas com traços circunstanciais: causa, condição e contraste. *Revista Veredas*, v. 18, n. 2, 2014.

MALINOWSKI, Bronislaw. *Uma teoria científica da cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

MARQUES DE MELO, José; ASSIS, Francisco de. (org.). *Gêneros jornalísticos no Brasil*. São Paulo: Metodista, 2013.

MARTIN, J. R. Analysing genre: functional parameters. *In*: CHRISTIE, F.; MARTIN, J. R. (ed.). *Genre and institutions: social processes in the workplace and school*. London: Cassell, 1997. p. 3-39.

MARTIN, J. R. Beyond exchange: appraisal systems in English. *In*: HUNSTON, S.; THOMPSON, G. (ed.). *Evaluation in text: authorial stance and the construction of discourse*. Oxford: Oxford University Press, 2000. p. 142-175.

MARTIN, J. R. *English text: system and structure*. Amsterdam: John Benjamins, 1992.

MARTIN, J. R. Grammar meets Genre – Reflections on the ‘Sydney School’. *Arts: the journal of the Sydney University Arts Association*, v. 22, p. 47-95, 2000. Disponível em:  
<https://openjournals.library.sydney.edu.au/index.php/ART/article/viewFile/5596/6265>.  
Acesso em: 02 abr.2016.

MARTIN, J. R. *Instantiating appraisal: key and stance*. *In*: PAPER AT SYSTEMIC FUNCTIONAL LINGUISTICS ASSOCIATION CONFERENCE, 2003, Adelaide. [Adelaide: s.n.], 2003.

MARTIN, J. R. Macro-proposals: meaning by degree. *In*: MANN, W. C.; THOMPSON, S. A. (ed.). *Discourse description: diverse linguistic analyses of a fund raising text*. Amsterdam: John Benjamins, 1992. p. 359-396.

MARTIN, J. R. *Meaning beyond the clause: SFL perspectives*. *Annual Review of Applied Linguistics*, n. 22, p. 52-74, 2002. Disponível em: <http://www.isfla.org/Systemics/Print/MartinPapers/JA2002Meaning%20beyond%20clause%20SFL%20perspective.PDF>. Acesso em: 03 abr. 2016.

MARTIN, J. R. Positive discourse analysis: solidarity and change. *Revista Canaria de Estudios Ingleses*, n. 49, p. 179-200, 2004.

MARTIN, J. R. Reading positions: Positioning readers: judgement in English. *Prospect*, v. 10, n. 2, p. 27-37, 1995.

MARTIN, J. R.; PLUM, G. *Construing experience: some story genres*. *Journal of Narrative and Life Story*, p. 299-308, [1977].

MARTIN, J. R.; ROSE, M. *Genre relations: mapping culture*. London: Equinox, 2007.

MARTIN, J. R.; WHITE, P. R. R. *The Language of evaluation: appraisal in English*. Houndmills; New York: Palgrave, 2005.

MARTIN, J. R.; ROSE, David. *Genres and texts: living in the real world*. *Indonesian Journal of SFL*, Indonesian, v.1, n.1, 2012. p. 1-21. Disponível em: [http://alsfal2013.weebly.com/uploads/1/6/5/5/16553900/genres\\_and\\_texts.pdf](http://alsfal2013.weebly.com/uploads/1/6/5/5/16553900/genres_and_texts.pdf). Acesso em: 10 out. 2016.

MARTIN, J. R.; VEEL, R. (ed.). *Reading science: critical and functional perspectives on discourses of science*. London: Routledge, 1998.

MARTIN, J. R.; ROTHERY, J. *Working Papers in Linguistics 1*. Sydney: Department of Linguistics, University of Sydney, 1980.

MARTINS, Eduardo Simões. Os papéis sociais na formação do cenário social e da identidade. *Kínesis*, v. 2, n. 4, p. 40-52, dez. 2010. Disponível em: <http://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Kinesis/Ospapeissociaisnaforacao.pdf>. Acesso em: 10 out. 2016.

MATTHIESSEN, C.; THOMPSON, S.A. The structure of discourse and 'subordination'. In: HAIMAN, J.; THOMPSON, S. A. *Clause combining in grammar and discourse*. Amsterdam: John Benjamins, 1988. p. 275-329.

MAYES, Patricia. *Language, social structure, and culture: a genre analysis of cooking classes in Japan and America*. Amsterdam: John Benjamins B.V, 2003.

MEDINA, Daniel do Rosário. *Mediatização da comunicação política: media, política e comunicação - a negociação do poder*. 412 f. Tese (Doutorado) - Universidade de Santiago de Compostela, Santiago de Compostela, 2006.

MEDINA, Daniel do Rosário; BONINI, A.; MOTA-ROTH, D. (org.). *Gêneros: teorias, métodos e debates*. [S.l.]: Editora Parábola, 2005.

MEDINA, Daniel do Rosário; MOTTA-ROTH, D. (org.). *Gêneros textuais e práticas discursivas: subsídios para o ensino de linguagem*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

MIKUS, F. *Quelle est en fin de compte la structure-type du langage? Lingua*, Amsterdam, III, 1952.

MODESTO, Artarxerxes Tiago Tácito. Abordagens funcionalistas. *Letra magna - Revista Eletrônica de Divulgação Científica em Língua Portuguesa, Linguística e Literatura*, ano 3, n. 4, 1. sem. 2006.

MORAES, D.; RAMONET, I.; SERRANO, P. (org.). *Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólicia à democratização da informação*. São Paulo: Boitempo, 2013.

ROSE, David. Genre in the Sydney: *The Routledge handbook of discourse analysis*. James London: Routledge, 2010. Disponível em: <https://www.readingtolearn.com.au/wp-content/uploads/2016/01/Genre-in-the-Sydney-School.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2016.

ROSE, David. *Working with discourse: meaning beyond the clause*. London; New York: Continuum, 2003.

ROUSSEAU, J. J. *Do contrato social*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

SANTOS, Zaira Bomfante dos. A linguística sistêmico-funcional: algumas considerações. *SoLetras- Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri Dossiê*, n. 28, 2. sem. 2014.

SCHLEE, Magda Bahia. *A modalidade em português: uma abordagem sistêmico-funcional das orações principais*. 2008. 139 f. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

SEGUNDO, Paulo Roberto Gonçalves. *Discurso e prática social*. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas -Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/.../GONÇALVES%20SEGUNDO%20-20Discurso%20e%20...1>. Acesso em: 01 fev. 2017.

SILVA, Wagner Rodrigues; ESPINDOLA, Elaine. Afinal, o que é gênero textual na linguística sistêmico-funcional? *Revista da Anpoll*, Florianópolis, n. 34, p. 259-307, jan./jun. 2013. Disponível em: <https://revistadaanpoll.emnuvens.com.br/revista/article/viewFile/672/697>. Acesso em: 11 nov. 2016.

SILVA, Daniel do Nascimento; FERREIRA, Dina Maria Martins; DE ALENCAR, Claudiana Nogueira (org.). *Nova pragmática: modos de fazer*. São Paulo: Cortez, 2014.

SILVA, Renato Caixieta. *Representações do livro didático de inglês: análise do discurso de produtores e usuários com base na Linguística-Sistêmico Funcional*. 332 f. Tese (Doutorado em Letras) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SOMAVILLA, Gesselda Farencena. *Artigo de opinião como macrogênero: relações lógico-semânticas na perspectiva sistêmico-funcional*. 305 f. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2016.

SPERANÇA-CRISCUOLO, A. C. *Funcionalismo e cognitismo na sintaxe do português: uma proposta de descrição e análise de orações subordinadas substantivas para o ensino online*. São Paulo: Editora UNESP, 2014. 182 p.

SOUZA, Elenice Sandos de Assis Costa. Cláusulas relativas: um caso de interface entre sintaxe e prosódia. *ReVEL*, v. 8, n. 15, 2010.

SOUZA, R. F. de L. *A análise linguística no livro didático de língua portuguesa do 9º ano: uma investigação funcionalista*. 109 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros, RN, 2013.

STURM, L.; TOLDO, Claudia (org.). *Desafios contemporâneos do ensino: língua materna e língua estrangeira*. 1. ed. Campinas: Pontes, 2018. v. 1. 249p.

TESNIÈRE, Lucien. *Eléments de syntaxe structurale*. Paris, Klincksieck, 1969.

THOMPSON, Sandra A. *Complex sentences in grammar and discourse: essays in honor*. [S.l.]: John Benjamins Publishing, 2002.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa I*. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

TUCHMAN, Gaye. A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas. In: TRAQUINA, Nelson (org.). *Jornalismo: questões, teorias e “estórias”*. 2. ed. Lisboa: Vega, 1999.

VALÉRIO, Rubiane Guilherme. *A função coesiva das nominalizações em redações escolares na perspectiva sistêmico-funcional*. 133 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

VEIRA, Lúcia Mosqueira de Oliveira; DE LIMA, Maria Cecília. Identidades de gênero em gênero discursivo: uma análise de discurso. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS DE GÊNEROS TEXTUAIS, 5., 2009, Caxias do Sul, RS. *Anais...* [S.l.: s.n.], 2009. Disponível em: [http://www.ucs.br/ucs/tp/Siget/extensao/agenda/eventos/vsiget/portugues/anais/texto\\_s\\_autor/arquivos/identidades\\_de\\_genero\\_em\\_genero\\_discursivo\\_uma\\_analise\\_de\\_discurso.pdf](http://www.ucs.br/ucs/tp/Siget/extensao/agenda/eventos/vsiget/portugues/anais/texto_s_autor/arquivos/identidades_de_genero_em_genero_discursivo_uma_analise_de_discurso.pdf). Acesso em: 02 jul. 2016.

VILELA, Mário; KOCH, Ingedore Villaça. *Gramática da Língua Portuguesa* (Gramática da palavra. Gramática da frase. Gramática do texto/discurso). Coimbra: Almedina, 2001.

WILSON, Carmem Diva Rodrigues Jorge. *Relações interpessoais em um fórum de discussão online: a perspectiva sistêmico-funcional em práticas discursivas de ensino a distância*. 268 f. Tese (Doutorado em Letras) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.